



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

**MANTENDO A FLORESTA EM PÉ?
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA COMO MODELO
DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA RDS UACARI**

FRANCISCO PINTO DOS SANTOS

**MANAUS-AM
2012**

MANTENDO A FLORESTA EM PÉ?
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA COMO MODELO
DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA RDS UACARI

Francisco Pinto dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Manaus/AM
Outubro de 2012

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Santos, Francisco Pinto dos

S237m Mantendo a Floresta em pé? Uma análise do Programa Bolsa Floresta como modelo de pagamento por serviços ambientais na RDS Uacari / Francisco Pinto dos Santos. – Manaus: UFAM, 2012.
210 f.; il. Color.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

1. Unidades de Conservação 2. Populações Tradicionais 3.
Proteção ambiental 4. Política ambiental I. Witkoski, Antônio
Carlos (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 504.06(811.3)(043.3)

MANTENDO A FLORESTA EM PÉ?
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA COMO MODELO DE
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA RDS UACARI

Francisco Pinto dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aos meus pais pelo exemplo de vida que me deram apesar das dificuldades impostas pela vida.

Ao meu filho que, por sua existência, me faz cada dia mais lutar pelos ideais almejados.

À minha esposa, pela paciência, presença e ajuda constante num processo tão cansativo que foi a conciliação da academia com a vida profissional.

Obrigado pela companhia e apoio.

A todos (as) os (as) colegas e amigos pelo incentivo, ajuda e crédito depositados em mim durante este processo.

Aos amazônidas, especialmente a todos (as) os (as) moradores (as) da RDS Uacari, meu profundo agradecimento pelo companheirismo, paciência e amizade construída e momentos vividos ao longo de muitos anos de convivência na região (ainda) tão rica de pessoas, recursos naturais e conhecimentos tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Os desafios de se envolver com um tema e buscar entendê-lo, sobretudo quando se está totalmente envolvido no contexto histórico da realidade pesquisada, é um grande desafio, já me dizia meu orientador quando iniciei o mestrado. Achei que não teria dificuldades dado o conhecimento prático que tinha do lócus da pesquisa, mas as dificuldades realmente foram encontradas ao me debruçar nos estudos.

Esta pesquisa somente foi possível por ter contado com inúmeros apoios desde a família, amigos, professores e tantos outros que acreditam na capacidade do indivíduo e, assim, me ajudaram em momentos em que estava sobrecarregado na vida profissional, acadêmica e familiar.

É possível que, neste momento, esqueça-se de pessoas importantes neste processo, mas gostaria de começar agradecendo a Deus por me dar saúde, coragem, entusiasmo, paciência e força pra realizar cada ação, assistir a cada aula, mesmo quando pensei que não iria conseguir acompanhar o fluxo das ações profissionais e acadêmicas concomitantemente.

À minha família, em especial aos meus pais, Narciso Salvador e Antonia Pinto, meu filho, Jorge Lucas, minha princesinha que está chegando, Maria Clara, e à minha esposa, Anne Mota, pessoas cruciais na minha vida e que são “esteios” em minha caminhada diante de tantos desafios do cotidiano.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski que, na sua forma exigente de orientar, me fez não atropelar os prazos e ter maior compromisso na conquista dos objetivos almejados com a pesquisa – meus agradecimentos por me ajudar a chegar até aqui.

Aos extrativistas do médio Juruá, principalmente às associações que atuam na região, por meio de suas lideranças, que a cada dia buscam se fortalecer em sua organização social, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida.

Ao Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, por meio de seus membros que receberam a proposta da pesquisa na UC com entusiasmo e se disponibilizaram a contribuir com as informações.

Às lideranças e moradores de todas as comunidades da região do médio Juruá, em especial às de Bom Jesus, Bauana, Barreira do Idó, Santo Antônio do Brito, Morro Alto, Caroyal, Monte Carmelo e Xibauá que, em muitos momentos, mas principalmente na aplicação do formulário de pesquisa, nos receberam em suas residências para nos ajudar quando da coleta de informações base da presente pesquisa.

Às lideranças locais como Elson Pacheco, importante líder que muito contribuiu no processo da organização social na região do médio Juruá; Flávio Aquino e Nátia Martins, membros da AMARU que me ajudaram na logística da pesquisa de campo, o que sem eles as dificuldades teriam sido bem maiores e talvez não tivesse conseguido levantar as informações no campo; ao Manoel Cunha que, com sua sapiência de seringueiro, me deu valiosa contribuição nas reflexões feitas durante a construção desta pesquisa.

À significativa e extremamente importante contribuição das colegas Lionildes Gonzaga e Almira Silva, alunas de pós-graduação da UFAM e graduação da UEA, respectivamente, que me ajudaram na aplicação dos formulários de pesquisa.

Aos meus chefes das instituições onde atuei profissionalmente no decorrer do mestrado, Dr. Virgílio Viana, Prof. MSc. Sérgio Gonçalves e Prof^a. Dra. Tatiana Schor, diretor geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e coordenadores do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), respectivamente, pela permissão para conciliar os estudos com a questão profissional, obrigado, pois sem isso não teria chegado à conclusão desta pesquisa, uma vez que os incentivos da política pública brasileira, enquanto apoio à pesquisa, lamentavelmente estão aquém do que se precisa para bancar os custos dos estudos e pessoais, sem falar nos custos de deslocamento no Amazonas.

Ao prof. Dr. José Aldemir, que me incentivou a fazer o mestrado e me indicou o Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, e com quem troquei algumas ideias, muito obrigado.

À prof^a Dra. Kátia Schweikardt e Prof. Dr. Néilton Marques pelas orientações na qualificação, as quais foram primordiais para o andamento da pesquisa e descrição da dissertação.

Às demais colegas tais como a Neila, colega do CEUC, que muito contribuiu na sistematização dos dados coletados no campo; ao Valteide que muito contribuiu na formulação de mapas, ao Iranildo, Sinomar, Valcléia, dentre outros, que dividiram ideias e me ajudaram na construção desta dissertação.

A todos os colegas do mestrado com quem troquei ideias, relatei angústias e informações, obrigado e boa sorte no caminhar profissional de cada um e cada uma.

Enfim, mas não menos importantes, a todos os amigos e amigas que me apoiaram, torceram por mim e compartilharam comigo a aventura de possibilidades surpreendentes que é a busca pela compreensão da vida.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

(Mahatma Gandhi)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização das comunidades da RDS Uacari.....	22
Figura 02 – Comunidade Barreira do Idó.....	23
Figura 03 – Comunidade Caroçal.....	23
Figura 04 – Comunidade Monte Carmelo.....	23
Figura 05 – Comunidade Xibauá.....	23
Figura 06 – Entrevista cm beneficiária do PBF, Comunidade Bauana.....	24
Figura 07 – Entrevista com beneficiária do PBF, Comunidade Xibauá.....	24
Figura 08 – Entrevista com beneficiária do PBF, Comunidade Morro Alto.....	24
Figura 09 – Lideranças em São Paulo na criação da Aliança dos povos da Floresta.....	41
Figura 10 – Lideranças em São Paulo na criação da Aliança dos Povos da Floresta.....	41
Figura 11 – Mapa de Áreas Protegidas do Amazonas.....	67
Figura 12 – Incremento das UCs no Amazonas.....	84
Figura 13 – Unidades de Conservação estaduais por categoria.....	85
Figura 14 – Instituições parceiras da FAS.....	110
Figura 15 – Estratégia de investimentos do PBF por componente em mil R\$.....	113
Figura 16 – Mapa de Localização das UCs por regional de atuação da FAS.....	116
Figura 17 – Fluxograma de investimentos do PBF nas UCs.....	121
Figura 18 – Foto aérea do rio Juruá nas proximidades do município de Carauari.....	126
Figura 19 – Vista aérea do município de Carauari.....	127
Figura 20 – Assembleia da ASPROC.....	137
Figura 21 – Comemoração pelo Decreto da RESEX médio Juruá.....	139
Figura 22 – Seminário que definiu a carta socioambiental de Carauari.....	139
Figura 23 - Comemoração pelo Decreto da RESEX médio Juruá.....	139
Figura 24 - Definição do Plano de Utilização da RESEX médio Juruá, Comunidade Tabuleiro.....	139
Figura 25 - Mosaico de UCs e TIs na região do Juruá.....	140
Figura 26 – Localização da RDS Uacari.....	145
Figura 27 – Estado do Amazonas do Amazonas com foco no município de Carauari.....	148
Figura 28 – Monitora ministrando aula de alfabetização de jovens e adultos.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Conhecimento dos moradores em relação aos objetivos de criação das UCs.....	155
Gráfico 02 – Conhecimento dos moradores sob o órgão gestor.....	157
Gráfico 03 – Conhecimento dos moradores da UC sobre PSA.....	157
Gráfico 04 – Importância do PBF para os moradores.....	160
Gráfico 05 – Pessoas residentes nas casas dos (as) entrevistados (as).....	162
Gráfico 06 – Renda per capita familiar.....	163
Gráfico 07 – Concepção dos moradores sobre os objetivos do governo do Amazonas ao criar o PBF.....	164
Gráfico 08 – Entrevistados (as) que já participaram de oficinas do PBF.....	167
Gráfico 09 – Tomada de decisão sobre os recursos anuais do PBF na UC.....	168
Gráfico 10 – Decisões das oficinas anuais no atendimento às demandas comunitárias de acordo com os (as) entrevistados (as).....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cronologia demonstrativa da legislação ambiental no Amazonas até 1996.....	72
Quadro 02 – cronologia demonstrativa do marco regulatório da política ambiental no Amazonas de 2003-2011.....	85
Quadro 03 – origem das fontes financeiras internas/externas de financiamento das UCs estaduais no período de 2006-2012.....	88
Quadro 04 – Quadro de servidores CEUC.....	92
Quadro 05 - Demonstrativo de investimentos do PBF por componente e por UC em 2011.....	114
Quadro 06 – Famílias beneficiárias do PBF nas UCs.....	117
Quadro 07 – Composição do Conselho de Administração da FAS.....	117
Quadro 08 – Borracha produzida nos rios do Amazonas.....	129
Quadro 09 – Cronologia de ocupação do rio Juruá.....	130
Quadro 10 – Renda mensal familiar na RDS Uacari.....	161
Quadro 11 – Conhecimento dos (as) entrevistados (as) em relação a instituição que executa o PBF nas UCs.....	165
Quadro 12 – Conhecimento dos (as) entrevistados (as) em relação às instituições que financiam o PBF nas UCs.....	166

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFEAM - Agência de Fomento do estado do Amazonas do Amazonas
AFLORAM - Agência de Florestas do Estado do Amazonas
AGAPAM - Associação Gaúcha de Preservação Ambiental
AGE - Agência de comunicação FAS
AMARU - Associação dos Moradores da RDS Uacari
APA - Área de Proteção Ambiental
ARL - Área de Reserva Legal
ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASPROC - Associação de Produtores de Carauari
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRAM - Bradesco Asset Management
CA - Conselho de Administração
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação
CGE – Controladoria Geral do Estado do Amazonas
CI - Conservação Internacional
CIEAM – Centro da Indústria do Estado do Amazonas
CNPT - Centro Nacional das Populações tradicionais
CNPT - Centro Nacional de Populações Tradicionais
CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CO² - Carbono
CODEAMA - Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia no Estado do Amazonas
IMA - Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COIAM - Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas
COLPESCA - Colônia de Pescadores
COP - Conference of Parties
CSA - Compensação por Serviços Ambientais
DD&L - Denys Dantas & Lopes Advogados Associados
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
EJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
ESEC - Estação Ecológica
ESEC - Estação Ecológica
FAPEAM - Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FBCA - Fundação para Conservação da Biodiversidade da Amazônia
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FCBA - Fundação para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia
FEA/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FLONA - Floresta Nacional
FLORESTA - Floresta Estadual
FUCAPI – Fundação Centro de Análise e Inovação tecnológica
GEE - Gases de Efeito Estufa
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFAM - Instituto Fundiário do Amazonas
IIED - International Institute for Environmental and Development
IMA - Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITEAM - Instituto Terras do Amazonas
ITERAM - Instituto de Terras e Colonização do Amazonas
ITR - Imposto Territorial Rural
IUCN - União Internacional de Conservação da Natureza
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEB – Movimento de Educação de Base
MEB – Movimento de Educação de Base
MICOA - Ministério do Meio Ambiente de Moçambique
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NCS - Núcleos de Conservação e Sustentabilidade
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEA - Política Ambiental do estado do Amazonas
PARNA - Parque Nacional
PBF - Programa Bolsa Floresta
PCE – Programa Corredores Ecológicos
PDRI/AM - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do estado do Amazonas –
PEMC - Política Estadual sobre Mudanças Climáticas
PGAI - Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PGE - Procuradoria Geral do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
PIM – Polo Industrial de Manaus
PMFSPE – Plano de Manejo Florestal Simplificado em Pequena Escala
PPG7 - Programa Piloto de Proteção à Floresta Tropical
PROBUC - Programa de Monitoramento da Biodiversidade em UC
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PT - Pastoral da Terra
PZFFV - Programa Zona Franca Verde
PZFFV – Programa Zona Franca Verde
RCE - Emissões de Gases de Efeito Estufa
RCE - Reduções Certificadas de Emissões
RDS - Reserva de Desenvolvimento sustentável
REBIO - Reserva Biológica
REDD - Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação
RESEX – Reserva Extrativista
RPDS - Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável
RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SDS - Secretaria de estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEAE - Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo
SEAFE - Secretaria Adjunta de Extrativismo (SEAE)
SEAFE - Secretaria Executiva Adjunta de Floresta e Extrativismo
SECT - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação e qualidade de Ensino
SEMACT - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SEMACT - Secretaria Especial de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas
SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI – Terras Indígenas
UC - Unidades de Conservação
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGMUC - Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação
UnB - Universidade de Brasília
UNI – União das Nações Indígenas
UNITROP - Fundação para Estudos Avançados do Trópico Úmido
WWF - World Wildlife Fund
ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico do Amazonas

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a participação das populações tradicionais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari no processo de implementação do Programa Bolsa Floresta (PBF) como política pública do governo do Amazonas nas Unidades de Conservação (UC), como modelo de pagamento por serviços ambientais (PSA). Ao longo deste trabalho, foi feita uma análise das UCs, considerando desde as primeiras áreas protegidas criadas no Brasil, as de proteção integral até a implementação de UCs na categoria de uso sustentável na Amazônia. Buscou-se entender em que momento foi instituído o “modelo”, bem como as principais concepções que nortearam a implantação, considerando o foco das discussões relacionadas ao “desenvolvimento sustentável” no Brasil, o movimento dos seringueiros na Amazônia e o papel dos ambientalistas neste processo. Faz-se uma discussão da questão ambiental no Amazonas, como política para a implantação do “modelo” de UCs de uso sustentável, abordando a ruptura de antigas concepções e a implementação de novos paradigmas, as diretrizes estaduais em torno da política ambiental e a política estadual de mudanças climáticas, baseada na Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD) e o papel que as populações tradicionais, envolvidas no processo, exercem nas decisões quanto a definição das ações e serviços. Foi realizada uma análise da execução do PBF enquanto modelo de PSA, tendo como base o “modelo” de REDD na RDS Uacari visando compreender o papel que as populações tradicionais exercem na construção, planejamento e execução das ações, para avaliar a participação dos beneficiários nos processos de decisão do programa na UC. Assim, foi possível constatar que as políticas ambientais no Amazonas, sobretudo, a partir de 2003 têm um forte avanço, sobretudo, quanto a normatização do marco legal e de incremento de novas UCs, a partir da criação de diversas áreas protegidas, principalmente de uso sustentável; no entanto, mantém um modelo de gestão ineficaz, considerando os objetivos propostos pelo Programa Zona Franca Verde e a Lei Estadual de Mudanças Climáticas, no que tange a operacionalização das ações e implementação das UCs, comprometendo os resultados propostos. Há fatores como a falta de compromisso do Estado com a política, no momento em que não destina recursos financeiros em seu orçamento, dependendo dos recursos externos, não moderniza seu modelo de gestão pública, levando a agilizar os procedimentos e processos de execução, os processos culturais e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais pouco são considerados na implementação de ações, problemas como o fundiário não estão resolvidos, haja vista que o Estado não tem encarado o problema no sentido de solucioná-lo e isso emperra a implementação de ações de forma legais, uma vez que não se licencia atividades de manejo de recursos naturais sem o documento fundiário da área etc. Tudo isso constatado, foi possível, a partir dessa dissertação, se fazer uma análise de que o PBF como um modelo de política do estado do Amazonas, apesar de executado por uma instituição de constituição jurídica privada, tem cometido erros típicos do setor público, de buscar os resultados em curto prazo, visar os resultados quantitativos e menos os qualitativos etc. Esses procedimentos quando usados em ações junto à comunidades tradicionais precisa ser observado com outro olhar, de modo a respeitar suas peculiaridades, o seu tempo, seus modos, anseios etc. Além disso, essa dissertação proporciona à demais pesquisadores interessados no tema a explorar com maior afinco aspectos como a questão fundiária das UCs, a propriedade do carbono (á quem pertence: Ao Estado ou às populações tradicionais?), pesquisas comparativas entre programas de governo executados em UCs em relação ao PBF, efeitos reais deste tipo de programa na vida das pessoas no tocante à qualidade de vida.

Palavras-Chave: Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei estadual de Mudanças Climáticas, Programa Bolsa Floresta, Populações Tradicionais, Unidades de Conservação.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the participation of traditional populations of Uacari Sustainable Development Reserve (RDS) in the process of implementation of the Forest Scholarship / Bolsa Floresta (PBF) as a public policy of Amazonas government. The PBF acts as a model for payment of environmental services (PES). Throughout this paper, an analysis of Conservation Units (UCs), considering since the first protected area created in Brazil, of full protection, throughout the implementation of sustainable use UCs in the Amazon. We sought to understand at what point was established the "model", as well as key concepts that guided the implementation, considering the focus of discussions related to the "sustainable development" in Brazil, the Amazon rubber tapper movement and the role of environmentalists in this process. Used as guideline for the State environmental and climate change, the Reducing Emissions from Deforestation and Degradation (REDD) was put in practice in Uacari UC. The role played by traditional populations involved in the process, such as engagement in decisions regarding the definition of actions and services, is put into focus. An analysis of the implementation of this policy in Uacari Reserve, based on the "model" of REDD was made in order to understand the role that people play in traditional construction, planning and execution of actions. Thus, it was established that environmental policies in the Amazon, especially from 2003 onwards have made a strong advance, especially as the consolidation of legal status and incrementation of new protected areas, from the creation of several protected areas, mainly of sustainable use. However, remains a model of inefficient management, considering the objectives proposed by the Zona Franca Verde Program and State Climate Change Act, with respect to operationalization and implementation of the actions of PAs, jeopardizing the proposed results. There are factors such as lack of commitment to the policy of the State, such as lack of autonomy in terms of budget, depending on external resources, slow modernized of public management model, leading to streamline procedures and execution processes., Procedures and cultural ways of life of peoples and traditional communities are little considered in the implementation of actions, such as land problems are not resolved. All this noted, it was possible, from this dissertation to make an analysis of the PBF as a model of state policy, although run by a private institution of legal constitution. This policy has encountered mistakes typical of the public sector, to seek the short-term results, target the quantitative results and not the qualitative. These procedures when used in actions with the traditional communities must be observed with another look, in order to respect their peculiarities, their time, their moods, desires etc.. Furthermore, this dissertation provides the other researchers interested in the topic to explore more aspects like land issue of UCs, the ownership of carbon (to whom it belongs: the State or to the traditional populations?). Providing possibilities of comparative research between government programs run in PAs over the PBF, understanding the real effects of such a program on the lives of people with regard to quality of life.

Keywords: National System of Conservation Units, State Law on Climate Change, Bolsa Floresta, Traditional Peoples, Protected Areas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAÍTULO I – A GÊNESE E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO NO AMAZONAS.....	28
Introdução.....	28
1.1 O Estado e as políticas ambientais no Brasil.....	36
1.2 O Estado e as políticas ambientais no Amazonas.....	49
1.3 A intervenção do estado e a instituição das UCs de uso sustentável: espaço de esperança no Amazonas?.....	54
CAPÍTULO II – A LEI DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA): O PROGRAMA BOLSA FLORESTA (PBF).....	63
Introdução.....	63
2.1 O Estado do Amazonas como promotor da criação das UCs.....	66
2.2 A participação das populações tradicionais no processo de criação/implementação das UCs.....	73
2.3 O Programa Zona Franca Verde como “modelo” de desenvolvimento sustentável.....	78
2.4 A lei de mudanças climáticas e a concepção do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no âmbito das novas configurações do estado do Amazonas.....	91
CAPÍTULO III – O PROGRAMA BOLSA FLORESTA (PBF) NA RDS UACARI: UM OLHAR DOS SEUS MORADORES/BENEFICIÁRIOS.....	125
Introdução.....	125
3.1 A economia da borracha e sua crise.....	129
3.2 A ressignificação da vida dos seringueiros do médio Juruá.....	134
3.3 Vida como invenção: A criação da RDS Uacari.....	143
3.4 O PBF na RDS Uacari: um olhar dos seus moradores/beneficiários.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS.....	188
ANEXOS.....	196
ANEXO 1.....	197
ANEXO 2.....	204
ANEXO 3.....	210
ANEXO 4.....	213
ANEXO 5.....	214

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o fazer profissional, numa tentativa de entender a realidade na qual continuo imerso, mas, sobretudo, a busca por discutir propostas que possam contribuir para um modelo de gestão das Unidades de Conservação (UCs) onde as populações residentes possam atuar como protagonistas no processo de implementação das ações nas UCs de uso sustentável. A pesquisa, portanto, não tem como objetivo aprofundar-se na discussão sobre os serviços ambientais, mas apenas no Programa Bolsa Floresta (PBF) no contexto das políticas ambientais no Amazonas.

O objeto desta pesquisa são as populações tradicionais no contexto das UCs e do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), baseado no PBF, como políticas do estado do Amazonas que, de acordo com seus fundamentos, visam fomentar a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Estas políticas preveem que seja valorizada a participação da sociedade civil como protagonistas nas tomadas de decisão em todas as fases do processo de implementação, o que se buscará evidenciar como está se dando a efetividade desta participação.

Os maiores desafios destas políticas, no entanto, são exatamente a garantia da participação das populações nos processos de decisão e a garantia de melhoria da qualidade de vida, haja vista que as ações para operacionalização dos ideais almejados para as UCs, até então vêm apresentando-se como ineficientes para atender aos anseios das populações nas UCs. No caso do Amazonas, o cenário das UCs é não mais de criação de novas áreas, mas de implementar as já decretadas e, assim, passa-se por mudanças internas que sofrem resistências no fazer do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), uma vez que se tem arraigado um modelo de UC voltado à pesquisa e à proteção integral.

A implementação de um modelo de PSA, por meio do PBF junto a essas UCs é outro desafio, haja vista que, mesmo no meio acadêmico, o tema ainda causa polêmica, colocando-se em dúvidas sua efetividade. Se, no próprio meio acadêmico, há dúvidas em relação ao modelo, imaginemos, pois, o desafio que é fazer com que este seja implementado em UCs onde se têm baixa formação escolar dos moradores e pouco conhecimento do tema, o que pode comprometer os níveis de participação destas populações nas tomadas de decisão das ações que implementarão este modelo no Amazonas.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar o efetivo papel da organização social ribeirinha no processo de implementação do PBF junto à RDS Uacari, bem como evidenciar o olhar das populações tradicionais em relação ao PBF como modelo de PSA no Amazonas, visando constatar a eficácia das ações implementadas pelo programa, no tocante ao atendimento à realidade das populações tradicionais, bem como evidenciar a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes e usuárias da UC.

Quanto à metodologia usada na pesquisada visando atingir os objetivos propostos, cabe destacar que, segundo Witkoski (2010), trata-se do caminho e do instrumental próprios de abordagem da realidade. Neste sentido, a arte de dirigir o espírito na investigação do mundo social é, intrinsecamente, condicionada por um corpo de teorias que a ilumina de maneira latente e/ou manifesta. Da forma como a tratamos, metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilita a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador.

Ela não procura soluções, mas contribui na escolha das maneiras de encontrá-las, integrando os conhecimentos adquiridos sobre os métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas. A metodologia conduz toda a elaboração do método que será empregado na resolução de um determinado problema.

Nem sempre é fácil determinar aquilo que se pretende pesquisar, pois a investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e uma metodologia adequada ao problema a ser investigado, assim, qualquer estudo objetivo da realidade social, além de ser norteado por um arcabouço teórico, deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador e também todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa (BECKER, 1994, p. 75).

Assim, a pesquisa adotou a seguinte metodologia para levantamento de dados para geração dos resultados:

1 Análise documental, tendo como base relatórios de ações (oficinas) realizadas pela equipe da FAS desde a implementação do PBF em 2007, visando analisar a participação das pessoas nas reuniões e nas discussões, principalmente no sentido de comparar o público de cada uma destas reuniões, tendo como cerne as mulheres que são o público-alvo da ação do PBF;

2 Pesquisa de campo para análise qualitativa do PBF mediante observação simples, informal, não planejada, na qual se teve como foco os diretores da AMARU (Associação dos Moradores da RDS Uacari). Estas visitas foram feitas quando da realização das assembleias gerais e reuniões de diretoria da AMARU. Ao longo do período do mestrado (02 anos), deverão ser feitas 4 (quatro) visitas para participação nestes eventos e mais uma viagem de aplicação do formulário de campo;

3 Aplicação de formulário, com perguntas abertas e fechadas, onde foram levantados dados qualitativos e quantitativos, devendo atingir um público feminino participante do PBF e diretores da AMARU. Esta pesquisa foi aplicada em 08 (oito) comunidades, escolhidas mediante as posições políticas antagônicas, grau de organização e de envolvimento no processo de criação da UC, conexões ou não com os poderes em diferentes escalas (local, municipal, estadual) etc. Este número corresponde em média a 30% do total das 28 existentes na RDS Uacari, devendo atingir 70 pessoas, neste caso consideradas famílias, haja vista que o

PBF é direcionado à mulher em nome da família. Este número corresponde em média a 350 pessoas atingidas diretamente pela pesquisa.

Quanto ao lócus da pesquisa, por se tratar de uma região que tem acesso dificultado durante o período das secas, abordou, sobretudo, as comunidades que ficam na margem do rio Juruá, sendo elas: Bom Jesus, Bauana, Barreira do idó, Santo Antônio do Brito, Morro Alto, Caroyal, Monte Carmelo e Xibauá (Figura 1). Além desta consideração estas comunidades foram eleitas para o lócus da pesquisa em função de seu histórico e processo organizacional, onde tem na região maior tempo em que as famílias se organizaram, fizeram parte de forma intensiva das discussões para criação da UC que será pesquisada. Além destes aspectos, foi considerado, ainda, o contexto organizacional e político que estas representam no cenário local, o que pode levar a compreender por que algumas lideranças se engajam com maior ou menor intensidade nos processos de decisão na UC.

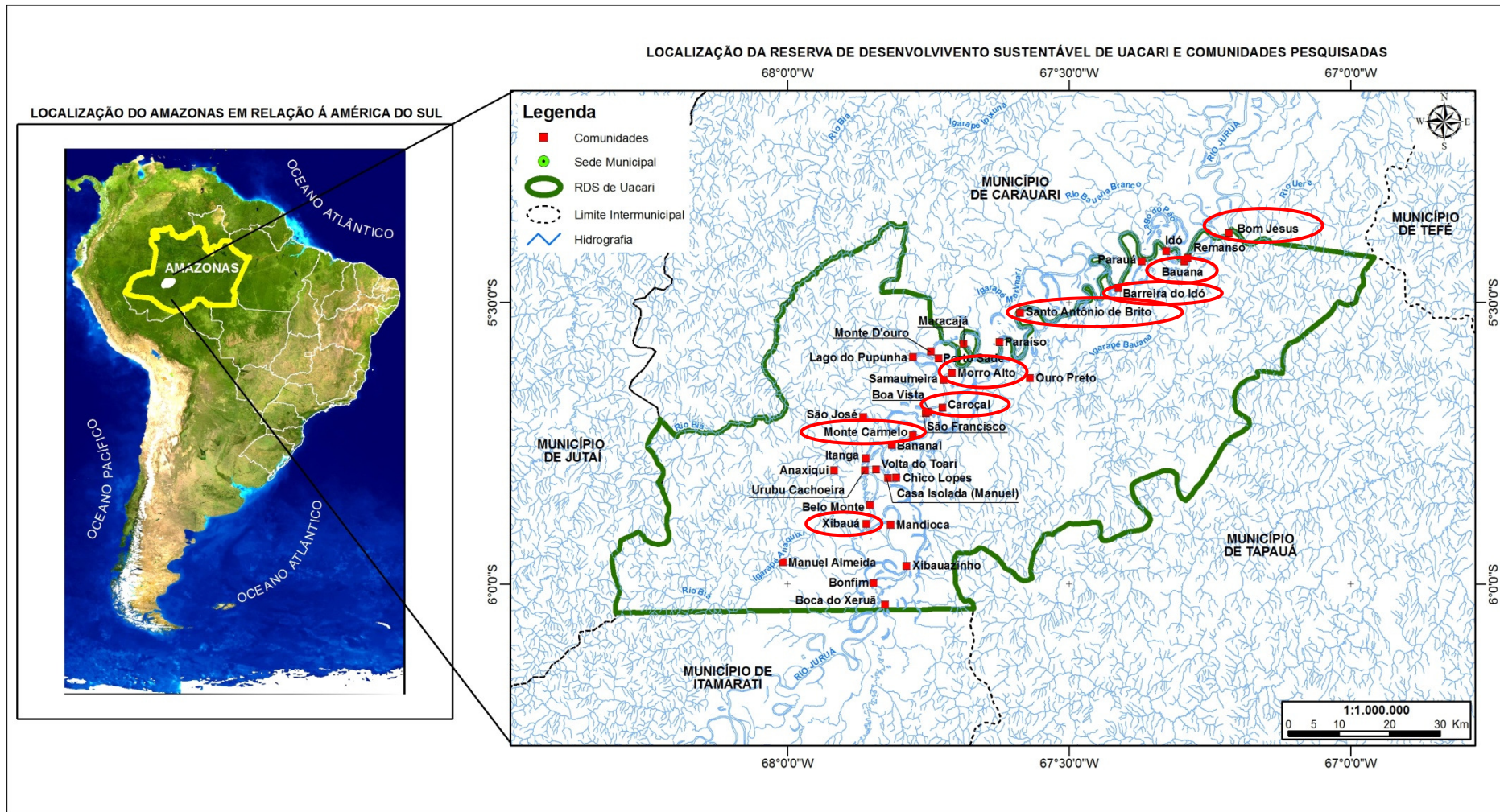


Figura 1 – Mapa de localização da RDS Uacari e comunidades pesquisadas
Fonte: CEUC, 2012

A pesquisa aplicada atingiu o público almejado de 70 (setenta) famílias conforme se propusera, nas comunidades acima destacadas no mapa, abordando desde o tema da unidade de conservação, conhecimentos sobre os processos de gestão da unidade de conservação onde estas famílias residem, bem como análise mais direta sobre o PBF, tanto no sentido do conhecimento, quanto relacionado à avaliação dos resultados julgados pelas pessoas entrevistadas.



Figura 2 – Comunidade Barreira do Idó
Fonte: SANTOS, 2012



Figura 3 – Comunidade Caroçal
Fonte: SANTOS, 2012



Figura 4 – Comunidade Monte Carmelo
Fonte: SANTOS, 2012



Figura 5 – Comunidade Xibauá
Fonte: SANTOS, 2012

Do grupo de pessoas entrevistadas, 94%, ou seja, 66 formulários foram aplicados com pessoas beneficiadas pelo PBF (Figura 6), ou seja, um público composto pelas mulheres (figura 7), que pouco se fazem presentes nas reuniões, com exceção das oficinas organizadas

pela FAS relacionadas ao PBF. É importante destacar que, apesar de o PBF ser direcionado à família tendo como foco as mulheres, quando estas precisam participar das reuniões têm limitação, porque sair de casa para as reuniões ainda é, na concepção da maioria dos homens da região, um “privilégio” gozado pelos homens, ou seja, ainda há pouca participação das mulheres nos canais de discussão e decisão tomadas na UC.



Figura 6 – Entrevista com beneficiária do PBF, comunidade Bauana
Fonte: SANTOS, 2012



Figura 7 – Entrevista com beneficiária do PBF, comunidade Xibauá
Fonte: SANTOS, 2012



Figura 8 – Entrevista com beneficiária do PBF, comunidade Morro Alto
Fonte: Arquivo pessoal – Francisco Pinto

Para Geertz (1997), é preciso que o pesquisador se aproprie das informações do local a ser pesquisado; contudo, isto não quer dizer que precise se adaptar perfeitamente ao ambiente exótico, como o mito do pesquisador de campo semicamaleão, sendo um milagre ambulante em empatia, tato, paciência e cosmopolitismo.

Neste caso, o desafio que se apresenta é exatamente o inverso, uma vez que nasci num seringal que hoje é uma comunidade localizada nessa região, ao entorno da RESEX do médio Juruá, e o desafio é abstrair-se desse processo, uma vez que, para quem fez parte de toda essa discussão das UCs e da organização social nessa região, que conhece todas as lideranças desde a década de 1980 envolvidas no processo de organização e criação das UCs, trata-se de um desafio, pois é preciso tornar-se “estrangeiro” em terra própria.

Para captar conceitos de experiência-próxima,

deve-se fazer de uma forma tão eficaz que nos permita estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa, que se coloca “embaixo da pele do outro”. (GEERTZ, 1997, p. 88).

Mesmo diante deste desafio, me propus a escrever sobre um tema que tenho buscado me aprofundar desde a graduação em ciência política, depois com uma especialização que realizei na área de perícia, auditoria e gestão ambiental e agora com o mestrado, numa busca intensa de qualificação profissional sobre um tema que envolve pessoas que me remetem às minhas origens, visando contribuir para a qualificação dos processos e da vida das populações tradicionais nas UCs do Amazonas.

O capítulo I, A gênese e a formação do sistema de unidades de conservação no Amazonas como política de Estado, aborda o resgate histórico da questão ambiental a partir de um foco internacional, no sentido de perceber os ideais que levaram à implementação do modelo de política de Estado, mas principalmente o contexto em que isso ocorre; sobretudo

no Brasil e na Amazônia. Apesar de ser um tema já bastante trabalhado por outros autores, é importante entender o papel que lideranças e a região do médio Juruá tiveram e continuam tendo na configuração da atual política ambiental no Amazonas, bem como a influência que causa no contexto futuro das populações locais, e nas formas de condução de suas vidas para os próximos anos. É importante, ainda, porque poucos são os trabalhos acadêmicos que falam da importância das lideranças amazonenses, para a tomada de decisão que culminaria num modelo que o Brasil adotaria futuramente como um “modelo” de política fundiária para os povos da floresta na região amazônica.

O capítulo II, A lei de mudanças climáticas e o pagamento por serviços ambientais (PSA) através do Programa Bolsa Floresta (PBF), traça uma análise da política ambiental do Amazonas, a partir da concepção da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, o que possibilitará, mediante a análise do contexto em que esta tomada de decisão acontece na esfera executiva estadual, compreender os ideais políticos e intelectuais que nortearam esse modelo.

Essa política promove os ideais da conservação dos recursos naturais e também da melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais tendo por base a criação e a implementação de UCs de uso sustentável, implementando uma categoria que, ao mesmo tempo em que prevê a conservação dos recursos e a melhoria da qualidade de vida das populações, não garante a resolução dos conflitos fundiários pois diferentemente das RESEXs, o modelo instituído pelo estado do Amazonas, não obriga o mesmo a solucionar os problemas fundiários previstos nas áreas e principal objetivo das populações extrativistas no final da década de 1980.

O capítulo III, O Programa Bolsa Floresta (PBF) na RDS Uacari: Olhares dos seus moradores/beneficiários, apresenta os resultados da política tendo por base sua implementação na RDS Uacari, com foco na política de pagamento por serviços ambientais

que o estado do Amazonas institui no âmbito da lei de mudanças climáticas, que é o PBF, executado pela FAS desde 2007. Nesse capítulo, analisa-se o papel exercido pelas populações tradicionais na implementação dessa política na UC, a partir do olhar das pessoas beneficiárias do Programa, além de lideranças comunitárias e da associação de moradores da RDS, uma vez que o estado do Amazonas considera que estas desempenham eficiente papel participativo na implementação do Programa junto às UCs no Amazonas.

Capítulo I - A GÊNESE E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO NO AMAZONAS

Introdução

A história das UCs no mundo destaca que o Parque de Yellowstone foi o primeiro Parque Nacional criado, no ano de 1872, “marcando o nascimento do conceito de Unidade de Conservação moderna. Contudo, somente a partir de 1916, foram conceituadas as bases teóricas e o manejo de parques nacionais nos Estados Unidos” (ARAÚJO, 2007, p. 28). A categoria: Parque UC de proteção integral, foi a primeira a ser reconhecida, implementando uma categoria de UC, dentre tantas outras que viriam a ser criadas em todo o mundo anos mais tarde.

A partir do ano de 1960, a questão ecológica se torna tema de discussões de forma intensa.

A década de 1960 marca a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico. É nesta década que começam a emergir com feições autônomas uma série de movimentos, tais como os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos etc. É possível encontrar manifestações desses diferentes segmentos sociais em períodos anteriores, mas é indiscutível que eles não só não constituíam os mais significativos movimentos e questionamento da ordem instituída, como também tinham as suas especificidades subordinadas aos interesses da causa maior da emancipação do proletariado. (GONÇALVES, 1989, p. 10-11)

No Brasil, o tema emerge a partir de 1970, período em que se vivia a ditadura militar (período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil). Esta época vai de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar que combatia qualquer movimento que tentava se organizar, e daí tantas lideranças do movimento sindical e estudantil serem perseguidas, mortas, exiladas, etc. Os primeiros movimentos ecológicos no

Brasil, segundo Gonçalves (1989), surgiu no Rio Grande do Sul, com a Associação Gaúcha de Preservação Ambiental (AGAPAM), no norte Fluminense (Campos e Macaé, por exemplo) e em Cabo Frio (luta pela preservação das dunas).

Essas iniciativas propostas tinham caráter preservacionista – modelo de UC que considera apenas os princípios biológicos, preservação de espécimes animais e vegetais, valorização da fauna silvestre, não tolerando a presença humana na área e muito menos o uso dos recursos pelas populações, sendo assim, de uso restritivo – principalmente no tocante aos interesses do Estado¹ que buscava atrair investimentos estrangeiros, que só eram possíveis na adoção de ações de ordem preservacionista.

As primeiras iniciativas do Brasil na criação das UCs de proteção integral preveem a preservação dos recursos naturais para apreciação como beleza cênica. Na adoção desse modelo no Brasil, criaram-se conflitos que se arrastam até os dias atuais, haja vista que eram modelos de áreas protegidas instituídas, a partir de estudos acadêmicos, sem levar em consideração as realidades locais e, sendo um modelo que não permite que pessoas residam nas áreas, anos depois de instituídas, descobria-se que centenas ou milhares de pessoas que ali

¹ [...] Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, ou mais precisamente dois momentos da articulação de campo estatal: O Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A dominação de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares. Ao lado do Estado em sentido restrito, Gramsci coloca o Estado em um sentido amplo: O que ele chama de Estado integral. Esse “ao lado” não tem naturalmente nada de especial, posto que o conceito de Estado integral é a verdadeira pedra de toque da justeza de qualquer análise marxista. O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua “hegemonia”, ainda que ao preço de “equilíbrios de compromisso”, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise: “O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados”. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 127, 128, 129). Segundo COUTINHO (1981:91), o Estado, portanto, comporta duas esferas principais: A sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

residiam como populações tradicionais² não eram consultadas sobre tal processo de criação. Podemos citar aqui como exemplo, o Parque Nacional do Jaú (PARNA), a Estação Ecológica de Anavilhanas (ESEC), etc.

BOX 1 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Para Antônio Diegues (1996 apud PAIOLA; TOMANIK, 2002, p. 174), as populações tradicionais apresentam características que as diferenciam, e muito, das populações típicas dos meios urbanos maiores e mais industrializados. Possuem conhecimento profundo da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, os quais são os mantenedores de seu modo particular de vida. Suas atividades econômicas apresentam forte dependência em relação à natureza e, longe de apresentar características predadoras, limitam, graças ao uso de tecnologia relativamente simples, o impacto sobre o ambiente. As atividades econômicas, sociais e culturais têm como base importante a unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou de compadrio. No decurso dessas atividades ganham relevância os mitos, os rituais e as simbologias. Na divisão técnica e social do trabalho, destacam-se as práticas artesanais, das quais o produtor e sua família dominam todo o processo de trabalho, ou seja, dentro de uma lógica pré-newtoniana, pois foi nas sociedades pós-Newton que o homem passou a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas tantas leis cognoscíveis (do que se pode conhecer) e que era suscetível (capaz) de manipulação produtiva sistemática (ROSTOW, 1974). ... Paul Little (2002, p. 23) pressupõe a constatação de fatores como a existência de regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que refletem pontos comuns de diversos povos e contribuem para a conceituação de populações tradicionais. Como o significado do conceito de população tradicional muda conforme a concepção político-científica que se está analisando, observa-se que no contexto da discussão sobre conflitos na segunda metade do século XX na Amazônia, período em que essa região era caracterizada como uma grande fronteira econômica, uma vez que ali se instalavam as relações de produção capitalista, as populações, que sobreviviam com uma relação quase que orgânica com a imensa floresta tropical, eram vistas como resistentes, em razão de lutarem por sua forma particular de existência e produção, ou seja, em defesa de seu modo de vida e de sua territorialidade frente à usurpação por parte do Estado e de outros grupos sociais vinculados a este (GONÇALVES, 2001; LITTLE, 2002). No contexto ambientalista, o conceito emerge a partir da forma como os preservacionistas entendiam os diferentes tipos sociais existentes nas

² [...] São populações locais – ribeirinhos, seringueiros, piabeiros, coletores de castanha e demais extrativistas – que podem servir de base para o estabelecimento de regras eficazes de manejo e proteção dos recursos naturais (VERÍSSIMO, 2011, p. 12). [...] assim como as populações indígenas, tidas como portadoras de características positivas para a conservação – por exemplo, a harmonia com a natureza, o etnoconhecimento, o manejo sustentável dos recursos naturais e a condição de produtoras de biodiversidade. Essas são as chamadas “populações tradicionais”, expressão que designa um conjunto de populações de pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, caipiras, camponeses, extrativistas, pantaneiros, ribeirinhos que fazem uso direto dos recursos da natureza, através de atividades extrativas e/ou de agricultura com tecnologia de baixo impacto ao meio, que vivem em remanescentes florestais que são ou podem vir a ser unidades de conservação. Segundo essa perspectiva, essas populações seriam “harmônicas com a natureza” por dependerem diretamente dos recursos naturais e deterem conhecimento ecológico (etnoconhecimento) da região (VIANNA, 2008, p. 214).

unidades de conservação de proteção integral, considerados por aqueles como obstáculos para a implantação plena das metas dessas unidades (LITTLE, 2002, p. 23). A concepção de desenvolvimento sustentável é mais um elemento no contexto ambientalista de redefinição do conceito de povos tradicionais, que, nessa perspectiva, são vistos como parceiros, por apresentarem formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais (LIMA; PEREIRA, 2007). O Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007, define como povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Além disso, define como territórios tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e desenvolvimento sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. No tocante à política nacional de povos e comunidades tradicionais, esta tem como objetivos: promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições; I – garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; II – solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; III – implantar infraestrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais; IV – garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; V – garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais; VI – reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos; VII – garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional; VIII – garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e às doenças decorrentes destas atividades; IX – criar e implementar, urgentemente, uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais; X – garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social; XI – garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais; XII – implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social; XIII – garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo; XIV – assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas

situações de conflito ou ameaça à sua integridade; XV – reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; XVI – apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais e; XVII – apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais. A política nacional e o Decreto apenas normatizam o termo, haja visto que tratam de conceitos e valores tradicionais, conceitos de territórios, a relação entre o uso dos recursos e a questão ambiental, assim como a ciência já o vem fazendo. O desafio do Estado é conseguir implementar os objetivos da política de povos e comunidades tradicionais

O modelo de UC de uso sustentável nasce a partir das discussões acerca do desenvolvimento sustentado³ em escala mundial, que se inicia em torno da escassez dos recursos naturais e da necessidade humana de buscar a ampliação do capital. A preocupação com o equilíbrio ambiental foi se tornando mais constante, aparecendo o conceito de desenvolvimento sustentável nos debates sobre a questão ambiental, num sentido de uso dos recursos naturais de uma forma “capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas” (SCOTTO, 1988, p. 9).

As UCs como categorias de

áreas protegidas, poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem se beneficiar da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo (CLAY, 2008, p. 209).

³ Se nos anos de 1970 a crise ambiental tornou necessário que se colocasse um freio antes que o colapso ecológico fosse alcançado, a partir dos anos de 1980 o discurso neoliberal anunciou a desapareção da contradição entre ambiente e crescimento. A ideologia do desenvolvimento sustentado libera o mercado, desencadeando um processo incontrolado e desregulado de produção, um delírio da razão econômica, uma mania de crescimento. O discurso da sustentabilidade aparece assim como um simulacro que nega os limites do crescimento para afirmar a corrida desenfreada em direção à morte entrópica do planeta [...] Dessa maneira, as estratégias de sedução e de simulação do discurso do desenvolvimento sustentado constituem o mecanismo extra-econômico por excelência na pós modernidade para manter o domínio sobre o homem e a natureza [...] as políticas do desenvolvimento sustentado procuram conciliar os lados opostos contrários da dialética do desenvolvimento: O meio ambiente e o crescimento econômico. A tecnologia seria o meio instrumental que poderia reverter os efeitos da degradação entrópica nos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (LEFF, 2006, pp. 139, 140, 142, 143).

As áreas protegidas surgem como um novo modelo de território⁴, onde as UCs de uso sustentável visam garantir uma nova forma de resolução dos conflitos fundiários, de uso da terra e dos recursos naturais pelas populações extrativistas.

O território brasileiro tem sido usado como laboratório de experiências pontualmente localizadas, entre as quais os planos e projetos estratégicos, e os portfólios de investimentos públicos-privados. Com isso, os interesses hegemônicos de corporações empresariais, instituições de cooperação e consultorias internacionais encontram terreno fértil para impor sua presença. Porém, o principal é que se deixa de pensar um projeto para o Brasil no seu todo (STEINBERGER, 2006, p. 29-30).

No Brasil, a ECO 92 foi o ápice da discussão que marca a inserção das questões ambientais em âmbito nacional, ganhando a atenção de setores governamentais, organizações não governamentais (ONG's) ambientais e de outros setores da sociedade em torno da temática. Contudo, o relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, como é conhecido, já havia sido publicado em abril de 1987, como resultado do trabalho de uma comissão que teve como presidentes Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, daí o nome do relatório final. A comissão, composta por ONGs e cientistas do mundo inteiro, foi criada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983. Seu trabalho durou quatro anos e envolveu a realização de discussões no mundo todo.

O relatório apresenta uma visão das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade e as relações entre a economia, tecnologia, sociedade e política, bem

⁴ A territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 4)

como chama atenção para a necessidade de uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade da sociedade atual quanto ao uso dos recursos naturais para o equilíbrio das gerações futuras. Com a sua publicação, dissemina-se o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual vinha, desde os anos 1970, sendo refinado.

Neste relatório, destaca-se que o desenvolvimento sustentável é mais do que crescimento econômico, ele exige uma mudança de concepção, a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia e com menor impacto ao meio ambiente. Essas medidas deveriam ocorrer, em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico (entendido como a riqueza constante em cada país, a partir dos recursos naturais existentes), melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas; contudo, é bem verdade que, após 1992, pouco se avançou em relação a estes objetivos, haja vista que, cada vez mais, as empresas buscam ter maiores margens de lucro, e, com isso, conseqüentemente, o uso de matéria-prima, a degradação ambiental e o capital das empresas aumentam.

Buscava-se firmar, a partir de então, uma consciência de que é a solidariedade entre as gerações, o princípio ético que deve nortear o processo de desenvolvimento. Assim, com esse balizamento conceitual, a insustentabilidade do desenvolvimento é determinada pelo uso de tecnologias poluidoras, uso de energia nos países ricos, expansão demográfica e pela expansão da pobreza nos países pobres.

Para reverter este quadro, propõe-se a execução de estratégias que estimulem a criação de tecnologias não poluidoras e pouco exigentes em energia, a organização de um quadro institucional com capacidade de regular e fiscalizar a emissão de poluentes, a aplicação de políticas compensatórias aos efeitos negativos dos ajustes macroeconômicos e o aumento da transferência de capital para os países pobres.

Outras críticas surgiram ao conceito de desenvolvimento sustentável. Entre elas, podemos citar Antonio (2009, p. 19), o qual argumenta que essa expressão, em sua elasticidade semântica, pode abrigar desde um sentido radical, voltado para um novo tipo de sociedade, até um significado conservador, em que renomeia o desenvolvimento capitalista, conferindo-lhe uma preocupação social e ambiental.

No primeiro caso,

desenvolvimento sustentável refere-se à boa sociedade humana que, se não consegue realizar a utopia socialista ou uma versão alternativa desta, pelo menos tentará forçar a penetração de valores em sua racionalidade econômica. No segundo, o desenvolvimento perde sua aura radical e passa a designar apenas um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista, naturalizada como paradigma da sociedade moderna (ANTÔNIO, 2009, p. 30 e 42),

ou seja, seria considerar que o modo de produção baseado no capitalismo passaria a incorporar total preocupação com as questões ambientais e sociais antes de pensar, sobretudo, no lucro. Esse dilema decide-se cada vez mais em favor desta segunda vertente à medida que a agenda ecológica é incorporada nas políticas governamentais, nas agências e organismos internacionais e nas próprias decisões do empresariado privado.

O termo desenvolvimento sustentável acabou vulgarizado ao longo do tempo, pois observa-se que, apesar da ênfase dada ao tema, os resultados efetivos demonstram-se pouco efetivos, diante do que prometeram os discursos e os tratados internacionais que se associaram ao conceito. Atualmente, há um consenso em torno do tripé que sustenta o conceito, mas pouco se tem efetuado para a sua real concretização, quando todos abraçam a ideia de conservação socioambiental, mas acabam ficando na retórica. Para Lima (1997, p. 2), “esse despertar de uma nova consciência ecológica, entretanto, apesar de sua importância, ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais”. Diegues (1992, p. 22-23) afirma que a proposta

[...] não leva em conta todo um conjunto de problemas, especialmente os conflitos de interesses entre Norte e Sul, o controle das empresas multinacionais sobre novas tecnologias e seu poder de se opor às iniciativas que colidem com suas estratégias globais, às relações desiguais no comércio mundial. Em segundo lugar, a crítica pressupõe uma confiança velada nas soluções de mercado para os problemas ambientais, minimizando-se a lógica empresarial de externalizar esses custos. A terceira crítica envolve a própria noção do desenvolvimento sustentável, que teria como objetivo tácito atingir o desenvolvimento dos países industrializados.

É essa irrupção que permite dotar o desenvolvimento sustentável de sua dimensão inovadora: sustentabilidade social que não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites ou restrições para que o desenvolvimento persista ao longo do tempo. Ela implica, também, a ultrapassagem do econômico, não para a rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicação do crescimento, mas pela sua colocação a serviço de uma nova organização societária na qual a finalidade social esteja “justificada pela ética de solidariedade integracional e de equidade, materializada num contrato social” (SACHS, 1995, p. 26). São as cláusulas desse novo contrato que dão sentido e finalidade à produção econômica. São também elas que oferecem garantias para um contrato natural e carregam de sentido as relações com o mundo natural, que vão além do seu reconhecimento como um espaço de usufruto de utilidades.

1.1 O Estado e as políticas ambientais no Brasil

No Brasil, as discussões relacionadas à questão ambiental seguem o modelo mundial baseado nas categorias de proteção integral dos espaços naturais, conforme destacamos, portanto, não admitindo a presença de pessoas dentro do perímetro geográfico da UC nesta categoria. Além disso, outro fator que estimula o olhar em torno da questão ambiental, visando à preservação dos ecossistemas é o fato de que a

política fundiária do país também estimulava a degradação ambiental, sobretudo com a intensificação da cultura do café, que se consolidou como o grande produto agrícola brasileiro, o que estimulou ainda mais a grilagem de terras no país (ARAÚJO, 2007, p. 55).

Neste período (1930), a Constituição Federal garantia, aos estados brasileiros, total autonomia aos proprietários rurais, poder ilimitado sobre suas propriedades, não admitindo intervenção estatal no modo como os proprietários rurais exploravam os recursos naturais em suas terras. Qualquer legislação destinada a controlar a exploração dos recursos naturais não era bem vista pelas oligarquias dominantes, e, assim, a discussão acerca da questão ambiental no Brasil não era vista com bons olhos, pois atrapalharia o crescimento econômico e social. Ainda assim, apesar da pouca discussão sobre a temática ambiental, foi criada a primeira unidade de conservação no Brasil em 1937 – o Parque Nacional do Itatiaia⁵ – inicialmente estabelecida como uma estação biológica – dando início à criação de outras UCs de proteção integral ao longo dos anos.

Enquanto isso, na Amazônia, somente nas décadas de 1970 e 1980, iniciam-se intensivos estudos pelo pesquisador Gary Wetterberg⁶ para a criação de áreas protegidas, que, tendo como base o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em Manaus, após diversas expedições de campo, foram estudadas 34 áreas potenciais, das quais apenas 13 se converteram em propostas reais de criação de UCs. Até esse período, a base para a criação de

⁵ Originalmente, o Núcleo Colonial Itatiaia continha 130 lotes rurais e 96 lotes urbanos, abrangendo área de aproximadamente 3.500 hectares. Em 1914, quando a Reserva Florestal do Itatiaia foi criada, foram a ela incorporados os lotes contíguos da parte norte do Núcleo Colonial Itatiaia que ainda não tinham sido vendidos aos colonos. O decreto de criação do Parque Nacional do Itatiaia (Decreto N° 1.713, de 14 de Junho de 1937), considera que, devido à relevância biológica, geológica, hídrica e científica, a Estação Biológica de Itatiaia criada em 1927, deveria estar inserida no Parque Nacional de Itatiaia. O Art. 2° deste instrumento legal prevê a incorporação dos lotes particulares do Núcleo Colonial: A área atual da Estação será acrescida da que for desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União, ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes (<http://www.amigosdoitatiaia.org.br>. Acessado em: 08.05.2012).

⁶ Pesquisador do Serviço de Pesca e Vida Silvestre dos Estados Unidos que contribuiu com o estudo realizado na década de 70, definindo as áreas prioritárias para a conservação amazônica. De 1979 até 1989, cinco parques nacionais e quatro reservas foram criadas em nove das vinte e cinco áreas prioritárias apontadas pelo estudo, inteiramente ou parcialmente dentro do Brasil, resultando na primeira estruturação formal de um Sistema de Unidades de Conservação. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005, p. 15)

UCs era apenas os estudos técnicos, sem nenhuma consulta às populações tradicionais que residiam nas áreas.

Dessa forma, as populações sempre eram surpreendidas pela informação de que residiam dentro de uma estação ecológica, parque nacional, reserva biológica, etc., e, por serem UCs de proteção integral, as famílias eram condicionadas – e ainda são até os dias atuais, como é o caso do Parque Nacional do Jaú, onde centenas de famílias residem enfrentando problemas constantes com a fiscalização do órgão gestor – a saírem das áreas, deixando para trás toda uma história social, econômica e cultural, evidenciando um desrespeito total às populações que tradicionalmente habitam esses lugares.

Problemas como esses foram e são motivos de embate entre os órgãos ambientais Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ICMBio/IBAMA) e as populações tradicionais, que resistem em seus locais de origem que viram “da noite pro dia” o lugar onde moravam e trabalhavam virar UC de proteção integral.

No cenário internacional persiste ainda a visão preservacionista atrelada à crença, não comprovada cientificamente, da Amazônia “pulmão do mundo”, o que faz com que também as grandes potências dediquem atenção especial a ela. Essa atenção se traduz no envio de recursos financeiros e humanos, distribuídos entre órgãos do governo e ONGs, voltados para pesquisas sobre mudanças climáticas decorrentes do desflorestamento na Amazônia, para o apoio às populações tradicionais (indígenas, extrativistas e ribeirinhos) e para o uso sustentável das florestas (FLEISCHFRESSER, 2006, p. 01).

Ainda na década de 1970, com o lançamento do programa de obras e colonização do governo militar, visando à abertura de novas fronteiras de desenvolvimento na Amazônia, a partir da abertura das novas estradas, ligando os centros nacionais de população e a capital com o coração da floresta, descobriu-se que a Amazônia não era o vazio demográfico que os governantes da época pensavam, sendo estas áreas habitadas por populações tradicionais;

contudo, a esta altura, em diversos lugares, já era UC de proteção integral decretadas sem a realização de estudos locais e sem ouvir o que as populações locais pensavam de tal questão.

O século XX chegou para os povos da floresta com violência, sangue e cinzas. Dezenas de povos indígenas foram assolados e devastados por doenças, pelas invasões e a destruição dos seus recursos naturais, por conta das obras alavancadas pelo período do governo dos militares. Comunidades extrativistas, como os seringueiros do Acre e os castanheiros do Pará enfrentaram inúmeros conflitos com grileiros, madeireiros e pistoleiros e muitos perderam as suas terras e até as suas vidas na luta pela terra. O movimento dos seringueiros da Amazônia surge na década de 1970 como a resposta – inovadora, original e inesperada pelos planejadores oficiais – dos povos amazônicos à violência e destruição da fronteira.

Foi na luta pela terra, pelos recursos naturais e seus usos diferenciados pelas comunidades tradicionais, que os movimentos dos povos da floresta foram se organizando. Em 1980, duas reuniões de pouco mais de quarenta líderes indígenas fundaram a União das Nações Indígenas (UNI). Essa primeira organização, independente de representação nacional dos povos indígenas, preocupou muito o governo militar, que chegou a entrar na justiça contra o uso das palavras *nações indígenas* na sigla.

Somando a experiência de dezenas de conflitos e lutas localizados em todo o país, a UNI se articulou com outros setores da sociedade civil⁷ nacional, empenhados na resistência contra o governo militar – que instituiu um modelo de ditadura, já destacado anteriormente – e a pela redemocratização do país, para dar visibilidade aos conflitos locais, outrora invisíveis e extremamente desiguais, e para a reivindicação dos direitos indígenas no plano nacional. Teve, com grupos aliados da sociedade civil, atuação importante no avanço dos direitos indígenas na Constituição de 1988 e foi o precursor da Coordenação das Organizações

⁷ Pensado por Gramsci como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado, em sentido restrito. Gramsci afirma ser a sociedade civil uma característica distintiva das sociedades onde existe um grau elevado de socialização da política, de organização popular. (COUTINHO, 1991, p. 90, 91, 92)

Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que, hoje, representa 165 povos indígenas e 75 organizações regionais.

Os seringueiros tomaram a frente na mobilização dos extrativistas da Amazônia, sendo inicialmente um movimento espontâneo de resistência à pistolagem, expulsões e ameaças que sucederam a abertura da BR 317 no vale do rio Acre e a venda dos antigos seringais para pecuaristas do Sul, porém, com o surgimento de líderes como Wilson Pinheiro (assassinado em 1980) e Chico Mendes (assassinado em 1988) conquistaram espaço no movimento sindical. Através dos *empates*⁸, o movimento passou a impedir a expansão descontrolada da fronteira e forçar a intervenção do governo nos conflitos. Logo no início, contaram com a participação de índios mais próximos ao movimento nos empates.

Em outubro 1985, com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e organizações da sociedade civil, os sindicatos dos seringueiros do Acre convocaram o primeiro encontro nacional dos seringueiros em Brasília, reunindo representantes de comunidades extrativistas de cinco estados da Amazônia. Nesse encontro, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tendo como primeiro presidente um amazonense de Novo Aripuanã, região geográfica do rio Madeira. Jaime da Silva Araújo.

Em 1987, o coordenador da UNI, Ailton Krenak, o primeiro presidente do então Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Jaime da Silva Araújo, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes, realizaram um evento em São Paulo para discutir a proposta de criação da Aliança dos Povos da Floresta, enfocando os paralelos entre suas experiências e lutas e a importância de construir uma aliança efetiva.

Esse movimento teve incisa e importante contribuição de pesquisadores e ambientalistas para atingir a notoriedade como movimento organizado da Amazônia. O movimento dos seringueiros dá início à proposta da Reserva Extrativista, conceituada desde o início como

⁸ Manifestações pacíficas organizadas pelos seringueiros dentro da floresta, visando impedir o desmatamento praticado pelos pecuaristas e preservar a posse dos seringueiros sobre as áreas dos seringais.

análoga à Terra Indígena, os seringueiros começaram a se articular com o movimento nacional e internacional ambientalista chamando atenção para as repercussões globais das suas lutas localizadas pela defesa da floresta.



Figura 9 – Lideranças em São Paulo, na criação da Aliança dos Povos da Floresta, 1987
Fonte: <http://www.redepovosdafloresta.org.br>



Figura 10 – Lideranças em São Paulo, na criação da Aliança dos Povos da Floresta, 1987
Fonte: <http://www.redepovosdafloresta.org.br>

Em fevereiro de 1989, meses após o assassinato do Chico Mendes, a Aliança dos Povos da Floresta foi lançada no Primeiro Encontro Nacional dos Povos da Floresta e Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco do Acre. A Aliança deu respaldo a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre e às gestões conjuntas das duas organizações no plano nacional na reivindicação pelos seus direitos e defesa das suas propostas alternativas.

A Aliança deu início à mobilização e a liderou, o que resultou na criação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que hoje conta com 623 organizações em todos os estados da Amazônia. Hoje, quase 20 anos de conquistas, mas enfrentando ameaças de proporções inéditas, como os efeitos da mudança climática na floresta e as forças econômicas da globalização, a COIAB, CNS, e o GTA veem a necessidade de se rearticularem, fazer a reflexão e avaliação dos seus históricos coletivos e sobre a conjuntura atual, e propor caminhos que possam levar à elaboração e implementação de políticas que possam avançar na busca de melhoria de qualidade de vida desses povos e preservação das florestas.

No entanto, o termo qualidade de vida tem sido incorporado em discursos políticos, homogeneizando o conceito como se fossem aplicáveis de igual forma à todas as populações, sobretudo, por estes discursos estarem voltados a um entendimento apenas no campo da economia moderna.

Segundo Leff (2007, p. 147-148), a qualidade de vida

relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las, demarcando este problema das considerações tradicionais das necessidades na economia convencional (leia-se economia do bem-estar) numa perspectiva; entretanto, pouco se avançou na sistematização e operacionalização do conceito... A noção de qualidade de vida sugere uma complexização do processo de produção e de satisfação de necessidades, que tende a superar a divisão simplista entre necessidades objetivas e necessidades de caráter subjetivo, ou inclusive a dicotomia entre fatores biológicos e psicológicos, incorporando a determinação cultural das necessidades. Em sua análise imbricam-se as noções de bem estar, nível de renda, condições de existência e estilos de vida; tecem-se processos econômicos e ideológicos na definição de demandas simbólicas e materiais, na imposição de modelos de satisfação através de modelos de demonstração e na manipulação publicitária do desejo... Os valores culturais determinam a estruturação das necessidades e da demanda social, bem como dos meios para satisfazê-la. Existem assim, vias diferentes para estabelecer uma qualidade de vida, que vai das formas formais mais místicas e menos materiais, baseadas no ceticismo e na abstinência, até as formas mais refinadas de cultura do gosto, como poderia se exemplificar entre a qualidade de vida do faquir e do monge budista, frente aos prazeres sofisticados do *gourmet* ou do melômano.

Por essa razão, a partir de questionamento que a sociedade civil vem fazendo em torno do modelo, o grupo de lideranças do CNS, GTA e COIAB, reunido em Santarém, em março de 2007, tomou a decisão de *re-articular* a Aliança dos Povos das Florestas, e num segundo encontro, realizado no final de abril de 2007, em Manaus, a mesma liderança, juntamente com pesquisadores e instituições, deliberou pela realização do Segundo Encontro dos Povos das Florestas, tendo como enfoque o problema das mudanças climáticas e a implantação de políticas que compensem os povos das florestas pelos serviços prestados ao ecossistema pela ocupação secular de tais povos e suas formas de produção de baixo impacto à natureza.

Os anos de 1990 foram o marco das discussões ambientais no Brasil, estimulados pela realização da ECO 92⁹, onde diversos setores passaram a incluir a temática em sua pauta de discussão e promoveram um diálogo entre os movimentos sociais, ONGs e ambientalistas. O período preparatório para a conferência iniciara dois anos antes, em 1990, com o Fórum das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros, criado para acompanhar e atuar durante a conferência. Este movimento envolveu um amplo espectro de entidades ligadas à defesa dos direitos indígenas, mulheres, associações de moradores, grupos de jovens, entidades ecológicas e ambientalistas, sindicatos, grupos religiosos, entre outros.

Esse fórum estabeleceu uma agenda de discussões previamente à Conferência e se reuniu sistematicamente para debater os temas que considerava prioritários na agenda social e ambiental – elaborar um diagnóstico da crise social e ambiental e sugerir propostas para uma nova ordem internacional.

A partir dessas discussões, surgiu um dos avanços mais importantes deste período: a noção de que os problemas que estavam em debate não eram exclusivamente sociais *ou* ambientais, e que só poderiam ser enfrentados se compreendidos como fruto da convergência de processos ao mesmo tempo sociais e ambientais. Esta abordagem da questão ambiental passou a ser denominada de socioambiental e ajudou a criar um campo de diálogo entre movimentos. Estes eventos deram origem a um relatório chamado “Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros (92)”.

Os seringueiros somente conseguiram destaque em nível nacional após a aliança feita com ambientalistas, dando notoriedade à luta em escala internacional e possibilitando a criação da concepção das UCs de uso sustentável no Brasil.

⁹ A ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra (<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>. Acessado em 10.05.2012)

A primeira categoria de UC de uso sustentável criada foi a de Reservas Extrativistas (RESEXs) em 1989. Anos depois, foram criadas as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) – uma proposta que surgiu no Amazonas, que será abordada mais adiante –, dentre outras estabelecidas pela Lei 9.985/00, que regulamenta as categorias de UCs no Brasil. A luta dos seringueiros era pela criação do que denominaram território extrativista¹⁰, para que lhes fosse garantida a posse da terra por meio da regularização fundiária, evitando o desmatamento e para que utilizassem os recursos da floresta de forma sustentável, ou seja, extraíssem os recursos para a geração de renda dos Populações Tradicionais, garantindo melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nos seringais da Amazônia.

Na ocasião, ficou claro que todos concordavam que existira uma crise socioambiental e social que devia ser encarada com urgência, pois o modelo de desenvolvimento praticado era insustentável. Diversos conceitos surgiram após este período, desde o setor industrial até as populações tradicionais, passando o tema a ser discutido, no sentido do uso da matéria-prima de uma forma menos impactante possível ao ambiente, mas, ao mesmo tempo, tornando possível a geração de emprego e renda, como garantia do desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, as principais deliberações da ECO-92 foram:

A Carta da Terra; 36 Tratados acordados entre as ONGs recomendando políticas e ações sobre diversos temas sociais e ambientais; relatório nacional denominado Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros (SCOTTO, 2004, p.52).

A discussão que se dava no âmbito da sociedade civil via muitos limites no conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a precariedade, a ambiguidade deste conceito que

¹⁰ Territórios ambientalmente protegidos foram formulados nesse contexto e se tornaram categorias importantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovado em 2000. São eles os modelos de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Reserva Extrativista (RESEX), que se constituíram como instrumentos de políticas públicas e, muitas vezes, como objetos de reivindicação de grupos sociais locais (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010).

reformava a ideia de desenvolvimento sem enfrentar suas principais contradições. O fato de o desenvolvimento sustentável se apresentar com essas características tornava-o de fácil assimilação por setores da sociedade civil que, em termos de projetos políticos, eram adversários históricos, como por exemplo, ambientalistas e empresários.

A principal contradição apresentada era a de que o desenvolvimento sustentável buscava conciliar economia e ecologia sem romper com os pressupostos do modelo de desenvolvimento que estava na origem do modelo de desenvolvimento da crise social e ambiental. (SCOTTO, 2004).

Esse modelo de sustentabilidade não apresentava proposta consistente de conciliação entre o desenvolvimento a partir do uso dos recursos e a sustentabilidade das pessoas, mas sim um desenvolvimento que continuaria tendo como base os recursos naturais para o desenvolvimento econômico, sem considerar os aspectos social e cultural das pessoas.

Segundo Nascimento (2000, p. 60-61),

os novos interesses sobre a Amazônia revelam a geopolítica da questão tecno (eco)lógica. Se na década de 1970 os conflitos eram travados na disputa pela terra, desde a década de 1980 não é somente pela terra, mas por territórios onde estão localizadas as jazidas minerais e as madeiras: “Nesse processo são particularmente atingidos os territórios indígenas e de seringueiros cuja territorialidade hoje se organiza, bem demonstrando a potencialidade política da fronteira”. É na interação conflituosa entre as duas malhas que se processa tanto a desordem ecológica como a redefinição da Amazônia. A Amazônia “[...] pode tornar-se o paraíso experimental tecno-científico contemporâneo, base da frente transnacional da engenharia genética que prenuncia o século XXI. Um novo Eldorado”. Do ponto de vista da engenharia genética as terras indígenas, as Reservas de Desenvolvimento Sustentado - RESEXs e as reservas ecológicas poderão ser futuras “ilhas” de experimentos biotecnológicos avançados, o que se afigura como uma das possibilidades no interior da questão tecno (eco)lógica, onde estão envolvidos tanto a resistência ecológica nacional/transnacional, a exemplo da união dos povos da floresta, em 1989.

O movimento dos seringueiros da Amazônia representou a força da sociedade civil em prol da criação de uma nova concepção territorial que nos anos 2000, com a aprovação do

SNUC, o Estado o denominaria UCs de Uso Sustentável, o que deu origem à criação das reservas extrativistas e que daria base para o surgimento do movimento socioambiental, baseado no extrativismo no Brasil. Em 1985, como antecipamos, é criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e, em 1989, é criada a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Brasil, a Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes.

A proposta dos seringueiros reconhecia no extrativismo a forma de garantir o homem na floresta, usando os recursos naturais sem degradar o meio ambiente, e dele tirando seu sustento, a fim de garantir geração de renda e melhoria da qualidade de vida para as populações. O extrativismo¹¹ é um modo de obter recursos (alimentos e matérias-primas) por meios ou sob circunstâncias tais que dispensam as atividades e os custos do cultivo prévio. No Brasil, o extrativismo foi institucionalizado como instrumento de política ambiental em 1989 com a criação da primeira RESEXs, como categoria de UC. Esta proposta consolida-se a partir do chamado tripé da sustentabilidade: ação socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

a defesa da Amazônia não ocorre por que é considerada um santuário intocável, mas sim pelo reconhecimento de que há mais de dez mil anos ali vivem povos indígenas e, há pelo menos um século, posseiros e seringueiros que fazem uso da floresta sem a destruir. Esses povos da floresta reivindicam hoje a constituição de “reservas extrativistas” na Amazônia, proposta que tem recebido apoio de diversos técnicos que nela vêem a possibilidade de valorização econômica da floresta, sem a costumeira destruição... Há um traço comum a esses movimentos: Todos eles emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância... Há uma determinada condição operária que foi instituída através de acirradas lutas e que configura a vida de importantes segmentos da sociedade. São homens e mulheres que não têm meios de produzir a sua própria existência; que foram expulsos da terra ou nasceram filhos de famílias que foram expropriadas da terra (GONÇALVES, 1989, p. 17-18).

¹¹ O extrativismo é analisado numa perspectiva de “economia ecológica”, onde os recursos naturais são vistos como capital e sua conservação como uma função do valor dos recursos escassos e não somente da disponibilidade de tecnologia [...]. deve-se entender o extrativismo como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável no sentido em que concebe os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos cuja conservação está intrinsecamente ligada ao bem-estar social e econômico dos habitantes da região (CLÜSENER-GODT; SACHS, 1996).

O Decreto que cria cada UC como áreas naturais protegidas pode reduzir a especulação imobiliária, na medida em que novas construções são proibidas, a “presença dos órgãos ambientais” na área passa a ser mais constante, as atividades tradicionais baseadas no uso dos recursos naturais podem drasticamente reduzir ou mesmo ser proibidas, interferindo no dia a dia das pessoas, gerando outra forma de controle: o controle público.

Esse modelo tem constantemente causado conflitos e a

solução desses conflitos exige outra concepção de parques e reservas mais adaptadas às condições do terceiro mundo, e uma estratégia de negociação por parte das autoridades e administradores que leve em conta a contribuição que as populações tradicionais podem dar à conservação da bio-sócio-biodiversidade. Essa negociação deve passar pela não expulsão dos moradores tradicionais e pelo respeito ao conhecimento acumulado pelos moradores tradicionais sobre os ecossistemas em que vivem e ao seu modo de vida. A ocupação do espaço deve ser feita em consulta direta com os moradores. Os chamados “planos de manejo” devem perder seu caráter autoritário, baseado exclusivamente no chamado “conhecimento científico”, incorporando etno-conhecimento, os mitos e visões de mundo a respeito do mundo natural que fazem parte da cultura local (DIEGUES, 2005, p. 169-170).

Atualmente, outras categorias de UCs, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Florestas Nacionais (FLONA – que no caso de ser uma UC estadual recebe o nome de Floresta Estadual – FLOREST), as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento sustentável são reconhecidas pela legislação brasileira como UCs de uso direto (ou unidades de uso sustentável), em contraposição às unidades de uso indireto (ou de proteção integral), entre as quais se destacam os Parques (que são chamados de Parques Nacionais/PARNAS – no caso dos federais e Parques Estaduais/PAREST no caso dos estaduais) e as Reservas Biológicas (REBIO – onde a sigla se aplica de igual forma tanto para as federais, quanto estaduais). Enquanto as unidades de uso indireto são criadas para atender a objetivos direcionados à preservação, as unidades de uso direto são criadas com fins de conservação dos recursos, podendo as populações fazer uso dos recursos, conforme reza o

Art. 7º - As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (SNUC, 2011, p. 9).

Quando se fala no papel que o extrativismo desempenha ou poderia vir a desempenhar uma equação comumente rotulada de “desenvolvimento sustentável” nas UCs, duas questões podem ser levantadas: as de natureza essencialmente econômica e as questões propriamente ecológicas. Embora alguns autores ressaltem a possibilidade ou até mesmo a importância do extrativismo como uma tentativa promissora de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade, a adoção de UCs de uso sustentável tem sido seriamente criticada, tanto do ponto de vista econômico, quanto ecológico, principalmente, porque, ao longo dos anos, a ideia de unir regularização fundiária e uso racional dos recursos naturais, visando manter as populações tradicionais na floresta com garantia de vida digna, não tem prosperado.

Há um olhar, principalmente das ciências humanas, de que as populações tradicionais vivem ou podem viver em equilíbrio duradouro com a natureza. O exemplo dessas defesas são as populações indígenas e os próprios seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, etc., por reconhecimento da legislação de Populações Tradicionais. Nesse sentido, a visão de um equilíbrio duradouro com a natureza é viável, desde que as políticas públicas possibilitem esta relação, deixem de ser elaboradas com fins de votos e sejam feitas com base na realidade das populações tradicionais, passivas de execução.

Conforme consta no SNUC, as UCs são definidas

como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (VERISSIMO, 2011, p. 11).

A política ambiental no Brasil é produto de processos sociopolíticos nacionais e internacionais: “é opinião unânime dos estudiosos do assunto que o país não é penalizado pela falta de instrumentos ou de legislação adequada em matéria de política ambiental, mas sim pelos entraves políticos e institucionais para sua implementação” (CEPAL, 2007, p. 102).

Com base neste modelo instituído, Nascimento (2000) destaca que “[...] estas instituições incluem, nos seus quadros, técnicos que se preocupam efetivamente com as condições de vida, porém a lógica destas instituições é determinada pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental”.

1.2 O Estado e as políticas ambientais no Amazonas

A criação de uma UC não garante que sua implementação seja efetivada. Muitas delas, mesmo após anos decretadas, ainda não dispõem de infraestrutura nem técnicos lotados para sua implementação. A gestão de uma UC implica grandes investimentos financeiros do poder público. A questão que então se coloca é em relação ao nível de responsabilidade que os governos estaduais, além do federal, devem ter nos processos de gestão e implementação das áreas protegidas na Amazônia, pois apesar das áreas legalmente serem constituídas pelo Estado, e portanto, pertencentes a este, o processo de gestão e implementação das ações, visando aos objetivos para os quais essas áreas são criadas, tem colocado em dúvida a efetivação das UCs, por não estarem sendo tratadas como prioridade, haja vista que não há orçamentos garantidos e profissionais suficientes para a implementação das ações e efetivação do modelo.

Um estudo da Conservação Internacional (CI)¹², destaca que a categoria de RDS foi originalmente proposta no estado do Amazonas, tendo sido rapidamente adotada pelo poder estadual como modelo de UC. Esta categoria nasceu da discussão do pesquisador Márcio Aires com as comunidades do médio Solimões e logo depois foi incorporada pelo estado do Amazonas como um modelo de UC na categoria de uso sustentável.

A primeira UC estadual a ser criada nesse modelo foi Mamirauá, em 1990, que, inicialmente, fora decretada como uma Estação Ecológica – UC de proteção integral –, mas, com a pressão dos moradores nas diversas comunidades da região geográfica do médio Solimões, por não terem sido consultados sobre o modelo, e pela categoria de proteção integral impedir-lhes o acesso aos recursos naturais, bem como de praticar ações que culturalmente sempre exerceram, o estado do Amazonas a tornou uma RDS em 1999, quando outras UCs de uso sustentável no Amazonas, contudo, de gestão federal, já haviam sido decretadas, tais como a RESEX do médio Juruá, no município de Carauari, em 1997.

Segundo destaca Nascimento (2000), as primeiras ações em torno da questão ambiental no Amazonas começaram a ser desenvolvidas na década de 1980, tendo como base as coordenadorias de Ecologia e de Recursos Naturais do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia no Estado do Amazonas (CODEAMA). Em julho de 1989, foi criado o Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas (IMA), porém o predomínio das atividades, neste órgão, relacionava-se à questão fundiária do estado do Amazonas, já que passara a substituir o Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM), de forma que, somente em 1996, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, a questão ambiental começou a ser tratada de forma direcionada pelo estado do Amazonas.

¹² É uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos a CI cresceu e se tornou uma das maiores organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha com foco no tripé conservação da biodiversidade, serviços ambientais e bem-estar humano em mais de 40 países distribuídos por quatro continentes (<http://www.conservation.org.br>. Acessado em 10.05.2012).

No Amazonas,

a institucionalização da questão ambiental no estado do Amazonas ocorre, num certo sentido, em um cenário diferente dos de outros estados da Amazônia. Não obstante os efeitos negativos dos grandes projetos na maioria deles, aos quais em geral estão associados os altos índices de desmatamento e queimadas, estejam presentes desde este período, no estado do Amazonas estes tipos de projeto, a exceção da Zona Franca de Manaus, começaram a ser implantados a partir da década de 1980. Mesmo os projetos de colonização dirigida não tiveram o mesmo “êxito” que em outras áreas da Amazônia conforme demonstra Oliveira: A mudança de eixo de circulação da beira do rio para a beira da estrada bem como o surgimento de novos núcleos urbanos não se deu com a mesma intensidade da ocorrida na Amazônia Oriental”. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (NASCIMENTO, 2000, p. 72).

Até o ano de 2002, o Amazonas apresentava uma agenda pouco relevante do ponto de vista de discussão quanto à questão ambiental, tanto que as únicas discussões realizadas em torno desta questão foram provocadas por pesquisadores ou pelo movimento socioambiental, usando da força política para condicionar os governantes a implementar as UCs de Uso Sustentável.

O Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que funcionava dentro do IBAMA, criou então algumas UCs federais no Amazonas. Assim, todas as ações e discussões referentes às UCs estavam centralizadas no IBAMA, o que dificultava o acesso, de forma legal, dos trabalhadores extrativistas aos recursos naturais como fonte de geração de renda, haja vista às burocracias da legislação para tal.

A partir de 2003, com a administração pública assumida por uma “nova” gestão, é criado o Programa Zona Franca Verde (PZFV), uma política pública que passou a encarar o uso dos recursos naturais, nas concepções do desenvolvimento sustentável, como forma de levar ao interior do Amazonas propostas de geração de renda, e com isso reduzir as diferenças entre as condições de vida das pessoas nas cidades do interior, em relação à capital, ao mesmo tempo, evitando o êxodo rural para Manaus. Para isto, foram feitas modificações nas estruturas de governo, principalmente secretarias, tais como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que até então não existia no Amazonas, e outros órgãos como a Agência de Florestas do Estado do Amazonas (AFLORAM).

O PZFV tinha como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população do interior e a conservação da natureza, a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária e de atividades de turismo com bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de UCs e à promoção do etno-desenvolvimento em terras indígenas. O mesmo tem como base a formulação de políticas públicas que conciliariam objetivos sociais, ambientais e econômicos desenvolvidos a partir de uma política de curto, médio e longo prazo.

A perspectiva do estado do Amazonas em estabelecer um novo rumo para a questão ambiental,

ocorre a partir do enfraquecimento do atual modelo da sociedade política, possibilitando o surgimento, a partir da sociedade civil¹³, intelectuais e membros do antigo bloco histórico, de novas forças de coerção da classe dominante. Contudo, ao mesmo tempo em que se institui uma nova concepção da ação do Estado na questão ambiental, percebe-se um enfraquecimento da sociedade civil, que se une ao Estado de tal forma, que já não se sabe mais quem representa quem no processo (PORTELLI, 1977, p. 20).

¹³ Entendida conforme Gramsci como a hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado. (PORTELLI, 1977, pg. 20.)

Os governos chamados “populares” que, em outros estados do Brasil e no Amazonas, assumiram o executivo nos últimos anos, têm desmonstrado características muito comuns entre si, as quais são a de “valorizar” os movimentos sociais por meio do oferecimento de cargos a lideranças, deixando o movimento social fragilizado organizacionalmente, pouco capacitado para, de forma eficaz, elaborar propostas e projetos aos governos. Além disto, os canais de discussão criados para “garantir” a participação da sociedade nas decisões de políticas públicas têm um caráter representativo e não necessariamente de participação, ou seja, uma caracterização da democracia representativa e não participativa, conforme acrescenta Bourdieu (2010).

Com a montagem dessa estrutura, diversos sujeitos sociais¹⁴ vindos da sociedade civil e de instituições de pesquisa passaram a compor cargos estratégicos no governo, que estabelece canais de discussão que, com o discurso de possibilitar a participação da sociedade civil nas tomadas de “decisões”.

Os projetos de valorização das cadeias produtivas dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros passam a ser pauta de discussão enquanto política de geração de renda. Outra frente de ação do estado do Amazonas foi a aceleração por decreto de inúmeras áreas de UCs que vinham sendo solicitadas pelos Populações Tradicionais ao governo federal, mas que o Amazonas passa a discutir a criação destas no âmbito estadual sob sua gestão.

Mesmo tendo havido essa abertura à participação e consulta à sociedade, o Estado como uma insituição e processos burocratizados, onde as decisões, em sua maioria, estão centralizadas. Segundo Santos (2003, p. 48), este modelo não têm condição de agregar ou

¹⁴ Sujeitos sociais são seres humanos abertos a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais (DAYRELL, 2003). Esses sujeitos sociais emergentes se distinguem das demais organizações de trabalhadores rurais no Brasil, uma vez que sua forma de organização social e econômica no espaço era incompatível com o modo de territorialização que lhes impunham os planejadores oficiais (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010).

lidar com o conjunto das informações necessárias para a execução de políticas complexas nas áreas social, ambiental ou cultural.

No intuito de desburocratizar o acesso das populações das UCs aos recursos, o Amazonas criou um arcabouço legal baseado em Regulamentações, Decretos, Decretos-Lei e Instruções Normativas, sem passar por discussões com a sociedade civil, e mais adaptada à realidade das populações tradicionais, bem como da capacidade dos órgãos governamentais de acompanhamento para a efetividade dos modelos, passando a haver conflitos de entendimento jurídico entre as esferas públicas a nível estadual e federal.

Nesse contexto, o estado do Amazonas criava uma ferramenta que possibilitava o acesso aos recursos, e o IBAMA – ou o CNPT – não reconheciam o documento como ferramenta legal e puniam os usuários desses serviços no Amazonas, quando estes eram abordados em operações de fiscalização.

Se, por um lado, havia extratores de madeira, transportadores, movelarias, marcenarias etc., utilizando-se do período de transição para conseguir burlar as leis, por outro, havia produtores, sobretudo os pequenos extratores, que sofreram grandes consequências destas ações, fruto da burocracia e inoperância dos órgãos públicos.

1.3. A intervenção do Estado e a instituição das UCs de uso sustentável: espaço de esperança no Amazonas?

No ano de 2002, foi produzido um novo relatório, com mapa destacando áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros. O documento, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), contou com a participação e contribuição de diversos especialistas na área. Os especialistas levaram em consideração, sobretudo, a presença de espécimes endêmicas, potencial biológico, potencial faunístico, etc.

Após este relatório, os estados buscaram recursos financeiros para a implementação da política ambiental e conservação dos recursos e, assim, atraíram um grande volume de recursos internacionais destinado às áreas prioritárias apontadas pelo relatório, mas, sobretudo com enfoque na área biológica e pouco nas áreas sociais, econômica e cultural, ou seja, com olhar para os recursos naturais, dissociados das pessoas, preservacionista, apesar de o Amazonas ter a grande maioria das UCs de cunho conservacionista.

A institucionalização da política ambiental, no Amazonas, se deu sob a influência externa, mediante discussões bem marcadas pela burocracia, mas principalmente, tendo como base a atração de investimentos internacionais para os projetos no estado do Amazonas.

A implementação da política ambiental estadual, conforme Nascimento (2000), assim como a política federal não teria alcançado o desenvolvimento atualmente percebido não fossem as contribuições dos doadores internacionais, apesar da participação dos extrativistas do Amazonas nas discussões que criaram as UCs.

A concepção da RDS vem dos ideais exclusivamente ambientalistas, com base na biologia, não tendo aí sido considerado o modelo de UC de uso implementado pela União, inclusive no Amazonas, conforme destaca Schweikardt (2010, p. 225) que, para sinalizar a premência da classificação proposta dos biólogos, tanto na modalidade de Unidade de Conservação, quanto no seu modelo de Gestão, o nome dado a nova Reserva foi o de uma espécie de primata, chamado macaco uacari, abundante na região e já bastante estudada pelo biólogo Márcio Ayres, o idealizador do modelo RDS e fomentador da criação da primeira RDS no Brasil, a RDS Mamirauá.

Ainda assim, vale destacar que esse modelo somente foi pensado porque as comunidades que estavam localizadas dentro da ESEC à época discordaram das restrições impostas pelo modelo de UC de proteção integral – categoria onde se insere a ESEC -, apoiadas pelo MEB, Igreja Católica, GPD e Pastoral da Terra que pressionaram para que

fosse revista a categoria criada numa área que residiam centenas de famílias. Nasce então a RDS na concepção ambientalista, sem a discussão com a sociedade, como foi o caso das RESEXs, e deixam de fora a principal obrigação do Estado, garantido no modelo de RESEX que é a regularização fundiária, devendo ser desapropriadas as áreas particulares localizadas no perímetro geográfico da UC.

Conforme prediz o SNUC (2011, p. 12-14), no seu art. 18,

a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. § 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. [No seu art. 20], a Reserva de Desenvolvimento sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. § 1º A Reserva de Desenvolvimento sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. § 2º A Reserva de Desenvolvimento sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

A principal diferença entre a RESEX e a RDS está, sobretudo, na questão fundiária, conforme destaca o parágrafo primeiro do art. 18 do SNUC, que destaca que [“as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”], enquanto que, no modelo de RDS, [“as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”]. Há, portanto, pela disposição da redação, uma desobrigação legal do Estado em desapropriar as

áreas particulares localizadas no perímetro das UCs. No SEUC, a questão é mais indefinida ainda para a RDS, uma vez que no

Art. 21, § 2º A RDS é de domínio público, podendo as áreas particulares incluídas em seus limites ser desapropriadas, na forma da lei, quando ocorram conflitos entre o proprietário e comunidades ou entre proprietários e poder público, desrespeito, por parte do proprietário, às normas do Plano de Gestão ou normas regulamentares, ou ainda, na ocorrência de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas, que ensejem restrição de uso (SEUC, 2007, p. 23)

Embora projetos estejam sendo executados com apoio internacional, não se percebe avanços significativos na questão ambiental no estado do Amazonas, pois se ainda destacam como gargalos a carência de pessoal em número suficiente e capacitado, a falta de infraestrutura para o desempenho de suas atribuições e até mesmo de recursos para cobrir despesas rotineiras, decorrentes de sua atividade de fiscalização. E a situação fundiária das UCs é um dos maiores problemas que emperram as ações de geração de renda nas UCs, etc.

Quanto à participação da sociedade civil,

o reconhecimento da sua importância na política ambiental é recente e deve-se fundamentalmente à pressão das ONGs ambientalistas. Se na década de 1970, quando foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA no nível Federal e os primeiros órgãos estaduais de meio ambiente, já se contasse com alguma atuação política de organizações ambientalistas, os órgãos governamentais atuavam sozinhos na luta pela defesa ambiental, exercendo uma função coercitiva sobre os poluidores. Este quadro, nas duas últimas décadas, foi significativamente alterado, com inúmeras organizações não-governamentais constituídas em função da defesa do meio ambiente. Com este processo do ponto de vista jurídico houve grandes mudanças. Tanto o Ministério Público quanto as ONGs ganharam legitimidade para agir judicialmente em defesa do meio ambiente. A representação da sociedade civil, sob a influência do reconhecimento de sua importância, conforme o Relatório Final de Consultoria do Projeto de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Ambientais da Amazônia Legal datado de 1994 está refletido na maioria nos conselhos estaduais de meio ambiente que já se constituíram integrando, em sua composição, representantes da sociedade civil, de entidades ambientalistas e, em alguns casos, do próprio Ministério Público o que contrasta com a composição dos conselhos da Amazônia Legal, onde foi identificada uma predominância de representantes de entidades governamentais (NASCIMENTO, 2000, p. 100-101).

No Amazonas, em 2003, inicia-se a política de desenvolvimento sustentável, quando a linha de pensamento dos idealizadores foi apresentar um modelo que unificasse as discussões que vinham ocorrendo em todo o mundo em torno da sustentabilidade, do reconhecimento das populações tradicionais como *guardiões da floresta*¹⁵ e do uso dos recursos florestais para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essa foi a base do PZFBV instituído no Amazonas, Programa que será evidenciado no capítulo 2.

As UCs foram o modelo idealizado para se unir a conservação dos recursos e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, visando, com este modelo, superar os problemas fundiários que existem no Amazonas e que se arrastam há décadas, mas isto aparece ainda como propósito, pois um dos principais entraves atuais é exatamente a regularização das áreas pelo Instituto Terras do Amazonas (ITEAM).

No entanto, como o modelo de UC de Uso Sustentável até então existente era o de RESEX, que, pela legislação nacional, o poder público é obrigado a retirar, por meio de indenização, as famílias que tenham títulos, deixando somente as populações tradicionais, o Amazonas criou outra categoria de UC, as RDS, nos mesmos moldes da RESEX, porém, permitindo aos proprietários de terras poderem continuar na área decretada, se assim preferirem, desde que se adêquiem as regras da UC.

Essa concepção promove a primeira derrota do movimento socioambiental no Amazonas, pois o modelo pensado era de não permitir proprietários nas áreas para que as pessoas pudessem ter acesso aos recursos naturais nos locais tradicionalmente ocupados sem impedimento desses “donos da terra”. Contudo, mesmo após o decreto de algumas UCs de

¹⁵ - Este termo é atribuído aos moradores das UCs, beneficiários do PBF, por seus gestores, como adjetivo para para caracterizar as populações tradicionais que habitam as florestas da Amazônia. Em relação a este adjetivo, se refere durante um encontro de lideranças de UCs, um líder comunitário da RDS Rio Negro: “Não sei o que sou realmente, pois ora sou população tradicional, ora sou caboco, ora sou ribeirinho e agora nos chamam de guardiões da floresta”, Sr. Doca – presidente da associação da RDS do Rio Negro. Isso se traduz claramente numa crise de identidade de como estas pessoas se identificam, haja vista tantos substantivos para caracterizar as populações tradicionais; por isso, neste projeto têm-se trabalhado com o termo Populações Tradicionais.

uso sustentável, ainda há impedimentos de acesso às áreas pelas populações tradicionais exercida por estes “donos da terra”.

Mesmo assim, no caso da RDS Uacari, onde diversas lideranças foram peças fundamentais na luta da década de 1980 para a criação da RESEX do médio Juruá pelo governo federal, por conta de áreas particulares como da GETHAL, MORAES MADEIREIRA, MAGINCO VERDE (madeireiras que atuavam na região do Juruá, detentoras de grandes quantidades de terras, com plano de manejo madeireiro), diversas comunidades ficaram de fora do perímetro geográfico, e nascia ali o primeiro descrédito das pessoas em relação ao modelo de UC de Uso Sustentável na região do médio Juruá.

Com o Amazonas instituindo a política de criação de UCs no âmbito estadual, as comunidades que ficaram fora da RESEX, do outro lado do rio Juruá, puderam então fazer o pedido ao estado do Amazonas para a criação de uma UC estadual. A principal motivação foi por conta da expectativa dos moradores das comunidades ribeirinhas pela criação da RESEX do médio Juruá, quando no início dos trabalhos imaginava-se que a RESEX atingiria todas as comunidades. Porém, com a pressão dos donos das áreas particulares, o CNPT/IBAMA volta atrás e no ato da criação, deixa as comunidades da margem direita fora do perímetro desta UC, alegando preocupação com a navegação do rio Juruá.

Segundo o ex-secretário adjunto de extrativismo, Francisco Ademar – na época, esta secretaria se chamava Secretaria Adjunta de Extrativismo (SEAE). Atualmente, Secretaria Adjunta de Florestas e Extrativismo (SEAFE), vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável (SDS), com a criação do PZFV e da SDS pelo governo do estado do Amazonas, em 2003, iniciou-se um processo de discussão com os movimentos sociais, quando várias agendas das populações tradicionais foram atendidas, dentre as quais a criação de UCs.

Em junho de 2003, foi realizada uma consulta às comunidades que tinham ficado fora da RESEX, visando à criação de uma nova UC de Uso Sustentável, onde as comunidades demonstraram-se entusiasmadas com as propostas. Houve então a realização dos estudos técnicos para a criação desta unidade, constatando-se que se tratava de uma “região” com forte potencial para a criação da reserva em função da preservação dos lagos que já apresentavam diversos conflitos entre moradores e pescadores da área urbana.

O tempo que levara entre o protocolo da proposta e a criação do Decreto-Lei foi de apenas 19 (dezenove) meses, tempo muito curto, considerando que existem processos que levam em média 5 (cinco) anos para saírem das gavetas e se tornarem realidade, ou seja, os decretos serem assinados pelos chefes do executivo.

Durante as consultas públicas dessa UC, pescadores se manifestaram pela não criação da mesma, a qual tinha como proposta ser também uma RESEX, mas que, com essas manifestações, a proposta foi modificada para uma RDS, influenciada pela biologia, por ser uma categoria mais aberta. Além disso, ficou também acordado que ficaria uma região para que os barcos de pescadores pudessem entrar na UC e praticar pesca profissional.

O processo das consultas públicas por meio de audiências contou com a participação dos moradores. Entretanto,

a representação não garante, pelo método da tomada de decisão por maioria, que identidades minoritárias irão ter a expressão adequada, e podemos ter um processo de democracia representativa e não participativa (SANTOS, 2003, p. 49-50).

O processo de discussão e definição da categoria de UC pelo tempo que levou entre o protocolo e o decreto é considerado recorde, e, se, por um lado, o fato de ter sido rápido é positivo, por outro, fica claro que o processo de participação das populações Tradicionais pode ter sido prejudicado pela celeridade, gerando falta de clareza no processo de criação,

tanto que se mudou de categoria, a partir do questionamento dos pescadores, sem se analisar o que esta mudança significaria.

As RESEXs exigem que as áreas de particulares, por força de lei (SNUC, art. 18, § 1º e SEUC, art. 19, § 1º) sejam indenizadas, e toda a área decretada pertence ao uso das comunidades e povos tradicionais – apesar de maioria dos casos, o Estado ainda não conseguiu resolver a situação fundiária nas UCs, com indenização dos “proprietários” e expedição das CDRUs –, enquanto que as RDSs permitem que os proprietários continuem nas áreas, se assim desejarem, e se adequarem as regras da UC, o que geralmente provoca conflitos, haja vista que a lei (SEUC, art. 21, § 1º e § 2º) exime o Estado da principal luta das populações extrativistas que é a garantia da terra. O diferencial, portanto, é que na RESEX a lei define como *dever* do Estado desapropriar as áreas particulares, enquanto para as RDS a lei define que o Estado *pode* desapropriar, não obrigando-o a tal.

Outra decisão tomada sem análise dos impactos foi quanto à “permissão” dada – apesar de ser, pela legislação, ilegal –, aos pescadores profissionais da cidade exercer pesca profissional na área, o que foi apenas um “jeito” que se conseguiu para que esta categoria não “travasse” o processo de criação da UC. Contudo, pode ter sido este um problema protelado para o futuro da relação das populações tradicionais com os pescadores profissionais, uma vez que o Juruá passou a ser foco de pescadores de todo o Amazonas – de Manacapuru, Tefé, Coari, Codajás, Parintins etc. – e até de pescadores de outros estados, tais como os de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Esse foi apenas o caso da RDS do Uacari, no rio Juruá, mas os problemas com o modelo de RDS como categoria de UC de Uso Sustentável como forma de regularizar a situação fundiária e de garantir o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais continua até os dias atuais, haja vista que um dos maiores problemas do Amazonas é exatamente a questão fundiária, principalmente porque há muitos órgãos cuidando do mesmo assunto: Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – terras da União, Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) – terras do estado do Amazonas e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) – áreas de várzea habitadas por ribeirinhos.

Os conflitos se repetem em diferentes UCs atualmente, tais como em Beruri (RDS Piagaçu-Purus), Jutai (RDS Cujubim), Eirunepé (RESEX Gregório), Tefé/Coari (RESEX Catuá-Ipixuna), apenas para citar algumas das UCs que têm tido problemas com proprietários de terras nas áreas, uma vez que o ITEAM não concluiu os processos de regularização fundiária destas UCs.

O estado do Amazonas desempenha papel de condutor desse processo, que tinha a base das UCs de uso sustentável já decretadas pela União que, apesar de estarem na categoria de uso sustentável, de acordo com o SNUC, as práticas apontavam para uma configuração de proteção integral. O Amazonas poderia ter aprendido com os erros que vinham sendo cometidos nestas UCs da União e acertado na condução da implementação estadual, a partir da condução da proposta original dos extrativistas na década de 1980 no Acre. No entanto, as pessoas que ocuparam as áreas técnicas de decisão acabaram demonstrando uma prática que se configurara preservacionista em demasia, repetindo também na esfera estadual um modelo de gestão que burocratizou a aplicabilidade das propostas do movimento socioambiental.

O que se percebe, a partir deste modelo, é que o Amazonas busca uma “inovação” na legislação ambiental, mas mantém a máquina pública burocratizada, sem inovações e modernizações em sua infraestrutura operacional e humana, é claro que não se modifica uma ação apenas no papel, mas na prática.

Capítulo II – A LEI DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA): O PROGRAMA BOLSA FLORESTA (PBF)

Introdução

O Estado¹⁶ pode ser compreendido como a instituição que congrega forças politicamente organizadas e representa, numa situação limite, os interesses socioeconômicos e políticos da classe social que exerce o monopólio do poder sobre as demais classes sociais que compõem a sociedade¹⁷. Embora estes interesses da classe que detém o monopólio do poder se apresentem como interesses universais – o que aparentemente ocorreu com a questão ambiental a partir de 2003 no Amazonas, quando se tem a decisão por incluir a agenda ambiental como um modelo de política pública – a escolha por incluir esta agenda política foi uma estratégia política do governo, tendo por base uma configuração conjuntural em escala mundial, visando à atração de investimentos externos para o setor.

Estes modelos de políticas de governo instituídas visando atrair investimentos, por si só já aumentam as dívidas públicas do Estado com financiadores internacionais como o BID, por exemplo, mas, sobretudo, coloca em “cheque” um cenário futuro de incertezas nos aspectos sociais, e econômicos e culturais das populações, pois há forte interferência nos modos de vida das pessoas, apesar de não participarem dos processos de decisão. Pode-se citar, por

¹⁶ Ao compreender a instituição Estado como um campo de ação social, há de se ter clareza que todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão de campo e de interesses (BOURDIEU, 2010).

¹⁷ Ao elaborar uma conceituação do que seriam os intelectuais, Gramsci elabora a teoria ampliada do Estado conservando e superando aspectos cruciais da visão clássica do Estado (teoria restrita do Estado) tanto em Marx como em Lênin: “eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e a economia a um dado momento); e não como equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social [leia-se classes sociais] sobre a inteira sociedade nacional, exercidas através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.). Assim o Estado se compõe de dois segmentos distintos, porém atuando com o mesmo objetivo, que é o de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica: a sociedade política (Estado em sentido restrito ou Estado/coerção) a qual é formada pelos mecanismos que garantam o monopólio da força pela classe dominante (burocracia executiva e policial-militar) e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composta pelo sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais – revistas, jornais, meios de comunicação de massa, igrejas, sindicatos, partidos políticos, [organizações não governamentais] etc. (PORTELLI, 1977, p. 15)”.

exemplo, a exigência que os financiadores fazem em relação ao aumento de áreas protegidas, controle quanto ao uso dos recursos da fauna (caça e pesca tradicionais) praticado pelas populações tradicionais, etc., o que, diretamente, trás implicações à vida das pessoas.

Contudo, para entender esta questão, é importante destacar que o modelo de UC no Brasil seguiu os padrões norte-americanos, baseado inicialmente nas áreas de proteção integral, que foram instituídas apenas para visitação pública, não permitindo a presença de pessoas morando nas áreas. As categorias de UCs foram definidas mediante aspectos como o biológico, endêmico, faunístico etc., apresentados nos estudos científicos realizados, sem considerar aspectos como o cultural e social das populações que habitavam as áreas. Segundo Silva (1997, 18),

o estabelecimento do Parque Nacional de Itatiaia, uma das primeiras unidades de conservação, já obedeceu a critérios estéticos e, apenas mais tarde, inclusive com a criação de novas modalidades de áreas protegidas, outros critérios, supostamente mais técnicos, foram adotados. Vale assinalar a mudança de perspectiva relacionada com a finalidade das áreas protegidas entre o antigo Código Florestal de 1934 e o Novo Código de 1965: enquanto a ênfase, no primeiro Código, era a proteção de ecossistemas de grande valor estético e cultural, no novo Código Florestal, o enfoque passou a ser a proteção de ecossistemas com espécies ameaçadas ou com estoques comerciais em declínio... a primeira tentativa de identificação de áreas para o estabelecimento de áreas para conservação foi realizada no âmbito do Projeto Radam (1973-1983), responsável pelo levantamento geológico, geomorfológico, hidrológico, pedológico e da cobertura vegetal de todo o território brasileiro, realizada pelo Ministério das Minas e Energia e recomendou, ao final, a criação 35.200.000 ha de unidades de conservação de proteção integral e mais 71.500.000 ha de uso sustentável na Amazônia. O critério utilizado para tal identificação baseava-se em fenômenos geológicos e geomorfológicos singulares, entretanto, muitas das áreas que foram identificadas como apropriadas para a conservação eram apenas áreas que não possuíam nenhuma outra possibilidade de uso.

No Amazonas, assim como em outros estados da Amazônia, as políticas públicas relacionadas à questão ambiental avançaram a partir de mudanças de concepções dos governos “forçados” pelas discussões no âmbito mundial, mas principalmente pelo atrativo da

canalização de recursos estrangeiros para a conservação ambiental que, apesar do nome conservação, o atrativo pela questão ambiental na Amazônia, bem como o grande interesse dos financiadores externos, sempre foram direcionados à preservação dos aspectos biológicos e de fauna e não dos aspectos culturais ou sociais.

No caso do Amazonas, não existia base legal suficiente para a realidade do momento, início da década de 2000, bem como não existia profissionais com atuação em maior escala nas UCs, mesmo porque a estrutura que existia estava voltada ao IPAAM, órgão praticamente de licenciamento, controle e monitoramento, mas não preocupado com a ideia de populações tradicionais, unidades de conservação de uso sustentável, etc. Assim, esta seria a política que o estado do Amazonas apresentaria como a mudança de concepção ambiental, visando gerar renda às famílias no interior, a partir do uso dos recursos naturais, melhorando assim, a renda nos municípios e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida às pessoas nas UCs.

Ai se destacavam como atrativo do capital externo basicamente dois conceitos: Conservação da Amazônia, com desenvolvimento das famílias a partir de modelos sustentáveis. Restava adequar a máquina pública pra lidar com este novo cenário, e meio que a “toque de caixa”, novas UCs foram decretadas, novas Leis, Decretos, Instruções Normativas etc., foram sendo criadas para adequar o marco legal e as estruturas físicas, conceituais, entre outros, aos anseios da atual gestão pública estadual.

A Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas surge dentro do Programa Zona Franca Verde (PZFBV), como um modelo que, ao mesmo tempo, prevê o uso dos recursos naturais visando à geração de renda, e também reduzir as emissões de carbono, etc., sendo divulgado em escala nacional e mundial como o único modelo instituído de política pública capaz de manter a floresta em pé.

2.1. O Estado como promotor da criação das UCs

No caso do Amazonas, as discussões sobre áreas protegidas ocorreram da mesma forma que em outros lugares da Amazônia com foco na proteção integral, na concepção de natureza intocada, o que gerou nos governos, desde Gilberto Mestrinho e seus sucessores, ter um olhar contrário à questão ambiental como um todo, conforme destaca Nascimento (2000) ao fazer uma descrição dos discursos de posse dos governadores que passaram pelo Amazonas no qual se pode verificar com mais exatidão como se dera a implementação da questão ambiental, bem como uma análise do grau de importância que esta agenda ocupava, comparada a outras políticas dos governos instituídos durante os anos até atingir uma configuração, a partir do ano de 2003 que apresenta um grande número de áreas protegidas no estado do Amazonas (Figura 3).

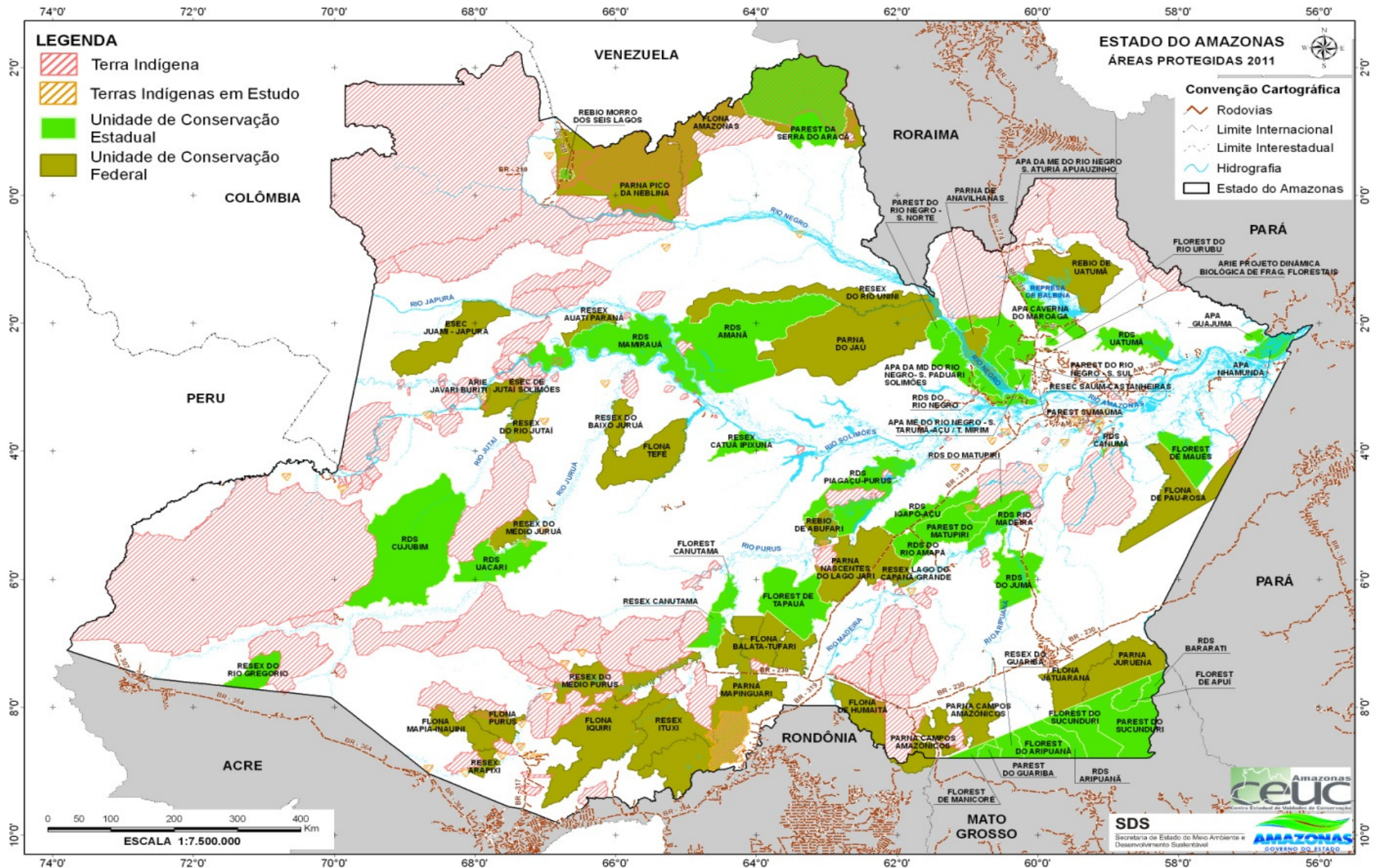


Figura 11 – Áreas Protegidas no Amazonas
Fonte: SDS/CEUC, 2011

BOX 2 – A POLÍTICA AMBIENTAL NO AMAZONAS

A questão ambiental no Amazonas era vista até 2002 como empecilho aos modelos de produção instituídos pelas políticas estaduais, pois se tinha a visão, assim como no restante do Brasil, de que a floresta deveria ser derrubada para se dar lugar ao “progresso”, com base na agricultura e pecuária. Ao analisar a formação da concepção ambiental que foi se modelando no Amazonas, conforme as discussões em escala nacional e mundiais, pois o Estado passa a ser obrigado a se adequar à estes cenários, inclusive a partir de imposições legais instituídas, destaca NASCIMENTO(2000), que em 1991, na mensagem proferida pelo governador Vivaldo Barros Frota, não há referência à questão ambiental, nem mesmo a projetos, já que um novo governo estava em vias de dar os direcionamentos políticos administrativos ao estado do Amazonas. Em 1992, a mensagem do governador Gilberto Mestrinho, dedica um item à questão ecológica, destacando atenções internacionais sobre a Amazônia, mas se opõe ao modelo, tachando estes interesses de demasiadamente “preservacionistas”, o que se oporia aos interesses da população local. Na mensagem de 1993, o governador Gilberto Mestrinho, entre os vários desafios do ano de 1992 encontra-se “a perspectiva de engessamento” da Amazônia com a realização da Conferência do Rio (ECO-92). No seu discurso há um item específico sobre Ecologia em que destaca sua campanha “para desmistificar a pseudo questão ecológica em relação a Amazônia”. Visando a conservação do meio ambiente e atendendo a determinações legais”, foi instalada uma Comissão para tratar do Zoneamento Econômico Ecológico do Amazonas (ZEE), com o objetivo inicial de criar uma infra-estrutura, que serviria de núcleo para o trabalho conjunto com órgãos afins. No ano de 1994, na mensagem do mesmo governador, praticamente não há referência à questão ambiental, o que poderá ser encontrado no Planamazonas ao qual o governador faz referência, destacando apenas a criação da Fundação para Conservação da Biodiversidade da Amazônia – FBCA, que visava desenvolver programas de pesquisa e ensino na área de biotecnologia e da saúde. As medidas de Gilberto Mestrinho dão à impressão de que seus investimentos são muito mais em ciência e tecnologia, um exemplo disso é a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia e a subordinação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas -IMA a esta secretaria, porém um movimento paralelo ocorre no Ministério do Meio Ambiente, com sua vinculação praticamente direta com o órgão ambiental, visando seu fortalecimento e a implementação da gestão ambiental. Na mensagem de 1995, já do então governador Amazonino Mendes, não se encontra referência à questão ambiental. O fio condutor da mensagem consiste nos “compromissos” assumidos em campanha, quais sejam: O investimento no interior do estado do Amazonas, com a implantação de medidas que em seu conjunto são denominadas de programa 3º Ciclo, recuperação e pavimentação da BR 174, assim como informações sobre a criação de uma Agência de Desenvolvimento e os objetivos dessa sociedade de economia mista. Em 1996, Amazonino Mendes em sua mensagem, também não faz referência à questão ambiental e de igual forma em 1998, continuando como destaque o programa terceiro ciclo de desenvolvimento, qualificado como ousado, visando atender aos “clamores de desenvolvimento”, “doutrina humanista de desenvolvimento integrado”. Refere-se às ações do governo: BR 174, Terminal Graneleiro de Itacoatiara, Pólo Produtivo de Humaitá etc. As mensagens governamentais, apesar de não encerrarem o conjunto de propostas e visões do governo, são pronunciamentos oficiais nas assembleias legislativas e marcam a abertura de cada ano legislativo. O principal elemento que chama atenção nas mensagens do governador Gilberto Mestrinho é a defesa à exploração dos recursos naturais em nome do homem interiorano, um discurso local, posto internacionalmente no debate sobre a questão ambiental, enquanto nas mensagens de Amazonino Mendes o discurso é pautado, sobretudo sobre suas propostas de desenvolvimento, em particular o 3º Ciclo. No relatório de 1989 há destaque à

criação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA/AM com a incorporação do Instituto de Terras e Colonização do Amazonas – ITERAM e das Coordenadorias de Ecologia e Recursos Naturais do CODEAMA. O IMA/AM foi criado pela lei n.º 1.905, de 04/06/85 e estruturado pelo Decreto n.º 12.189 de 07/07/89. Das diretrizes listadas, cinco relacionam-se à política ambiental, quatro à política fundiária e uma à ciência e tecnologia a fim de subsidiar o aproveitamento racional dos recursos naturais. Embora não apresente números, o relatório deixa claro o controle ambiental sobre as indústrias. O relatório de 1990 destaca a capacitação com a realização de diversos cursos, além da elaboração de diversos documentos que serviriam de instrumentos para o controle ambiental e ao gerenciamento de unidades de conservação do estado do Amazonas. Não são quantificados os licenciamentos e a fiscalização ambiental e, apesar do grande número de Unidades de Conservação criadas em 1990, este fato não é destacado no relatório. Em 1991 “Explorar racionalmente as riquezas da região em benefício do homem foi a proposta determinada pelo governador Gilberto Mestrinho, ampliando as alternativas de desenvolvimento do estado”. Com este fim foi criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEMACT, pela Lei n.º 2.021 de 04 de abril de 1991, com a competência de planejar, coordenar e controlar as atividades de ciência, tecnologia e meio ambiente do Estado. Esta secretaria tinha os seguintes órgãos vinculados: a Fundação para Estudos Avançados do Trópico Úmido – UNITROP e o IMA. Os projetos destacados neste ano foram o Código Amazônico, lançado no encontro dos governadores e o projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico setor sudeste do estado do Amazonas. Também neste ano a Secretaria Especial de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia recebeu uma missão do Banco Mundial para viabilizar a implantação do Programa Piloto de Proteção à Floresta Tropical - PPG7 nos estados da Amazônia e iniciaram, conforme o relatório, as reuniões com as instituições para dar início ao zoneamento ecológico-econômico. Quanto às atividades específicas do órgão ambiental, consistiram em estudo e liberação de licenças ambientais, bem como nas atividades direcionadas à regularização fundiária. Observa-se que a ênfase ainda incidia sobre a execução da política fundiária, quando então foram expedidos 272 títulos definitivos contra 266 licenças para empresas industriais. Apesar disso, toda a estrutura institucional estava se constituindo com vistas à execução da política ambiental, daí a importância do fortalecimento institucional levado a efeito na época, a partir de convênio com o IBAMA na execução do Programa Nacional do Meio Ambiente. Nas palavras de Gilberto Mestrinho as ações da SEMACT estariam voltadas ao benefício do “nosso homem”. Neste ano foi criada a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico – CZEE concomitantemente à continuidade do fortalecimento institucional. No que se refere às ações do IMA observa-se que no relatório já não constam informações sobre a execução da política fundiária, ressalta-se a concessão de 146 licenças ambientais. Em 1993 a ação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA/AM com a incorporação do Instituto de Terras e Colonização do Amazonas – ITERAM, das Coordenadorias de Ecologia e Recursos Naturais do CODEAMA e a criação da Fundação para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia – FCBA, no discurso governamental, fazem parte dos esforços para a “compatibilização de desenvolvimento com conservação”. Neste ano também não constam no relatório dados sobre a execução da política fundiária, destaca-se o início da execução do ZEE na região do baixo rio Negro-Solimões e alto rio Amazonas, as 209 licenças ambientais concedidas, e o monitoramento ambiental da hidrelétrica de Balbina. No ano de 1995 a política fundiária, conforme a reforma administrativa passou a ser executada pelo Instituto Fundiário do Amazonas – IFAM e a política ambiental passou da Secretaria Especial de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia - SEMACT e do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IMA ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, o

qual passou a tratar exclusivamente da execução da política ambiental. Neste ano foram expedidas 250 licenças ambientais. O destaque maior é concedido à programação do ano seguinte, quando teriam prioridade: a formulação e implantação da política estadual de meio ambiente, ao ZEE e ao levantamento dos conhecimentos geológicos e acompanhamento da produção mineral. As ações principais do IPAAM, no ano de 1996 foram as seguintes: elaboração da Política Ambiental do Estado do Amazonas – PAEA, início do programa de zoneamento ecológico econômico, a transformação da Estação Ecológica de Mamirauá em Reserva de Desenvolvimento sustentável, implementação do programa de proteção na área Waimiri-Atroari e de Plano de Controle Ambiental da BR 174. Neste ano foram expedidas 111 licenças ambientais. Em 1997 as principais ações consistiram na consolidação da Reserva de Desenvolvimento sustentável Mamirauá; criação da Reserva de Desenvolvimento sustentável Amanã; consolidação, discussão e aprovação do Plano Ambiental do Estado do Amazonas - PAEA pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia; elaboração do Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI e início do zoneamento ecológico-econômico no terceiro trimestre. No estado do Amazonas a criação de áreas de proteção ambiental pelo governo federal remonta aos anos 60, quando começaram a ser criadas em todo o país. Das 42 áreas criadas pelo governo federal até o ano de 1998 no estado do Amazonas, conforme informações do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, podemos observar que cinco foram criadas entre as década de 1960/1970 e trinta e uma entre as de 80/90, sem contar seis áreas das quais não dispomos da data de criação. No Brasil, a criação de Parques Nacionais, até a década de 1960, era justificada principalmente por causa da beleza cênica evidente em algumas áreas. A proteção de ecossistemas era definida, do ponto de vista metodológico, de modo ainda precário, principalmente tendo como base a segunda etapa do plano apresentado pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, pois a primeira havia sido concluída em 1979 quando foram propostas 13 áreas para conservação na Amazônia. Dentre as quais constavam o Parque Nacional do Pico da Neblina e o Parque Nacional do Jaú. O Plano teve origem a partir dos estudos iniciados em 1976, particularmente de um documento intitulado “Uma análise de Prioridades em Conservação da Natureza”. Suas categorias de manejo foram baseadas em documento da Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da União Internacional de Conservação da Natureza - IUCN, intitulado “Objetivos, Critérios e Categorias para Áreas de Conservação”, onde o critério mais importante na definição das áreas consideradas prioritárias para conservação são, neste período, as áreas de refúgios de pleistoceno na Amazônia, que sob a influência do paleoclima do terciário possibilitou a formação de “ilhas” de endemismo na Amazônia. Estas áreas foram propostas por Haffer, Vanzolini, Prance e Brown. É importante destacarmos a relevância deste plano no cenário de criação de áreas protegidas já que a maioria das unidades de conservação federal localizadas na Amazônia foram criadas após o ano de 1976, somente quatro foram criadas antes deste ano. A influência da definição dessas áreas foi significativa para a proposição de criação de unidades de conservação do estado do Amazonas, embora nem sempre tenham logrado concretização. É o caso das áreas propostas em 1987 no contexto do desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas – PDRI/AM, desenvolvido nos municípios de Barreirinha, Parintins, Urucará, Careiro e Manacapuru. Com base nos mapas do Projeto RADAM, no Plano do Sistema de Unidades de Conservação de 1982 e em levantamento em campo, o estudo foi realizado por técnicos do CODEAMA e do IBDF, que propuseram as seguintes áreas: Lagos do Jacaré e Paracuba (Manacapuru), Lagos Inajá, Curucuru e Aracatuba (Manacapuru e Manaquiri), Lagos Castanho e Mamori (Careiro e Manacapuru), Rio Jurara (Careiro), Igarapé Piuraquara (Urucará), Complexo Lagos do Macuricanã (Parintins), Igarapé Açu (Barreirinha, Ilha dos Papagaios – Lago Uaicurapá e Rio Mumuru (Parintins) e Lago da Valéria (Parintins).

Nenhuma das quais chegou a ser criada no âmbito estadual. Foram indicadas as seguintes áreas, das quais destacamos as principais justificativas de criação: a Serra do Araçá em função de suas “qualidades paisagísticas e florísticas”, de estar sem habitantes e possuir alta taxa de endemismo, conforme pesquisas realizadas pelo próprio INPA; a área do Morro dos Seis Lagos por encontrarem-se nela tipos de serras com alta taxa de endemismo e lagos permanentes e isolados, de extrema importância para a pesquisa; a Estação Ecológica Mamirauá sugerida desde 1984 pelo zoólogo Márcio Ayres para estudos de ecossistemas de várzea e por possuir animais ameaçados de extinção; as adjacências da Caverna Refúgio do Maroaga pela alta heterogeneidade geológica, faunística e florística, proposta em 1988 pelo pesquisador do INPA Rogério Gribel; a área denominada Lago do Ayapuá pela existência de grande número de patos selvagens, conforme sugestão contida em um relatório do IBDF datado de 1988 e, finalmente, a área Macuricanã justificada pela necessidade de “restauração dos recursos pesqueiros”, proposta de criação resultante do 1º Encontro Ecológico do Baixo Amazonas, realizado no ano de 1989. Observa-se nestas propostas a adição de novos critérios, os quais estão consoantes novos modelos de conservação o que podemos constatar com o Workshop 90 – Áreas Prioritárias para a Conservação da Amazônia, realizado em Manaus, no mês de janeiro, com a participação de quase 100 cientistas. Nele foram identificadas 22 áreas consideradas prioritárias para a conservação na Amazônia. Nesta seleção os critérios foram exclusivamente biológicos, quando foram considerados, além da distribuição dos refúgios pleistocênicos, o endemismo, a raridade e a diversidade de espécies. Cabe chamarmos atenção para o fato de que das onze unidades de conservação estadual existentes atualmente, pelo menos seis encontram-se em áreas de alta prioridade prevista no referido evento. São elas: a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos; as Reservas de Desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã; as Áreas de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga, Margem Direita do Rio Negro e Margem Esquerda do Rio Negro; e o Parque Estadual do Rio Negro. Das restantes somente a Área de Proteção Ambiental do Lago Ayapuá não está contida em área prioritária para conservação. A criação de áreas de proteção ambiental pelo estado do Amazonas só veio a ocorrer com maior expressividade a partir da década de 1990, quando foram criadas até 1998, dez das onze áreas atualmente existentes, apenas uma tendo sido criada em 1989. No que concerne às ações do órgão ambiental tendo em vista a gestão das unidades de conservação estadual, em 21 de setembro de 1990 foi instituída a Fundação Parques e Reservas Florestais do Amazonas – FUNDEPAR pela Lei 1979, tendo por objetivo principal: a implantação, a estruturação e a administração, sob posse direta, preservado o domínio público, das Unidades de Conservação Ambiental criadas pelo Decreto n.º 12.836, de 09 de março de 1990.

Além disso, relatos de atividades nas UCs do Amazonas destacam situações de doação de motosserra como políticas de governo, com a justificativa de geração de renda, a partir da comercialização de madeira, à diversos produtores no interior do estado do Amazonas.

Na campanha para governador de 1986, Amazonino Mendes prometeu “dar uma motosserra a cada caboclo do interior do estado do Amazonas”, e em seu primeiro mandato de governador criou grande polêmica nacional ao distribuir motosserras aos ribeirinhos durante a campanha eleitoral de 1989 (Revista Veja 1995, Revista Época 2001). Este ato repercutiu negativamente na imprensa nacional e internacional (Revista Veja 1995), e permaneceu

ecoando ao longo da vida pública do ex-governador, como fica evidente na declaração proferida em seu segundo mandato de governador: “Distribuir moto-serra para destruidor de floresta é uma coisa. Dar a moto-serra para a sobrevivência de um caboclo é outra. É um ato de dignidade.” (Folha de São Paulo 1997). Esta afirmativa demonstra o assédio que o ex-governador ainda recebia da mídia acerca do assunto, quase uma década depois. Ainda em seu primeiro mandato, em virtude da forte pressão sofrida por parte da mídia e da oposição ambientalista, e também como um ato preparatório para os eventos iminentes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), o Governador decidiu designar amplo território do Amazonas, equivalente a 6,4% da área do estado, para fins de conservação, o que fica evidente já no Artigo 1º do Decreto nº. 12.836 de 09 de março de 1990: “Art. 1º - Fica destacada no patrimônio fundiário sob a jurisdição do estado do Amazonas uma área aproximada de 100.000,00 Km² (cem mil quilômetros quadrados), para efeito de conservação do meio ambiente, mediante a instituição de Unidades de Conservação Ambiental, ressalvadas as propriedades particulares, nos termos da lei.” (PLANO DE GESTÃO, VOL. I, PAREST SERRA DO ARACÁ, 2011, p. 28).

O quadro 1 explicita cronologicamente o marco regulatório ambiental no Amazonas entre os anos de 1978 e 1996, o que leva claramente a uma percepção de que até 2003 não havia avanços significativos, uma vez que esta temática não ocupava lugar de destaque enquanto política estadual, estando sempre no contexto de alguma outra agenda governamental, mas principalmente se considerarmos categoria de uso sustentável, instituídas a partir de 2003 como sendo o foco das ações do governo no Amazonas em relação à política ambiental.

1978	CODEAMA – Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, órgão vinculado à SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral		As ações ambientais no Estado do Amazonas nessa época restringiam-se ao controle ambiental.
	Criação do NUPREMA – Núcleo de Preservação do Meio Ambiente	Decreto nº 4.377, de 04/10/78.	Órgão criado dentro da SEPLAN para cuidar das questões ambientais do estado do Amazonas.
	Governo do Estado do Amazonas	Projeto “Condições Ambientais do Amazonas – CAAM”	Criado no auge do Programa Zona Franca de Manaus, com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental referente às indústrias do estado do Amazonas. O relatório deste projeto foi publicado em novembro de 1978. (cf. Cauper ET al, 1999)
1981	Governo Federal	Lei nº 6.938, de 31/08/1981	Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente
	Criação do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA		Assume a SIGLA da CODEAMA, que era ligada à SEPLAN, e as funções da antiga Comissão
1982	Governo do Estado do Amazonas	Lei Ambiental do Estado do Amazonas – Lei nº 1.532, de	Estabelece a Política Estadual de Meio Ambiente

		1982.	
1984	CODEAMA	SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente	O CODEAMA passa a integrar o Sistema Nacional
1985	CODEAMA	Decreto nº 8.812, de 1985	O CODEAMA assume as atribuições relativas às questões ambientais e de recursos naturais no estado do Amazonas. O centro teve o desafio de desempenhar a política ambiental com uma grande concentração de atividades e de responsabilidades relativas ao controle e ao licenciamento ambiental, especialmente das atividades industriais, com um número reduzido de técnicos de áreas diversas e sem formação específica em gestão ambiental.
1989	Criação do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA	Decreto nº 1.905, de 14/06/89.	Órgão criado para a gestão da política estadual de meio ambiente. Este mesmo decreto, que cria o IMA, extingue o Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITERAM, cujo corpo de funcionários foi absorvido pelo novo órgão.
1991	Criação da Secretaria de Meio Ambiente Ciência e tecnologia – SEMACT		O IMA ficou subordinado a essa Secretaria, que por não ter uma estrutura bem definida, acabou dificultando o processo de licenciamento ao invés de fomentá-lo.
1993	Ministério do Meio Ambiente – MMA	PPG7 – Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais.	Convocação de todos os OEMAs – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente para participarem do PPG7. A proposta era de que os parceiros internacionais apoiassem técnica e financeiramente as OEMAs a fim de fortalecê-las institucionalmente.
	Instituto Fundiário do Amazonas – IFAM		Recriação de um Instituto de Terras no estado do Amazonas.
1996	Criação do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM	Lei Estadual nº 2.367, de 1996	Extinção da SEMACT e do IMA.

Quadro 1 – Cronologia demonstrativa da Legislação Ambiental no Amazonas até 1996

Fonte: SCHWEIKARDT, 2010.

2.2. A participação das populações tradicionais no processo de criação/implementação das UCs

As UCs de uso sustentável (tendo como base o modelo de RESEX, pois o modelo de RDS teve outra dinâmica, com forte influência das ciências biológicas), nasceram a partir da luta do movimento dos seringueiros na década de 1980 pela implementação de políticas públicas voltadas à realidade das populações tradicionais.

Esse modelo havia sido pensado como uma forma de reconhecimento e garantia aos extrativistas residentes na floresta e vivendo a partir do uso dos recursos naturais como base econômica, o direito à terra – principal motivo da luta –, o uso legal dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida, tendo como base principal a geração de renda as populações tradicionais.

A diferença principal entre o movimento do Acre e Amazonas, estados que tiveram papel significativo na luta, é que, no Acre, os seringueiros tinham como objetivo principal conter o avanço do desmatamento e a grilagem de terras por fazendeiros, enquanto que, no Amazonas, o objetivo era garantir a floresta em pé, evitando a ação de madeireiras, preservando, sobretudo, os lagos que já eram bandeira de luta constante no Amazonas, principalmente na região do médio Solimões, utilizando-a de forma sustentável, a partir do uso racional e tradicional das populações tradicionais, garantindo aos extrativistas o direito legal da terra em que viviam e produziam.

Os fatores motivacionais que levam à luta, bem como a união dos seringueiros na Amazônia são de cunho social, econômico e ambiental, com características regionalizadas: No Acre, na luta pela terra, por conta da sua produção, está baseada nas terras firmes, onde há poucos rios e estradas; enquanto no Amazonas, a luta principal era pela preservação de lagos, devido o uso dos recursos aquáticos e pelo fato de haver significativa parcela de sua produção nas várzeas.

A prioridade da pauta do movimento social dos seringueiros nos anos 80 era assegurar a permanência na floresta das populações que nela habitavam e trabalhavam. A pauta agora indica para a promoção social e econômica dessa população (MMA, 2002, p. 17).

Esse modelo proposto caracteriza-se como uma forma diferente de reforma agrária que, de forma alguma, assemelhava-se aos modelos do Sul, Centro e Sudeste do Brasil, proposta

pelos seringueiros da Amazônia, iniciada pelas ideias de Chico Mendes, em conjunto com outras lideranças, como [Aílton Krenak, Dona Raimunda do Tocantins, Pedro Ramos, Txai Macêdo, Chico Ginú, David Yanomami, Txai Lopes Ashaninka, Raimundão, Luis Rodrigues (Turiba), Gracias Pinto, Jaime Araújo, Dona Severina, Geraldo Cruz etc]. Aqui convém destacar que muitas destas lideranças eram do Amazonas, sendo várias do município de Carauari, onde atualmente está localizada a RESEX do médio Juruá e a RDS Uacari¹⁸, além de outras de Novo Aripuanã e Jutaí, por exemplo.

O processo pelo qual se deu a criação deste modelo de UC de desenvolvimento sustentável reflete o esforço dos trabalhadores extrativistas de construir a própria história, participando do processo de decisão na construção de um modelo de UC que contemplava a presença de pessoas nas áreas, visando à governança dos moradores sobre o modelo, baseado em conceitos sociais de uso da terra e não somente nos ideais das ciências biológicas, como comumente ocorrera com os modelos das áreas de proteção integral. Além disso, as UCs de uso trazem consigo uma

visão de governança, integrando uma variedade de sujeitos sociais, o que provém do reconhecimento de que, na atual conjuntura amparada por um modelo neoliberal, os governos não são mais capazes de arcar isoladamente com ônus da governabilidade global, mesmo que se configurem como sujeitos sociais principais no sistema, para lidar de forma construtiva com questões que desrespeitem os povos e a comunidade global (NOSSA COMUNIDADE GLOBAL, 1996, p.15).

Mesmo assim, a implementação desse modelo ainda se apresenta como desafio, pois, apesar de o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) destacarem que a gestão das UCs é de responsabilidade do

¹⁸ Os seringueiros do Amazonas tiveram importante papel no processo de luta que culminou com a conquista das RESEXs após 92, inclusive, o primeiro presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), – atualmente Conselho Nacional das Populações Extrativistas – apesar da história ter sido centrada na imagem de Chico Mendes, era do Amazonas, Município de Novo Aripuanã, Sr. Jaime da Silva Araújo, e Chico Mendes era o presidente do Sindicato de Xapuri.

estado do Amazonas, as decisões deveriam ser tomadas por meio de um Conselho Deliberativo, que deve ter a composição de representantes das Populações tradicionais, instituições de governo e sociedade civil com atuação direta nas UCs. Contudo esses conselhos, na prática, apresentam limitações de participação, proposição e nas tomadas de decisão, e assim, o Estado ou empresas, instituições, etc., acabam tendo forte influência nas decisões sobre as representações da UC. Embora falemos de um modelo de uso sustentável, as ações e o volume de recursos destinados à implementação das UCs, em sua maioria, remetem a uma prática de base preservacionista, ou seja, um modelo de proteção integral que ainda impera nas decisões por voltar seu olhar unicamente às belezas cênicas, recursos biológicos, etc., dissociada de uma integração com as pessoas, o seu bem-estar, modos e condições de vida, pois

a ocupação humana das áreas decretadas Unidades de Conservação no Brasil é muito anterior à própria implantação jurídica daquelas reservas. A imposição de uma série de restrições de uso dos recursos naturais por moradores locais, nessas áreas públicas, criou um sério impasse: Como preservar a rica biodiversidade e criar condições de subsistência e sustentabilidade, tanto material como simbólica para a população local? Até o momento, poucas são as alternativas para a maioria das Populações tradicionais que vivem no interior ou no em torno das UCs (FIGUEIREDO, G.J.P de. RODRIGUES, J.E.R, 2001, p. 188).

A ausência de implementação das ações conforme previa o modelo e o anseio das populações tradicionais traz graves prejuízos às atividades econômicas, sociais e culturais para as UCs, descaracterizando as concepções e diretrizes do real modelo idealizado pelos seringueiros na década de 1980, mas, sobretudo, comprometendo a melhoria da qualidade de vida e os ecossistemas. Segundo Allegretti (2002, p. 01),

a crise é institucional do Estado, mas não afeta os fundamentos das UCs que continuam vitais para a Amazônia. Diante dos desafios apresentados, o que é preciso é repactuar as relações do Estado com as comunidades; repactuar os compromissos que se firmam quando se cria uma UC, tanto do ponto de

vista das comunidades quanto do ponto de vista do Estado. Elas se dispõem a prestar um serviço - proteger os recursos naturais como meio de vida. Ao Estado cabe proporcionar os meios para que esse serviço seja prestado e monitorar os resultados. Uma excelente oportunidade de repactuar o contrato entre o Estado e as comunidades é a temática das mudanças climáticas. As comunidades tradicionais da Amazônia prestam um serviço ambiental ao país e ao planeta e devem ser remuneradas por isso. Essa remuneração deve ser fruto de um contrato no qual as duas partes assumem responsabilidades mútuas: de um lado, condições efetivas de assegurar que o serviço é prestado, de outro, compromisso de continuar exercendo esse papel, e o monitoramento dos resultados para a sociedade.

As UCs não são somente um tipo de modalidade de unidade de conservação com pessoas que precisam ser ouvidas quando se trata de fazer um plano de manejo (ou de gestão) ou criar um conselho, mas principalmente, as ações do poder público precisam respeitar os modos de vida tradicionais existentes em cada comunidade, bem como prever ações que idealizem resultados qualitativos e não somente quantitativos que, em médio e longo prazos, não são projetos sustentáveis.

Estas UCs, quando propostas pelas populações tradicionais, devem ser criadas pensando inicialmente numa solução para o conflito fundiário, resolução dos conflitos de pesca, etc., para reconhecer direitos e para assegurar que os recursos naturais (dos quais essas pessoas dependem para viver e que se encontram ameaçados) continuem sendo utilizados e protegidos, em benefício delas e da sociedade. Os direitos fundiários são reconhecidos na forma de UC por uma opção destas comunidades e em benefício público. Mesmo assim, ter somente a questão fundiária solucionada não atende aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Há de se ter políticas de geração de renda, melhoria da educação, saúde, moradia, dentre outras questões específicas e que obedeçam a rigor ao real contexto das UCs.

O fato de ser decretada a área da UC representa avanços para a conservação dos recursos, mas, com as limitações impostas pela legislação ambiental e pela ineficiência dos governos na resolução dos conflitos fundiários (expedição das Concessões de Direito Real de Uso – as CDRUs) – que deveria garantir o uso da terra de forma legal –, na implementação de

políticas públicas e na garantia do uso dos recursos naturais pelas populações extrativistas, na elaboração dos Planos de Manejo e Gestão das UCs, são indícios de que o modelo de UC de uso sustentável pode caminhar para um retrocesso, pois, até então, os principais problemas continuam sendo a falta de recursos humanos e financeiros e a não adequação da máquina pública para um modelo novo de gestão, o qual é necessário para a implementação desta nova concepção ambiental em torno das UCs de uso sustentável no Brasil e, principalmente, na Amazônia. Seria, em outras palavras, fazer com que os governos saiam de um discurso dos números que servem para as campanhas de marketing e passem a ter resultados qualitativos ao modelo ambiental instituído.

2.3. O Programa Zona Franca Verde como “modelo” de desenvolvimento sustentável

Em 2003, como resultado da nova configuração do governo estadual que assume a administração pública com o lema “nova” gestão¹⁹, é criado o PZJV no Amazonas, uma política pública que passou a ter no uso dos recursos naturais, um “modelo” de uso sustentável, a partir da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da conservação dos recursos naturais, por meio de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária e de atividades de turismo com bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de UCs e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas. Esse programa teve como base a formulação de políticas públicas que conciliariam objetivos sociais, ambientais e econômicos desenvolvidos a partir de uma

¹⁹ Assumida por um político do mesmo grupo que governa o Amazonas a partir de 1983, desde Gilberto Mestrinho, Amazonino e, a partir de 2003, Eduardo Braga e atualmente Omar Aziz, configurando-se como a continuidade de um modelo histórico, com promessas de uma inovação na área ambiental, sobretudo, a partir de 2003, mas que avançou em aspectos legais com a formatação de um novo marco legal, porém, baseado num modelo de gestão centralizador, pouco eficiente de acordo com os ideais estabelecidos de garantia de melhoria da qualidade de vida das populações do interior do Amazonas, sem resolver as burocracias da gestão pública.

política de curto, médio e longo prazos, principalmente direcionada aos municípios do interior do estado do Amazonas.

Na nova concepção da política ambiental, uniram-se novos sujeitos sociais ligados às ciências ambientais, que vinham acompanhando o cenário internacional, principalmente em torno da captação de recursos para trabalhar a questão ambiental nos estados da Amazônia. Neste novo cenário, há uma ruptura com antigos modelos da política ambiental, o que [ocorre a partir do enfraquecimento do atual modelo da sociedade política, possibilitando o surgimento, a partir da sociedade civil, de intelectuais envolvidos e membros do antigo bloco histórico, de novas forças de coerção da classe dominante (PORTELI, 2002, p. 20)].

Para o governo, o Programa representava o compromisso do estado do Amazonas com a melhoria da qualidade de vida da população do interior e, ao mesmo tempo, com a proteção ao extraordinário patrimônio natural do Amazonas, como “modelo de desenvolvimento sustentável”: as florestas, rios, lagos, igarapés e campos naturais, promovendo o manejo florestal (madeireiro e não madeireiro) sustentável, assim como a criação e viabilização de UCs. Contudo este discurso de apoio às questões ambientais e à melhoria da qualidade de vida das pessoas, como modelo de desenvolvimento sustentável, tem servido, sobretudo para

dar sentido às estruturas de poder e aos interesses econômicos e políticos envolvidos na formulação das políticas ambientais globais. A construção de categorias abstratas, como as de humanidade, de gerações futuras, de qualidade de vida e outras tão presentes nos textos sobre os problemas ambientais, dificulta a análise em termos de diferenças entre grupos sociais e entre nações, protegendo a proposta do desenvolvimento sustentável no enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações sociais... na maioria das experiências de implementação do modelo de desenvolvimento sustentável, não há indícios da produção da equidade em termos concretos (FERNANDES, 2006, p. 129-130).

Para tanto, o estado do Amazonas instituiu a Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei nº3.135 de 05/06/2007), criando a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas,

Conservação Ambiental e Desenvolvimento sustentável, visando estimular regimes de mercado de crédito de carbono, promover ações para ampliação da educação ambiental, fomentar a implementação de projetos de pesquisas em Unidades de Conservação, criar o Fundo de Mudanças Climáticas, visando reverter suas aplicações para o desenvolvimento de atividades como monitoramento, fiscalização, realização de inventário, conservação e manejo sustentável, criar o Bolsa Floresta para os moradores de unidades de conservação do estado do Amazonas e instituir selos de certificação a entidades públicas e privadas que desenvolvam projetos de mudanças climáticas.

Em 2007, foi instituída a Lei 3.184 de 13 de Novembro de 2007 que altera a Lei sobre Mudanças Climáticas: Ela autoriza o Poder Executivo Estadual a participar de uma única fundação privada, sem fins lucrativos, cuja finalidade e objeto se destinem ao desenvolvimento e administração dos Programas e Projetos de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento sustentável, bem como gerenciar serviços e produtos ambientais.

As virtualidades e os dons amazônicos são exaltados neste tipo de discurso ideológico, mas por outro lado, não se reconhece que a contrapartida e ônus devem recair sobre aqueles países beneficiados, que devem assumir as suas responsabilidades e obrigações de contribuintes de um necessário imposto internacional ambiental, que deve ser criado e exigido pelos países amazônicos pelo suprimento de tais benefícios, dons e serviços (BENCHIMOL, 2009, p. 509).

Com essa Lei, o poder executivo estadual autoriza efetuar doação a uma Fundação, a ser criada, no valor de até R\$ 20 milhões de reais a título oneroso, a gestão dos serviços e produtos ambientais de titularidade do estado do Amazonas, nas unidades de conservação estaduais.

Os rendimentos provenientes da comercialização dos serviços e produtos ambientais deveriam ser, obrigatoriamente, investidos na implementação dos Planos de Gestão das

Unidades de Conservação; prevê a transferência, a essa Fundação, o direito de gestão e licenciamento dos selos.

A Lei Estadual Complementar nº 53 de 05/06/2007 (Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) estabeleceu os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Esta Lei trata, no âmbito estadual, das diretrizes estabelecidas pela legislação federal que institui o SNUC, considerando três aportes: O reconhecimento e valorização dos serviços ambientais, estabelecendo base jurídica para permitir o pagamento por esses serviços dentro das UCs; criação de novas categorias de UCs (Estrada Parque, rio Cênico, Reserva Particular de Desenvolvimento sustentável - RPDS, e Reserva de fauna) e mecanismos e regras de financiamento para a implantação das UCs.

O PZFBV apresenta, como princípios, em seu art. 1º, § 1º, II,

da Prevenção, que consiste na adoção de medidas preventivas que contribuam para evitar a mudança perigosa do clima; da Prevenção, representada pela prática de procedimentos que, mesmo diante da ausência da certeza científica formal acerca da existência de um risco de dano sério ou irreversível, permitam prever esse dano, como garantia contra os riscos potenciais que não possam ser ainda identificados, de acordo com o estado atual do conhecimento; das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas, que se traduz pela adoção espontânea, por parte do estado do Amazonas e da Sociedade Civil, de ações de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, na medida de suas respectivas capacidades; do Desenvolvimento sustentável, consistente na adoção de medidas que visem à estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e à conservação do meio ambiente, associadas aos benefícios de ordem social, econômica e ecológica que combatam a pobreza e proporcionem às futuras e às presentes gerações melhoria do padrão de qualidade de vida; da Participação, Transparência e Informação, importando a identificação das oportunidades de participação ativa voluntária da prevenção de mudança global do clima, conforme a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais legislações aplicáveis; da Cooperação Nacional e Internacional, consubstanciada na realização de projetos multilaterais nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, de forma a alcançar os objetivos de estabilização da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, respeitadas as necessidades de desenvolvimento sustentável (VIANA; SANTOS, 2008, p. 108-109).

O PBF foi criado pelo Decreto 26.958, de 04 de setembro de 2008, no âmbito da Lei Estadual de Mudanças Climáticas; tem como objetivo a instituição do pagamento por serviços e produtos ambientais às populações tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de desmatamento.

Com essa argumentação, o governo e as campanhas de marketing em todo o mundo tem atraído apoios nacionais e internacionais pela propagação que o governo faz de ser o primeiro Estado a criar uma lei neste aspecto, que visa à qualidade de vida dos guardiões da floresta – nome pelos quais a FAS passa a designar as pessoas que recebem o bolsa floresta –, e ainda, reduzir a emissão de carbono na atmosfera. Como a onda mundial voltava-se (e ainda se volta) para uma concepção de redução do desmatamento e diminuição dos índices de emissão de CO2 na atmosfera, o Programa atrai investimentos, tanto do setor público quanto do setor privado, a exemplo do que ocorrera da parceria do estado do Amazonas com o Bradesco, que criou o fundo de investimentos no Programa Bolsa Floresta (PBF).

A justificativa do programa era embasada na forma de repensar o modelo de desenvolvimento econômico para o Amazonas que é centrado no polo industrial de Manaus (PIM), com um olhar mais para o interior do estado.

O futuro não ocorre por si mesmo. O seu fabrico é produto de ação planejada, aleatória ou intuitiva dos indivíduos e a da sociedade política, econômica e juridicamente organizada. Contém elementos e forças internas e sofre influências conjunturais e estruturais do país e do exterior (BENCHIMOL, 2009, p. 497).

Os dados divulgados sobre o PIB da Zona Franca de Manaus, gerados no PIM tornam Manaus uma das maiores economias do Brasil e, ao mesmo tempo, as cidades do interior do estado do Amazonas sofrem com a falta de alternativas e incentivos econômicos e fiscais para alavancar sua produção. Com a onda da criação das UCs, o Amazonas quase sempre tem sido discutido como a maior floresta da Amazônia ainda intacta – com menor índice de

desmatamento –, e os dados são mostrados pelo próprio estado. No entanto, as populações tradicionais e não tradicionais nas sedes dos municípios tentam alavancar o setor produtivo e não conseguem dadas as burocracias estatais, a ausência de inovação tecnológica sustentável, investimentos em infraestrutura, de modo a possibilitar uma relação custo-produção mais justa, etc.

Uma das estratégias do estado do Amazonas para a implementação desta nova política foi a inserção de membros da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais em cargos públicos estratégicos, o que acabou enfraquecendo as organizações sociais, os movimentos de trabalhadores extrativistas, etc, em sua maioria, lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que prevalece até os dias atuais, pois há, inclusive no movimento social local (município de Carauari, onde está localizada a RDS Uacari, foco da pesquisa) uma confusão entre a organização política partidária e a organização social das associações, o que fez com que lideranças antigas do processo de organização, tais como Luís Rodrigues, Gracias Pinto e Sr. Luís da comunidade Bom Jesus se afastassem de todas as ações organizadas pelo movimento social ribeirinho da região.

O que não se tem no seio dos grupos organizados da sociedade civil e dos movimentos sociais é a percepção dos reais interesses de membros da sociedade política, haja vista que uma das principais críticas – de uns poucos membros da sociedade civil – atualmente é devido à falta de discussões por parte dos governos com a sociedade civil para a a instituição de políticas, bem como das estratégias e meios de implementação, principalmente do PBF.

Seria preciso analisar os interesses específicos que os mandatários devem à sua posição no campo político e no subcampo do partido ou do sindicato e mostrar todos os efeitos “teóricos” por eles determinados. Toda a história da luta no campo social está presente, em cada momento, em forma materializada, nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem (BOURDIEU, 2010, p. 154 e 156).

A aposta nas UCs se tornou tanta que, na história do Amazonas, nunca se criaram tantas UCs em tão curto espaço de tempo. O estado do Amazonas saiu de pouco mais de sete milhões de hectares de área de UC para quase dezenove milhões (figura 12 e 13). Do ponto de vista da criação, da quantidade de áreas “protegidas”, tem-se claramente um avanço; no entanto, para a implementação desta política a consolidar-se com o objetivo de redução dos índices de desmatamento e uso dos recursos naturais para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem nas UCs, praticamente nada se avançou, haja vista os eternos problemas fundiários – que impedem um modelo de gestão territorial que valorize as populações tradicionais e, conseqüentemente, o uso da terra e dos recursos naturais pelos moradores –, a insuficiência de profissionais técnicos garantidos pelo próprio estado do Amazonas e recursos financeiros para a execução das ações.



Figura 12 – Incremento das UCs no Amazonas
Fonte: CEUC, 2011

Unidades de Conservação Estaduais

UC's / Categoria	Nº UC	Área (ha)	
APA	6	1.760.226,82	
FLORESTA	8	2.596.347,44	
RDS	15	10.081.636,30	
RESEX	4	872.961,21	
PAREST	7	3.460.270,83	
REBIO	1	36.900,00	
Total	41	18.808.342,60	

Categoria	Nº UC	Área	%
Uso Sustentável	33	15.311.171,77	81,4 %
Proteção Integral	8	3.497.170,83	18,6%

Figura 13 – Unidades de Conservação estaduais por categoria
Fonte: CEUC, 2011

É importante destacar que até 2007, mesmo tendo sido instituída uma nova concepção da política ambiental do Amazonas, a gestão das UCs estaduais continuava sob a responsabilidade do IPAAM e, somente depois de 2008, é que a gestão destas UCs passa ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Foram instituídas mudanças técnicas, criação de novos programas e setores governamentais (Quadro 2), conforme destaca o marco regulatório, a partir de 2003, o qual demonstra uma forte aceleração na configuração da nova política instituída e na criação de novos organismos de execução e formulação da política ambiental, delimitando as ações e programas por setores de competência temática.

2003	Decreto SDS 23.636 de 11 de agosto de 2003	Autoriza a subvenção econômica da borracha
2005	DEC .1º de junho de 2005	Dispõe sobre a proibição do licenciamento do corte, transporte e comercialização de madeira das espécies de andirobeiras e copaibeiras
	Decreto Nº 25.275, de 11 de agosto de 2005	Isenta o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) de produtos não madeireiros, aplicável à pessoa física e à cooperativa e/ou associação que a represente;
2006	Instrução Normativa nº 002 de 18 de agosto de 2006	Regulamentação da colheita florestal de Pau-rosa (<i>Anibarasaeodora</i> Ducke): estabelece procedimentos e exigências que disciplinem a colheita de Pau-rosa, em área

		de manejo florestal sustentável, área de plantio, bem como os parâmetros a serem considerados na transformação da matéria-prima em óleo essencial pelas usinas de beneficiamento pelo processo de destilação.
2007	Lei Complementar nº 53	Institui o SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação)
	Lei Complementar nº 57	Altera a Lei do SEUC
	Lei nº. 3.135	Institui a Política Estadual sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Amazonas
	Lei nº. 3.184	Altera Lei de Mudanças Climáticas Estadual Criação da Fundação Amazonas Sustentável
	Lei Delegada nº. 65	Estrutura a SDS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável)
	Lei nº. 3.167	Reformula as normas disciplinadoras da política estadual de recursos hídricos
2008	Lei nº. 3.244	Cria a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC)
	Lei nº. 3.269	Altera artigos da Lei do UGMUC
	Decreto s/nº	Nomeação dos Chefes de UC
	IN 002 de 11 de fevereiro	Dispõe sobre procedimentos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica do Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala-PMFSPE nas florestas nativas e formações sucessoras com áreas inferior a 500 hectares
	Resolução CEMAAM [Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas] 03/2008	Estabelece normas para o aproveitamento florestal para fins de autoabastecimento de madeira às populações tradicionais e pequenos produtores rurais no Estado do Amazonas;
	IN 009/2008	-Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de indústrias de mobiliários e indústrias madeireiras de micro e pequeno porte com pequeno potencial poluidor/degradador;
	IN Nº 001, de 11 de fevereiro de 2008	Extrativismo do cipó: estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental do extrativismo do cipó-títica, cipó timbó-açu e cipó-ambé;
IN 10 de 29 de dezembro de 2008	Fica estabelecido o número mínimo de 5 UPAS com área correspondente a no mínimo de 1/5 (20%) da área de manejo florestal;	
2009	IN 001 de 27 de outubro de 2009	Dispõe apresentação, avaliação e licenciamento Plano de Manejo Florestal Sustentável de florestas nativas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Estado do Amazonas.
2010	Resolução CEMAAM 005/2010	Estabelece normas e procedimentos para o aproveitamento e a comercialização de árvores mortas e caídas naturalmente que se encontram a deriva em rios;
	IN 006 de 13 de julho de 2010	Dispõe sobre a publicidade da Licença de Operação para Planos de Manejo Florestal de Pequena Escala e/ou comunitário;
	Lei 3.627 de 28 de julho de 2010	Dispõe sobre as concessões florestais nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável denominada de Florestas Estaduais-Florestas objetivando o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e serviços ambientais, a pesquisa científica e o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais.
	Instrução Normativa 009 de 12 de novembro de 2010	Dispõe sobre manejo florestal sustentável em áreas de várzea no Estado do Amazonas, e dá outras providências.
	Portaria 69/2010	Cria a Câmara Setorial dos Produtos da sociobiodiversidade

	Lei 3.525 de 15 de julho de 2010	Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento sustentável de Populações tradicionais do estado do Amazonas.
2011	Lei (em discussão – Minuta sendo concluída para envio à ALE)	Dispõe sobre a criação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas. Traz consigo dispositivos legais sobre florestas, águas, etc., e passará a regular todos os produtos e serviços ambientais, dando novo direcionamento tanto à política, quanto às estruturas de gestão da questão ambiental no Amazonas

Quadro 2 – Cronologia do marco regulatório da política ambiental no Amazonas de 2003 a 2011

Fonte: CEUC, 2011

O estado do Amazonas tem demonstrado lacunas na gestão da política ambiental, tornando-se pouco eficiente na implementação do modelo de UCs e do PZFV, principalmente no tocante ao licenciamento das ações, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas moradoras das UCs. Uma das principais ações tomadas como mediadas para melhoria da economia nos municípios do interior foi o manejo florestal em pequena escala; contudo, segundo dados obtidos no CEUC (2011), dos 924 planos de manejo florestal protocolados, desde 2003, apenas conseguiram licenciar 426 (46,1%) e destes, menos de 50% conseguiram extrair a quantidade de metros cúbicos de madeira licenciados anualmente. Isto ocorre mesmo tendo havido concurso público para a inserção de novos profissionais no Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), visando acelerar os processos de licenciamento, pouco se avançou neste aspecto.

De acordo com a SDS (2011), cerca de 95% dos recursos financeiros da secretaria (Quadro 3), sobretudo os destinados às UCs, são oriundos de fontes externas, não pertencentes ao orçamento estadual, o que demonstra o real compromisso do estado do Amazonas com a política ambiental e mesmo com a grande quantidade de UCs criadas; entretanto, não basta criar, mas atuar de forma eficaz na implementação destas áreas para que atendam aos objetivos para quais foram criadas.

ORIGEM DOS RECURSOS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Investimento Programa ARPA (Governo Federal)	1.829.807,08	1.311.610,62	1.915.213,87	734.939,43	287.875,91	1.067.330,20	11.203.000,00	18.349.777,11
Investimento Rede de Conservação (WWF, Moore)	3.366.944,00	3.296.889,00	4.052.394,00	2.673.469,00	3.500.000,00	-	2.824.455,00	19.714.151,00
DNIT	-	-	-	-	4.979.525,00	-	4.979.525,00	9.959.050,00
PETROBRÁS (Compensação)	-	-	-	-	18.362.860,00	-	-	18.362.860,00
PCE	-	-	-	-	-	-	3.392.844,20	3.392.844,20
FAZ	-	-	-	5.048.774,21	7.976.033,56	8.202.921,99	6.510.051,00	27.737.780,76
FONTE 100							272.200,00 ²⁰	272.200,00
TOTAL ANUAL (R\$)	4.997.978,00	4.545.980,00	5.861.250,00	2.846.234,00	32.741.410,00	8.202.921,99	25.519.043,00	
TOTAL GERAL								97.788.663,07

Quadro 3 – Origem das fontes financeiras internas/externas de financiamento das UCs estaduais no período de 2006-2012

Fonte: CEUC, 2011

²⁰ Na fonte 100, que corresponde a recursos do governo do estado, o CEUC somente dispunha de informação relacionada ao ano de 2012. Não estão somados neste valor os salários e encargos dos servidores pagos pelo Estado.

O orçamento da SDS corresponde a apenas 0,41% do orçamento anual do Governo do Amazonas (CARTA DA SOCIEDADE CIVIL, 2012). Como ser estratégica e executar uma política “tão importante” como a ambiental com este montante de recursos no orçamento do estado? Se é tão importante esta agenda ambiental, não deveria haver um montante maior de recursos financeiros destinados à efetivação desta agenda, passando a depender menos de recursos externos?

A Lei Estadual de Mudanças Climáticas estabeleceu a criação de uma fundação para dar mais agilidade à execução das ações e celeridade nos processos, dadas as burocracias dos processos para a execução das ações pelo estado do Amazonas; condições e limitações estas estabelecidas pela legislação relacionada à gestão pública, bem como sua baixa eficiência operacional, mas que caminha por vezes ao lado, e por vezes, paralela às ações da SDS/CEUC junto às UCs.

Assim, em função de uma alteração da lei de Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC), é criada a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), no dia 20/12/2007, que passa a ser a executora do Programa Bolsa Floresta (PBF) e gestora das ações e recursos deste programa nas UCs. O PBF é instituído pela PEMC, capítulo IV, artigo 5, II como “modelo” de pagamento por produtos e serviços ambientais no estado do Amazonas, mas delimita suas ações às comunidades tradicionais das Unidades de Conservação pelo uso sustentável, a conservação e proteção dos recursos naturais assim como para incentivar políticas voluntárias de redução de desmatamento. Para que as famílias demonstrem adesão ao PBF, assinam um acordo de compromisso de desmatamento zero em suas atividades produtivas.

O fato de destinar o PBF às UCEs gera insatisfação de diversos setores da sociedade civil tais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), bem como as populações indígenas, uma vez que os produtos e serviços ambientais não ocorrem somente

em UCs, mas também em TIs, bem como áreas diversas do estado. Nesse aspecto, deveria ser um programa estadual que contemplasse todas as famílias e não somente residentes e usuárias de UCs estaduais, conforme estabelece o Decreto que cria o PBF.

No entanto, as UCs têm forte apelo ambiental, podendo ser negociados os créditos de carbono mundialmente, não sendo possível em TIs ou UCs de proteção integral, uma vez que a legislação não permite a venda de quaisquer produtos ou serviços. Em áreas que não sejam públicas o Estado também não pode negociar, daí a estratégia das UCs de uso sustentável, definidas como foco do PBF.

Para acompanhamento e monitoramento da execução do PBF, a SDS publica a Portaria SDS nº 063/07 que cria o Comitê Interno de Gestão do Programa Bolsa Floresta para realizar estudos e diagnósticos socioambientais das famílias moradoras nas UCs, potencialmente beneficiadas pelo PBF; estabelecer marcos legais de procedimentos operacionais para implementação do Programa; promover interação institucional através das ações integradoras com as organizações participantes na implementação do Programa e; acompanhar, subsidiar e avaliar a implementação do Programa.

Além do avanço do marco regulatório, houve forte aceleração nos processos de se criarem UCs de uso sustentável, tendo como base as RDSs – que conforme destacado no capítulo 1, diferentemente do modelo de RESEX, não garantiam a terra às comunidades e povos tradicionais, mas permitia a continuidade dos proprietários nas áreas -, com vistas à implementação do PZFFV com foco nestas UCs.

Percebe-se, com isso, que houve avanços quanto à organização administrativa e do marco legal quanto à política ambiental estadual. Contudo, o desafio que se apresenta é como fazer esta política, bem como os setores responsáveis possam conversar entre si e estejam articulados, uma vez que, conforme destacado anteriormente, na concepção de regular o uso dos recursos naturais na lógica do que preveem os ideais do desenvolvimento sustentável,

fundamentados nas cinco dimensões apresentadas por Sachs (1993): sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

É importante destacar que, apesar dos avanços quanto ao quantitativo de UCs no Amazonas, sobretudo no tocante à categoria de uso sustentável, o discurso e as ações no Amazonas têm vertente preservacionista, baseada na concepção de proteção integral. Isto é caracterizado pelas ações, volume de recursos e até nos discursos do CEUC até 2010. Com um processo de transição que vem sofrendo este Centro, no sentido de valorização dos aspectos conservacionistas, este tem sofrido forte pressão por parte dos “ambientalistas” membros de ONGs conhecidas que atuam no Amazonas e têm base fundamentada na preservação.

Contudo, sendo o Amazonas um estado que tem mais de 40% de seu território de áreas protegidas, deve haver preocupação com implementação das UCs já existentes, visando tornar o modelo mais eficaz às necessidades das populações tradicionais. Contudo, a previsão da 3ª etapa proposta do programa ARPA é de se comprometer com financiadores em criar mais UCs no Amazonas, visando unicamente atender às exigências mundiais de preservação da Amazônia que pode ser bom para quem não é do Amazonas, e seria para as populações locais, que continuam sendo pautadas por uma agenda mundial?

2.4 A lei de mudanças climáticas e a concepção do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no âmbito das novas configurações do estado

Os governos estaduais da Amazônia brasileira após a ECO 92 passaram a assumir um importante papel na criação de UCs, e este processo seguiu algumas tendências. Contudo, a simples criação de uma UC não garante que sua implementação seja efetivada. Muitas UCs,

mesmo após anos de criação, ainda não dispõem de infraestrutura, nem de técnicos (Quadro 4) lotados para sua implementação.

Nº	NOME	FUNÇÃO	FONTE PAGADORA
1	Katia Helena S. C. Schweickardt	Coordenadora do CEUC	ESTADO
2	Rosival Dias	Chefe de Departamento	ESTADO
3	Neila Maria Cavalcante da Silva	Chefe de Departamento	ESTADO
4	Sinomar Junior	Chefe de Departamento	ESTADO
5	Iranildo Cursino	Chefe de Departamento	ESTADO
6	Gilberto Olavo Costa	Chefe de Departamento	ESTADO
7	Gilmar José de Oliveira Souza	Chefe de Departamento	ESTADO
8	Márcia Lins	Assessor Administrativo (AD-2)	ESTADO
9	Jeferson de Andrade	Assessor Administrativo (AD-2)	ESTADO
10	Engrid Miller	Auxiliar Administrativo	ESTADO
11	Adriana Gusmão	Assessor (AD-3)	ESTADO
12	Adevane da Silva Araújo	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
13	Alcilene de Araújo Paula	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
14	Aldeíza Lago dos Santos	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
15	Rafael Gonçalves	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
16	Altemar Lopes e Silva	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
17	Akis Alves da Silva	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
18	Ana Claudia da Costa Leitão	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
19	Cristiano Gonçalves	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
20	Erivan Moraes de Almeida	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
21	Francisca Dionéia Ferreira	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
22	Francisco de Assis da Silva Moreira	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
23	Francisco Santos de Oliveira	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
24	Gerson de Souza Serrão	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
25	Izac Francisco Theobald	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
26	Jaime Gomes Nery Junior	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
27	Melquezadeque Rebelo de Castro	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
28	Jorge Luiz Lima Pinto	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
29	Maria Erica Laborda da Costa	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
30	Ítalo Souza	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
31	Doney Vitor	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
32	Flávia Caroline	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
33	Raimundo Ribeiro Romaine	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
34	Rosibel Rodrigues e Silva	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
35	Sérgio Sakagawa	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
36	Silvia Elena Moreira Batista	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
37	Vera Lúcia Falcão de Oliveira	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO

38	Walben Junior dos Santos Ferreira	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
39	Aroldo de Souza	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
40	João Bosco	Chefe de Unidade de Conservação (AD2)	ESTADO
41	Francisco Pinto	Subcoordenador do CEUC	Moore
42	Jessica Cancelli Faria	Apoio ao Programa de Pesquisas nas UCs	Moore
43	Ayub Borges	Geoprocessamento	Moore
44	Valéria Gomes	Apoio a gestão dos conselhos gestores	Moore
45	Maria Lionilde	Analista de base de dados socioeconômicos nas UCs	Moore
46	Marina Lacorte	Apoio ao programa de regularização fundiária	Moore
47	Teiamar Bobot	Apoio ao Programa de fortalecimento comunitário	Moore
48	Jéssica Cancelli	Apoio ao Programa de Pesquisas nas UCs	Moore
49	Pedro Henrique Leitão	Apoio ao PROBUC	Moore
50	Geise Góes	Apoio ao Programa de Reservas Privadas/UCs municipais	Moore
51	Pollyana Lemos	Apoio ao Programa de Monitoramento Ambiental nas UCs	Moore
52	Maria do Carmo Pereira	Apoio ao Programa de Manejo Florestal	Moore
53	Nayara Melo	Apoio ao Programa de Uso Público	Moore
54	Abraham Moreira	Analista de base de dados sobre ameaças nas UCs	Moore
55	Moises Pinto	Apoio ao Programa Agente Ambiental Voluntário nas UCs	Moore
56	Yone Nascimento	Apoio ao Programa Agente Ambiental Voluntário nas UCs	Moore
57	João Talochi	CECLIMA	Moore
58	Rodrigo Freire	CECLIMA	Moore
59	Barbara Nascimento	CECLIMA	Moore
61	Verena de Almeida	CECLIMA	Moore
62	Roberto Gonçalves	CECLIMA	Moore

Quadro 4 – Quadro de servidores do CEUC
Fonte: CEUC, 2012

O quadro demonstra um grande desafio do estado em garantir um quadro técnico permanente para dar andamento na agenda de UCs e de clima, partes essenciais da agenda ambiental, que não estão sendo tomadas iniciativas nenhuma para garantir os servidores que vêm sendo pagos por meio da cooperação técnica com a Fundação Moore.

O termo de cooperação técnica entre SDS/Moore a SDS/CEUC garantiu como contrapartida a realização de concurso para a manutenção dos quadros técnicos, algo que não se concretizou até então, mas num processo inverso há diversos ex-políticos do Estado inseridos na folha de pagamento, que não prestam nenhuma carga horária de serviço nos setores em que estão lotados.

A gestão de uma UC, portanto, implica grandes investimentos financeiros do poder público nestas áreas, bem como, assumir responsabilidades. A questão que se coloca então é em relação ao nível de responsabilidade que os governos estaduais, além do federal, devem ter nos processos de gestão e implementação das áreas protegidas na Amazônia, pois não basta criar a UC, mas encontrar soluções para os problemas nela existentes.

Já em relação à concepção de serviços ambientais e sua aplicabilidade, intensifica-se com a discussão em torno das mudanças climáticas, tais como o REDD, o MDL, crédito de carbono, etc. O pagamento por serviços ambientais (PSA) – também chamado compensação por serviços ambientais – é uma das medidas criadas e que tem sido discutida por governos, empresas, ONGs, etc., como forma de viabilizar a redução das emissões sem comprometer as economias dos países e das empresas (principalmente para os governos e empresas), gerando redução de emissão de carbono na atmosfera. Segundo Fearnside,

“os principais destruidores do meio ambiente na Amazônia, têm sido os agentes de fora” – 70% do desmatamento seria de responsabilidade de médios e grandes empresários imigrantes oriundos de outras regiões do país: Sul, Sudeste e Centro-Oeste – respaldados pelo Estado brasileiro mediante incentivos fiscais. Por outro lado, os “locais” –pequenos produtores extrativistas não madeireiros – vêm utilizando a floresta de maneira tradicional, mas sustentável, devendo ser reconhecidos, juntamente com as populações indígenas, como os verdadeiros guardiões da biodiversidade regional. Dessa forma, na medida em que as populações tradicionais cuidam do capital ecológico, devem ser remuneradas pelos serviços ambientais prestados às sociedades [...] nacional e global (STEINBERGER, 2006, p. 352-353).

BOX 3 – REDD

REDD – Redução por Emissão de Desmatamento e Degradação é considerando um marco fundamental alcançado durante a COP 11, em Montreal, em 2005, quando Papua Nova Guiné e Costa Rica, apoiados por oito outros membros, propuseram um mecanismo para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento. A proposta recebeu amplo apoio de Partes e a COP estabeleceu um grupo focal e, depois disso, iniciou um processo de dois anos de exploração das opções para o REDD. Esta decisão fez com que um grande número de Partes e observadores ao longo deste período submetessem propostas e recomendações ao Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico para redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de desmatamento e

degradação. REDD trata, basicamente, de redução de emissões. O Plano de Ação de Bali, definido na 13ª Conferência das Partes (COP), dispõe que uma abordagem ampla para mitigar as mudanças climáticas deve incluir: *Abordagens políticas e incentivos positivos para questões relacionadas à redução das emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento*". REDD pode simultaneamente abordar as mudanças climáticas e a pobreza rural, ao mesmo tempo em que conserva a biodiversidade e dá sustentação a serviços ambientais vitais. Apesar da consideração destes benefícios ser real e importante, a questão crucial é até que ponto a inclusão dos objetivos de desenvolvimento e conservação irá promover o sucesso geral de um futuro marco referencial REDD ou então complicar e, portanto, possivelmente obstruir, o processo das negociações REDD em andamento. Após este conceito, outros surgiram como o REDD+, que ao inserir o incremento de estoques de carbono (o + no REDD+) refere-se a seqüestro de carbono ou remoções de carbono da atmosfera. O escopo de REDD+ em seu sentido mais amplo, no entanto, também inclui estoques de carbono à medida que se relacionam à conservação das florestas e ao carbono armazenado em florestas "em pé". Estoques são distintos de emissões por não implicarem em mudanças na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e não são, portanto, reconhecidos como uma atividade de mitigação da mudança do clima. Para o propósito desse marco referencial os estoques de carbono são tratados separadamente no módulo de distribuição (PARKER, C., MITCHELL, A., TRIVEDI, M., MARDAS, N., 2009). Referente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), segundo FRONDIZI (2009), a implementação do MDL fez parte dos Acordos de Marraqueche, estabelecidos em novembro de 2001, durante a sétima sessão da Conferência das Partes da Convenção – ou simplesmente COP 7. Nas COPs subseqüentes essa regulamentação básica foi complementada. Na COP 8, foram regulamentados os projetos de pequena escala, na COP 9 os projetos florestais e na COP10 os projetos florestais de pequena escala. A partir da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, novas adições e detalhamentos de questões relacionadas ao MDL vêm ocorrendo no âmbito da COP/MOP [...] O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL, ou *Clean Development Mechanism*, CDM, em inglês) teve origem na proposta brasileira de criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo que seria formado por meio de recursos financeiros dos países desenvolvidos que não cumprissem suas obrigações quantificadas de redução ou limitação de emissões de gases de efeito estufa (usualmente chamada de "metas"). Tal fundo seria utilizado para desenvolver projetos em países em desenvolvimento. Esse conceito não foi aceito por alguns países desenvolvidos e a idéia do fundo foi modificada, transformando-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Esse mecanismo consiste na possibilidade de um país que tenha compromisso de redução de emissões (país no Anexo I) adquirir Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) (3), geradas por projetos implantados em países em desenvolvimento (países não-Anexo I), como forma de cumprir parte de suas obrigações quantificadas no âmbito do Protocolo. A idéia consiste em que um projeto gere, ao ser implantado, um benefício ambiental (redução de emissões de GEE ou remoção de CO₂) na forma de um ativo financeiro, transacionável, denominado Reduções Certificadas de Emissões. Portanto, os serviços ambientais são a capacidade da natureza de fornecer qualidade de vida e comodidades, ou seja, garantir que a vida, como conhecemos, exista para todos e com qualidade (ar puro, água limpa e acessível, solos férteis, florestas ricas em biodiversidade, alimentos nutritivos e abundantes etc.). A natureza trabalha (presta serviços) para a manutenção da vida e de seus processos e estes serviços realizados pela natureza são conhecidos como serviços ambientais. Os serviços ambientais prestados pela natureza fornecem produtos como alimentos, remédios naturais, fibras, combustíveis, água, oxigênio etc; e garantem o bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, o equilíbrio climático, o oxigênio para respirarmos, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a

agricultura. Desta forma, os serviços ambientais são as atividades, produtos e processos que a natureza nos fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade. Outros exemplos de serviços ambientais são: a produção de oxigênio e a purificação do ar pelas plantas; a estabilidade das condições climáticas, com a moderação das temperaturas, das chuvas e da força dos ventos e das marés; e a capacidade de produção de água e o equilíbrio do ciclo hidrológico, com o controle das enchentes e das secas. Tais serviços também correspondem ao fluxo de materiais, energia e informação dos estoques de capital natural. Embora não tenham um preço estabelecido, os serviços ambientais são muito valiosos para o bem-estar e a própria sobrevivência da humanidade, pois dos serviços ambientais dependem as atividades humanas como, por exemplo, a agricultura (que demanda solos férteis, polinização, chuvas, água abundante, etc.) e a indústria (que precisa de combustível, água, matérias primas de qualidade etc). Quanto trabalho custaria para o agricultor fazer o serviço de polinização (que as abelhas fazem sem cobrar), levando o pólen a todas as plantas de sua horta e pomar? Quanto esforço e tempo seriam necessários para transformar toda a matéria orgânica que existe em uma floresta em nutrientes disponíveis para as plantas, se não existissem os seres da natureza (decompositores) que o fazem “de graça”? Quantas máquinas seriam necessárias para prestar o serviço de produzir oxigênio e purificar o ar, serviço que as plantas e as algas fazem diariamente? Quanto vale todos esses serviços que a natureza faz? Vale a existência da vida no planeta. A continuidade ou manutenção desses serviços, essenciais à sobrevivência de todas as espécies, depende, diretamente, de conservação e preservação ambiental, bem como de práticas que minimizem os impactos das ações humanas sobre o ambiente. Os povos indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente preservaram o meio ambiente e usaram de modo consciente e sustentável seus recursos e serviços, são também responsáveis pelo fornecimento desses serviços ambientais, são o que se chama de provedores de serviços ambientais. Ao permitir que o ambiente mantenha suas características naturais e siga fornecendo os serviços ambientais, estes povos e comunidades garantem o fornecimento dos serviços ambientais que são usados por todos. Os serviços de preservar a natureza e suas características, conservar a biodiversidade, fornecer água de qualidade (porque preservam a mata na nascente e na margem dos rios) têm um custo para povos indígenas e comunidades tradicionais, e por isso surgiu a discussão sobre mecanismos de remuneração ou compensação para aqueles que conservam e garantem o fornecimento dos serviços ambientais, a essa remuneração chamou-se de Pagamento por Serviço Ambiental (<http://uc.socioambiental.org>. Acessado em 25.01.2012).

Com o avanço das discussões em torno das mudanças climáticas, passam-se a discutir os ecossistemas (conjunto formado por todos os fatores bióticos e abióticos) que atuam simultaneamente sobre determinada região (florestas, cerrados, manguezais, recifes, etc) e fornecem à humanidade uma variedade de produtos²¹ e serviços ambientais no âmbito local, nacional e mundial.

²¹ Os produtos ambientais são aqueles oferecidos pelos ecossistemas que são utilizados pelo ser humano para seu consumo ou para serem comercializados (madeira, frutos, peles, carne, sementes, medicina, entre outros). Constituem uma base de sustentação e fonte de renda importante para a Sociedade.

A prestação de serviços ambientais é um fator decisivo para o desenvolvimento da Amazônia – brasileira e sul-americana – e que, para tanto, é necessário e urgente clarificar a sua compreensão mediante uma abordagem transdisciplinar na fronteira da ciência. A questão ambiental – e os termos a ela inerentes –, configurou-se e consolidou-se com as grandes transformações introduzidas pelo processo de globalização econômica do planeta fundamentado na revolução científico-tecnológica que gerou um novo modo de produzir baseado na informação e no conhecimento, afetando não só as relações econômicas como as sociais e de poder. Além disso, alterou também o significado de natureza e seus elementos que foram incorporados na escala ampliada da mercantilização. Ecologistas, economistas e ambientalistas com a preocupação central de conservar a natureza têm aportado importantes contribuições que esbarram, contudo, no desafio – ainda não solucionado – de atribuir valor e preço a natureza e seus elementos. A categoria serviços ambientais e seu papel no desenvolvimento da Amazônia carecem de contribuições da ciência social para enfrentar a sua complexidade. Com esse objetivo, traz-se ao debate a recente transformação da economia mundial constituída pela expansão dos serviços em substituição a indústria como fator dinâmico do desenvolvimento. E essa mudança que explica o notável processo de urbanização do planeta sob o comando de cidades mundiais (BECKER, p. 87-88).

O Dicionário Socioambiental Brasileiro (2009) define serviços ambientais como

a tentativa de valoração dos benefícios ambientais trazidos para o conjunto da sociedade, provenientes da manutenção de áreas naturais pouco alteradas pela ação humana. Entre os serviços ambientais mais importantes estão a produção de água de boa qualidade, a depuração e a descontaminação natural de águas servidas (esgotos) no ambiente, a produção de oxigênio e a absorção de gases tóxicos pela vegetação, a manutenção de estoques de predadores de pragas agrícolas, depolinizadores, de exemplares silvestres, de organismos utilizados pelo homem (fonte de gens usados em programas em programas de melhoramento genético), a proteção do solo contra a erosão, a manutenção dos ciclos biogeoquímicos, etc. Os serviços ambientais são imprescindíveis à manutenção da vida na terra (p. 289).

O PBF é um programa público instituído pelo estado do Amazonas tendo como base o ar limpo que as florestas do Amazonas emitem (a produção de oxigênio), algo possível somente devido às práticas culturais de produção de baixo impacto executadas pelas Populações tradicionais, no caso do programa, especificamente das UCs; contudo este entendimento gera discussões diversas haja vista que o modelo de práticas culturais de

produção de baixo impacto ambiental não são tipicamente de UCs, mas de todas as ações produtivas executadas pelas Populações tradicionais.

Na década de 1950 Benchimol (2009) defendia o pagamento de imposto pelos países ricos aos países pobres, mundialmente, pelas formas de produção que restringia o uso dos recursos naturais e, apesar de o PBF remeter-se a este entendimento para justificar o PSA no Amazonas, o tema PSA ainda não era concepção de produto à ser mercantilizado. Segundo este autor,

as virtualidades e os dons amazônicos são exaltados neste tipo de discurso ideológico, mas por outro lado, não se reconhece que a contrapartida e ônus devem recair sobre aqueles países beneficiados, que devem assumir as suas responsabilidades e obrigações de contribuintes de um necessário imposto internacional ambiental, que deve ser criado e exigido pelos países amazônicos pelo suprimento de tais benefícios, dons e serviços (BENCHIMOL, p. 509).

BOX 4 - PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Os ecossistemas (florestas, cerrados, manguezais, recifes, etc) oferecem à humanidade uma variedade de produtos e serviços no âmbito local, nacional e mundial. *Os produtos ambientais*: são aqueles produtos oferecidos pelos ecossistemas que são utilizados pelo ser humano para seu consumo ou para serem comercializados (madeira, frutos, peles, carne, sementes, medicinas, entre outros). Constituem uma base de sustentação e fonte de renda importante para a Sociedade. *Os serviços ambientais*: são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e seqüestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas. Dentro dos ecossistemas, as florestas nativas da Amazônia oferecem serviços fundamentais para a humanidade, como a participação na regulação do clima e a conservação da biodiversidade. Portanto é imprescindível o homem encontrar formas de proteção, manejo e uso das florestas nativas que assegurem geração de renda, aprimoramento da qualidade de vida dos moradores, e a manutenção dos serviços ambientais. Contudo, devemos nos perguntar: Como manter os Serviços Ambientais? Está amplamente demonstrado que a exploração indiscriminada e não responsável dos produtos da floresta gera uma degradação contínua (desmatamento, queimadas, entre outros) dos habitats naturais e silvestres, provocando uma diminuição sensível dos serviços ambientais com conseqüências econômicas e sociais importantes. Nos últimos anos foram desenvolvidos e legalmente normatizados formas e mecanismos de exploração dos produtos florestais que diminuem o impacto sobre a floresta (manejo florestal madeireiro e não madeireiro, manejo do pirarucu e do tambaqui, acordos de pesca, entre outros). Também foram criadas áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) como forma de regulamentar o acesso indiscriminado aos recursos florestais. Paralelamente foram definidos mecanismos de controle

(licenciamento, etc) e de repressão (multas, etc) para monitorar e eventualmente sancionar quem não respeite estas regras de acesso e uso. Porém, constata-se a impossibilidade física e institucional dos poderes públicos em controlar e fiscalizar o acesso e uso da floresta em territórios extensos como o do Amazonas. Ao mesmo tempo, constata-se que as práticas de "manejo" têm custo adicional que prejudica a comercialização dos "produtos limpos". Surge então o conceito do pagamento de serviços ambientais, não baseado na repressão, mas no envolvimento, no incentivo e na compensação. Quando se fala de "pagamento por serviços ambientais" (PSA), é útil entender o que significa esse pagamento para quem recebe e para quem paga. O PSA pode ser pensado como uma maneira de "envolver" os moradores da floresta no controle dos recursos naturais da floresta. Nesse caso, os moradores recebem um "pagamento contratual" para um serviço de sensibilização e fiscalização. Poderiam ser considerados nessa categoria os Agentes Ambientais Voluntários. Outra forma de pensar o PSA consiste em *compensar* a perda da competitividade ou da remuneração devido o respeito as regras de manejo (custo adicional) ou de proteção (dentro de Unidades de Conservação). Poderia ser considerado nessa categoria um PSA para extratores madeireiros que, por lei, devem elaborar um plano de manejo para extrair madeira. Fala-se então de "compensação". Também se pode pensar no PSA como sendo uma *forma de recompensa* aos usuários da floresta que adotem voluntariamente regras ou práticas dedicadas a manter os serviços ambientais. Poderiam ser considerados nessa categoria os moradores que decidam implementar sistemas agro-florestais (SAF) ou reflorestamento. Falar-se-ia então de "gratificação". Pagamento, compensação ou gratificação: três categorias de PSA que não podem ser confundidas. Agora quando a discussão está relacionada a quem deve receber, logicamente, quem deveria receber o PSA é quem faz o esforço de manter os serviços ambientais, seja o morador da floresta, uma empresa usuária da floresta, ou o próprio poder público e quem deve pagar está diretamente vinculado a quem recebe os benefícios dos serviços ambientais. Alguns dos serviços ambientais sendo usufruídos por todos (ex: estabilização do clima mediante seqüestro de carbono), seria lógico que "todos" contribuam financeiramente para remunerar os que se esforçam para manter estes serviços. Alguns exemplos de PSA podem ser citados tais como o *seqüestro de carbono*: por exemplo, uma indústria que não consegue reduzir suas emissões de carbono na atmosfera paga para que produtores rurais possam plantar e manter árvores; *proteção da biodiversidade*: por exemplo, uma fundação paga para que comunidades protejam e recuperem áreas para criar um corredor biológico (ou ecológico); *proteção de bacias hidrográficas*: por exemplo, os usuários das rio abaixo pagam para que donos de propriedades rio acima adotem usos da terra que limitem o desmatamento, a erosão, os riscos de enchente, etc; *beleza cênica*: por exemplo, uma empresa de turismo paga para que uma comunidade local não realize caça numa floresta usada para turismo de observação da vida silvestre (http://www.florestavivaamazonas.org.br/servicos_ambientais.php. Acessado em 01.10.10). Segundo Souza (2011)... No cenário brasileiro em que as leis ambientais e de recursos hídricos, em sua maioria, não são cumpridas e respeitadas, surge um instrumento incentivador do cumprimento destas leis, denominado de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA e que para a sua efetivação necessita de ações conjuntas de diversos órgãos. O PSA é um instrumento recentemente aplicado em projetos de conservação dos recursos hídricos no Brasil e está contemplado nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, a exemplo do Estado da Bahia, no art. 4º da Lei nº 11.612/09 que prevê "... a utilização de instrumentos econômicos e tributários de estímulo ao uso racional e à conservação dos recursos hídricos", como uma das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos". De acordo com a ANA (2010), os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) são transferências financeiras de beneficiários de serviços ambientais para os que conservam a natureza e fornecem esses serviços. Além de ser uma política recente é inovadora, por recompensar os provedores de

serviços ambientais que não vinham, até então, recebendo qualquer compensação. Os serviços ambientais são funções prestadas pelos recursos naturais, essenciais para a vida na terra, a exemplo da regulação de gases (produção de oxigênio e seqüestro de carbono), conservação da biodiversidade, proteção dos solos, regulação do clima e das funções hídricas, belezas cênicas, ciclagem de nutrientes, dentre outros (ANA, 2009). Wunder (2005) definiu cinco critérios que, quando cumpridos, caracterizam uma experiência de PSA: 1) transação voluntária; 2) serviço ambiental bem definido (ou um tipo de uso da terra que assegure este serviço); 3) o serviço ser comprado por ao menos um comprador; 4) provedor dos serviços e 5) o provedor (ofertante) assegurar a provisão para o serviço prestado. Na publicação Pagamentos por Serviços Ambientais: Um Manual Sobre como iniciar, de Forest Trend et AL (2008), é descrito sobre os Serviços Ambientais de Proteção de Bacias Hidrográficas e Proteção ao Solo: “ O Serviço de Proteção de Bacias Hidrográficas para proporcionar água de alta qualidade e em quantidades regulares em uma bacia hidrográfica, os vendedores podem oferecer a implementação, sob pagamento de uma taxa, de práticas ou atividades específicas de gestão de recursos naturais, por meio do restabelecimento, criação ou reforço às áreas úmidas, para efeitos de indenização por danos ou destruição de outra área úmida, mantendo a cobertura florestal, reflorestamento, possivelmente com um foco em espécies arbóreas específicas (frequentemente nativas), adotando práticas de gestão do uso da terra melhores ou sustentáveis. Essas ações seriam escolhidas para prestarem alguns, ou todos, dos seguintes benefícios: criação ou manutenção de filtros naturais na bacia hidrográfica para reduzir a poluição da água, manter a vegetação, a fim de ajudar na regulação do fluxo de água durante o ano, controle de inundações, minimizar a perda do solo e sedimentação. Os serviços de proteção ao solo para proporcionar um solo intacto e saudável, os vendedores podem oferecer a realização de atividades específicas de gestão da terra e do solo tais como o uso de cobertura florestal para minimizar a erosão do solo e a perda de nutrientes, implementando técnicas agrícolas sustentáveis e/ou de precisão para evitar a aplicação excessiva de fertilizantes e outros nutrientes, mudando para práticas agrícolas alternativas, tais como a conservação de cultivo, ou à proteção de canais naturais para prevenir a erosão do solo e a manutenção da saúde e da fertilidade do solo. Essas ações evitariam a perda de solo através de escoamento superficial, manteriam os solos saudáveis e minimizaria a necessidade de aplicar fertilizantes e pesticidas, bem como reduziria a salinidade do solo”. O modelo de REDD (BOX 1) é a concepção em que se baseia o Bolsa Floresta como PSA, quando busca captar recursos justificando os serviços que as populações nas UCs prestam, evitando a emissão de carbono, logo o termo mais adequado a se aplicar seria compensação e não pagamento.

As restrições em torno da exploração dos recursos amazônicos, assim como das águas, impostas pelo discurso preservacionista dos países desenvolvidos conduzem a uma contrapartida por parte dos países beneficiados, que deveria ocorrer em forma de um imposto internacional ambiental pois, enquanto no cenário ambiental mundial, a Amazônia representa o celeiro da biodiversidade do Planeta, a realidade econômico-social dos municípios amazônicos vive as mazelas de uma sociedade desigual e com uma estrutura municipal precária, especialmente no interior, onde, na maioria das vezes os municípios encontram-se

em regiões inóspitas, de difícil acesso, e sem a prestação de serviços essenciais à qualidade de vida do cidadão amazônida, tais como saneamento básico, energia elétrica, educação e saúde.

O estado do Amazonas atrai recursos diversos advindos de fontes externas, a exemplo do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e da Fundação Moore²², que pagaram infraestrutura, logística e pessoal, respectivamente, sem que houvesse esforços estaduais no tocante à garantia de orçamento próprio para a pauta ambiental.

O programa tem em seus objetivos os ideais de serem discutidas e implementadas todas as ações de forma participativa para efetivação de suas ações nas UCs por meio das oficinas realizadas. Contudo, no Conselho de Administração (CA) não há uma representatividade destas comunidades das UCs estaduais, assim como não há também membro que represente o órgão gestor destas UCs. Houve durante o quarto encontro de lideranças das UCs, realizado na RDS do rio Negro, ainda em 2011, uma solicitação das UCs em ter sua participação garantida neste conselho, algo que o diretor geral destacou que seria analisado para posterior resposta àquelas lideranças. Esse modelo de gestão apresenta-se como centralizado, pois as comunidades aparecem como peças apenas simbólicas, uma vez que, segundo Bourdieu (2010), a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do E, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.

O programa tem recebido críticas do movimento social e aliança dos povos da floresta²³, devido considerarem que houve uma terceirização de uma política pública, além de que os

²² A Fundação apresenta em seus objetivos a ideia de promover a conservação ambiental e pesquisa científica em todo o mundo, bem como ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem nas áreas protegidas. Por meio do programa iniciativa Andes-Amazônia, essa Fundação apoiou as UCs do Amazonas entre os anos de 2004 a 2010, com um montante de recursos na ordem de em média quatro milhões de dólares, os quais puderam ser usados para a contratação de pessoal, pesquisas, elaboração de planos de gestão, construção de bases do CEUC em algumas UCs etc.

²³ A Aliança dos Povos da Floresta foi fundada para unir os principais movimentos sociais da Amazônia em sua luta pelo desenvolvimento sustentável da região. E principalmente para unir índios e seringueiros, que até então eram incitados pelos seringalistas a se perseguirem nas chamadas "correrias". Em 1987, o então coordenador da UNI, Ailton Krenak, o primeiro presidente do CNS, Jaime da Silva Araújo, e o presidente do Sindicato dos

resultados percebidos pelas populações não atende ao desejado, principalmente considerando a quantidade de recursos financeiros destinados às ações do Programa. O movimento social entende que as populações tradicionais são os verdadeiros detentores dos direitos sobre o PSA, o qual deve ser entendido como uma forma de

compensar o produtor que, ao usar métodos menos predatórios de produção (boas práticas), termina por ter prejuízos econômicos, quando comparado ao que não respeita a natureza. O PSA aí seria um reconhecimento e um estímulo para que esse produtor continue a usar os recursos naturais, na sua atividade produtiva, de modo sustentável (NOVION, 2009, p. 262),

principalmente devido ao fato de o PBF considerar que está compensando as famílias que residem ou são usuárias das UCs de uso sustentável, devido a suas práticas de produção serem de baixo impacto. Desta forma, a concepção do PBF é que as ações que causam desmatamento nas UCs sejam substituídas por ações de valorização dos recursos naturais, mantendo a *floresta em pé*.

Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes, realizaram um evento em São Paulo para discutir a proposta da criação da Aliança dos Povos da Floresta, enfocando os paralelos entre suas experiências e lutas e a importância de construir uma aliança efetiva. O I Encontro dos Povos da Floresta foi realizado juntamente com o II Encontro Nacional de Seringueiros, em Rio Branco, em março de 1989. Estavam presentes 187 delegados seringueiros e indígenas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia. A Aliança foi formalizada na ocasião e suas principais reivindicações eram o reconhecimento oficial e a defesa das terras dessas populações, bem como a implementação de políticas que garantissem sua sobrevivência e sua cultura. O movimento deu apoio a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre e também iniciou e liderou a mobilização que resultou na criação do Grupo de Trabalho da Amazônia, que hoje conta com 623 organizações em todos os estados da região. Na ocasião da Eco/92 – a conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável realizada pela ONU, no Rio de Janeiro, em 1992 – os integrantes da Aliança deram importantes depoimentos para a Comissão Bruntland das Nações Unidas, que subsidiariam a organização. A atuação da Aliança foi marcada por mobilizações e encontros realizados no Fórum Global, o fórum paralelo criado pelas iniciativas da sociedade civil. Se antes do surgimento da Aliança, os povos indígenas e demais povos tradicionais eram vistos apenas como parte do folclore nacional, depois de muitas lutas travadas, essa realidade se transformou. O folclore, que é o verniz cultural, foi substituído pelo reconhecimento das culturas tradicionais. A força da Aliança permitiu que os povos da floresta influenciassem ativamente a adoção de políticas públicas como a demarcação de Terras Indígenas e a criação das Reservas Extrativistas, além de garantir a inclusão, na Constituição Federal, de parágrafos que garantem os direitos dos indígenas e demais povos tradicionais. Foi a Aliança dos Povos da Floresta que uniu os ideais de uma reforma agrária ampla e da conservação ambiental. Para isso era preciso não apenas garantir o direito à terra das populações indígenas e dos seringueiros, mas também os recursos naturais em que estava baseado o seu modo de vida tradicional. (REDE POVOS DA FLORESTA. <http://www.redepovosdafloresta.org.br>. Acessado em 04.05.2011)

Para a implementação da Política Estadual de que trata esta Lei, ficam criados os seguintes programas: II – Programa Bolsa Floresta, com o objetivo de instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de redução de desmatamento. (LEI Nº 3.135, 2007, p. 5).

Nota-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que possa garantir melhoria da qualidade de vida as populações tradicionais – e isso está claro na concepção do poluidor-pagador e protetor-recebedor –, as grandes empresas/indústrias garantem efetiva e legalmente o direito de continuar usando exageradamente os recursos naturais e continuar poluindo legalmente e emitindo ar poluente da atmosfera, onde o capital pode continuar intocado, porém “cercado” de cuidados para não agredir a natureza.

Quando analisamos a complexidade ecossistêmica da Amazônia, notamos que suas florestas nativas oferecem serviços fundamentais para a humanidade, como a participação na regulação do clima e a conservação da biodiversidade. Neste sentido, torna-se imprescindível encontrar formas de proteção, manejo e uso das florestas nativas que assegurem geração de renda, aprimoramento da qualidade de vida dos moradores e a manutenção dos serviços ambientais:

Produtos Ambientais são aqueles produtos oferecidos pelos ecossistemas que são utilizados pelo ser humano para seu consumo ou para serem comercializados (madeira, frutos, peles, carne, sementes, medicina, entre outros). Constituem uma base de sustentação e fonte de renda importante para a sociedade. Serviços Ambientais são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e sequestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas (FLORESTA VIVA, 2011. Disponível em: http://www.florestavivaamazonas.org.br/servicos_ambientais).

A justificativa para a atração de recursos financeiros para este programa pelo estado do Amazonas e, atualmente pela FAS, baseia-se nos créditos de carbono gerados pela floresta em

pé, pela qual as populações tradicionais são as maiores responsáveis, uma vez que, ao não desmatar a floresta, essas populações prestam um serviço ao planeta.

Nesse contexto, como há centenas de empresas no mundo que emitem grande quantidade de toneladas de gases poluentes para a atmosfera, baseada nas definições da Convenção do Clima, a Fundação negocia em nome de um programa público e das Populações tradicionais das UCs estaduais do Amazonas com as empresas em nível mundial para “pagar” às populações pelos serviços ambientais que a floresta e suas práticas culturais geram. Com isso, aplica-se um conceito bem conhecido, o REDD+, o qual se fundamenta no princípio do poluidor-pagador e do protetor-recebedor que, na prática, é garantir às empresas comprar créditos de carbono para compensar o que eles poluem diariamente.

O que ocorre é que há uma negociação em nome de uma população que não define o quanto é justo receber, ou seja, estas não determinam valores, mas o mercado mundial, exatamente por ser uma *commodity* (mercadoria, utilizada nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias). Na prática, trata-se de uma transferência de responsabilidade de um problema gerado pelas grandes indústrias mundiais às populações tradicionais que “recebem”, comparado aos ganhos das grandes indústrias, um valor insignificante pelo serviço que lhes julgam prestar.

Contudo, no Brasil, em 1992, já havia sido adotado o princípio do poluidor-pagador nos seguintes termos: “as autoridades nacionais devem procurar assegurar a internalização dos custos ambientais e os instrumentos econômicos, levando em conta o critério de que quem contamina deve, em princípio, arcar com os custos da contaminação, levando-se em conta o interesse público e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais”. Além disso, na Constituição Federal de 1988, art. 225 § 3º, o princípio do poluidor-pagador está assim expresso: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os

infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Baseando-se na Constituição, Modé (2008, p. 46) o conceitua assim: “O princípio do poluidor-pagador visa à internalização dos custos relativos externos de deterioração ambiental, e como consequência, a um maior cuidado na busca de uma satisfatória qualidade do meio ambiente”. Para tanto, devem ser internalizados os custos externos da deterioração ambiental praticada no processo produtivo do poluidor. Sob este prisma leciona Araújo (2003, p. 63) que:

“[...] o princípio do poluidor-pagador visa imputar ao poluidor o custo social da poluição por ele gerada, engendrando um mecanismo de responsabilidade pelo dano ecológico, abrangendo os efeitos da poluição não somente sobre bens e pessoas, mas sobre toda a natureza. Em termos econômicos, é a internalização dos custos externos”.

Certas ações por parte de determinados indivíduos ou empresas causam, direta ou indiretamente, prejuízos à sociedade. Dentro da linguagem econômica, seriam estas externalidades negativas.

Para corrigir essas externalidades negativas, deve o Estado atuar no sentido de promover a correção desses danos, os quais são, na verdade, um custo adicionado à sociedade, uma vez que os produtores poluidores privatizam os lucros e socializam as perdas. Uma forma de o Estado corrigi-las seria com a aplicação do princípio do poluidor pagador. Através da sua aplicação, estar-se-ia corrigindo esse custo imposto à sociedade, por meio da internalização destes nas estruturas de produção e consumo.

Quanto ao princípio do protetor-recebedor, seu objetivo principal seria a determinação de normas do que se pode ou não fazer, além de apresentar regras flexíveis tratando de meios disponíveis que autorizariam o uso de determinado recurso natural (Derani, 2001, p. 161). E para um melhor resultado, ideal seria se sua aplicação se desse de forma a incentivar

atividades não poluidoras e desestimular aquelas que agridem o ambiente. Até porque, complementa a autora, "o proprietário de um bem natural só participará para a sua conservação à medida que os custos para evitar o dano ambiental fiquem abaixo do custo de reparação do dano. Acima desse limite, perde-se o interesse por uma redução da poluição”.

O princípio do poluidor-pagador garante que aquele agente público ou privado que protege um bem natural em benefício da comunidade deve receber uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado. Este princípio incentiva economicamente quem protege uma área deixando de utilizar seus recursos, o que estimula a preservação. Trata-se de um fundamento de ação ambiental que pode ser considerado o avesso do conhecido princípio do poluidor-pagador, segundo o qual aquele que degrada determinado recurso da natureza deve pagar por tal utilização.

O objetivo do princípio do protetor-recebedor é esclarecido por Ribeiro (1999) como uma forma de implementar a justiça econômica, valorizando os serviços ambientais prestados generosamente por uma população ou sociedade e remunerando economicamente essa prestação de serviços porque, se tem valor econômico, é justo que se receba por ela. Atualmente, muitas sociedades prestam serviços ambientais gratuitos ao preservarem áreas indígenas, parques, unidades de conservação, áreas de mananciais sem, entretanto, receberem a justa remuneração por eles.

O PBF destaca em sua concepção enquanto modelo de PSA que tem como objetivo *envolver* as populações tradicionais, as quais são denominadas pela FAS como *guardiões da floresta*, no controle dos recursos naturais da floresta e na redução dos índices de desmatamento. Nesse caso, os moradores recebem um *pagamento contratual* para um serviço de sensibilização e fiscalização de ações de desmatamento praticadas na floresta.

Dados da GEO Brasil (2011), mostram que o mercado de carbono²⁴ nasce como commodity mundial para atender a uma preocupação que se colocava ao mercado quando as

²⁴ O Mercado de Carbono surgiu a partir da criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC, em inglês), durante a ECO-92, no Rio de Janeiro. Em 1997, durante uma de suas mais importantes reuniões em Quioto, Japão, foi decidido que os países signatários deveriam assumir compromissos mais rígidos para a redução das emissões de gases que agravam o efeito estufa, ficando conhecido como Protocolo de Quioto. Este Protocolo, para entrar em vigor, deveria reunir 55% dos países, que representassem 55% das emissões globais de gases de efeito estufa, o que só aconteceu depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004. Assim, o objetivo central do Protocolo de Quioto passa a ser que os países limitem ou reduzam suas emissões de gases de efeito estufa. Por isso, a redução das emissões passam a ter valor econômico. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. A redução da emissão de outros gases, igualmente geradores do efeito estufa, também pode ser convertida em créditos de carbono, utilizando-se o conceito de Carbono Equivalente. Para ajudar os países a alcançar suas metas de emissões e para encorajar o setor privado e os países em desenvolvimento a contribuir nos esforços de redução das emissões, os negociadores do Protocolo incluíram três mecanismos de mercado, além das ações de caráter nacional ou esforços de redução individuais: 1. Comércio de emissões: Países do Anexo I que tiverem limites de emissões sobrando (emissões permitidas, mas não usadas), podem vender esse excesso para outras nações do Anexo I que estão emitindo acima dos limites. Uma das principais corretoras para o Comércio de emissões é a European Climate Exchange. 2. Implementação Conjunta: Mecanismo onde os países do Anexo I podem agir em conjunto para atingir suas metas. Assim, se um país não vai conseguir reduzir suficientemente suas emissões, mas o outro vai, eles podem firmar um acordo para se ajudar. O mecanismo de Implementação Conjunta permite de maneira flexível e com eficiência em custo que um país possa atingir suas metas de redução, enquanto o país hospedeiro se beneficia de investimentos estrangeiros e transferência de tecnologia. Um projeto desta natureza deve fornecer uma redução de emissões por fonte, ou um aumento das remoções por sumidouros, que seja adicional ao que ocorreria se nada fosse feito. 3. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): Este mecanismo permite projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento, que não possuem metas de redução de emissões no âmbito do Protocolo de Quioto. Estes projetos podem se transformar em reduções certificadas de emissões (CER), que representam uma tonelada de CO₂ equivalente, que podem ser negociados com países que tenham metas de redução de emissões dentro do Protocolo de Quioto. Projetos MDL podem ser implementados nos setores energético, de transporte e florestal. Este mecanismo estimula o desenvolvimento sustentável e a redução das emissões por dar flexibilidade aos países industrializados na forma de conseguir cumprir suas metas de redução, enquanto estimula a transferência de tecnologia e o envolvimento da sociedade nos países em desenvolvimento. Os projetos devem ser qualificados perante um sistema de registro público e rigoroso, que foi desenvolvido para assegurar que os projetos sejam reais, verificáveis, reportáveis e adicionais ao que ocorreria sem a existência do projeto. Para serem considerados elegíveis, os projetos devem primeiro ser aprovados pela Entidade Nacional Designada de cada país (DNA), que no caso do Brasil é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, composta por representantes de onze ministérios. Funcionando desde 2006, este mecanismo já registrou mais de 1.000 projetos, representando mais de 2,7 bilhões de toneladas de CO₂ equivalentes. O Protocolo de Quioto, portanto, representa o “Mercado Regulado”, também chamado *Compliance*, onde os países possuem metas de reduções a serem cumpridas de forma obrigatória. Existe, por sua vez, um Mercado Voluntário, onde empresas, ONGs, instituições, governos, ou mesmo cidadãos, tomam a iniciativa de reduzir as emissões voluntariamente. Os créditos de carbono (*VERs - Verified Emission Reduction*) podem ser gerados em qualquer lugar do mundo e são auditados por uma entidade independente do sistema das Nações Unidas. Algumas características dos Mercados Voluntários são: Créditos não valem como redução de metas dos países; a operação possui menos burocracia; podem entrar projetos com estruturas não reconhecidas pelo mercado regulado, como o REDD; o principal mercado voluntário é o Chicago Climate Exchange, nos EUA. Além destes dois tipos de mercado, outra forma de financiar projetos de redução de emissões ou de seqüestro de carbono são os chamados Fundos Voluntários, cujas principais características são: Não fazem parte do mecanismo de mercado (não geram crédito de carbono); o valor da doação não pode ser descontado da meta de redução dos países doadores; podem entrar projetos com estruturas não reconhecidas pelo mercado regulado, como o REDD; os principais Fundos são o “Forest Carbon Partnership Facility”, do Banco Mundial e o Fundo Amazônia, do governo brasileiro.

pressões apontavam para um modelo de redução das emissões de poluentes na atmosfera, por meio das grandes indústrias mundiais.

A Europa dormia enquanto a comunidade mundial inventava o comércio global de emissões, em 11 de dezembro de 1997. É a última noite da Conferência Climática em Kyoto, no Japão. As negociações estão prestes a fracassar. O condutor das deliberações relê frase por frase do protocolo e sela cada passagem como uma batida de seu martelo de madeira. Os europeus não se encontravam na sala quando os conferencistas aprovam o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou seja, a comercialização de emissões. Em essência a cláusula diz que as nações industrializadas podem comprar sua isenção do compromisso de emitir menos dióxido de carbono (CO₂) ao remunerar outros países para que economizem suas próprias emissões em seus lugares [...], assim, o ar poluído é transformado em uma commodity (REVISTA GEO BRASIL, 2011, p. 98)

Outros podem ser aplicados, baseados em experiências já implementadas no Brasil e no mundo, o sequestro de carbono, por exemplo. Uma indústria que não consegue reduzir suas emissões de carbono na atmosfera paga para que produtores rurais possam plantar e manter árvores, proteção de bacias hidrográficas, onde os usuários dos rio abaixo pagam para que donos de propriedades rio acima adotem usos da terra que limitem o desmatamento, a erosão, os riscos de enchente, etc.

No Brasil, o ICMS ecológico foi implementado desde 1988, o que obriga os estados a repassarem uma parcela de 25% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços aos municípios.

Deste modo, alguns estados estabeleceram o repasse de 5% destes 25%, à serem destinados a questões ambientais (existência de Unidades de Conservação, qualidade de sua gestão); compensação ambiental, baseada no princípio "poluidor-pagador", que estabelece que os empreendimentos com possível ou inevitável impacto ao meio ambiente (a Petrobras, por exemplo, com o gasoduto) paguem uma compensação aos estados, utilizada para criar e manter unidades de conservação; reposição florestal, que se trata de um mecanismo que obriga quem explora madeira nativa a reflorestar, ou seja através de plantio próprio, ou seja

pagando uma taxa de reposição ao IBAMA, para financiar projetos de plantio ou fomento florestal; isenção fiscal para RPPNs – Mecanismo de isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) para as áreas protegidas tais como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A "sociedade" aceita não receber o pagamento do ITR, o proprietário cria a UC; servidão florestal, que consiste em uma operação de comercialização de cotas de reserva florestal: o proprietário de uma Área de Reserva Legal inferior a exigência legal (80% da área total da propriedade na Amazônia) recompensa, via mercado, outro proprietário de propriedade com ARL maior a exigência legal; Créditos por redução certificada de emissões de gases de efeito estufa (RCE). Esse mecanismo chamado de desenvolvimento limpo (MDL) permite a uma empresa que emite mais do que a sua quota (estabelecida no protocolo de Kyoto), comprar, via mercado, "crédito de carbono" de outra empresa ou projeto que consiga emitir menos do que a sua quota ou que sequestra carbono (MDL).

O PBF nasceu com um fundo de R\$ 40 milhões de reais destinado ao pagamento às famílias residentes e usuárias de UCs estaduais, sendo a metade deste recurso aportada pelo Governo do Amazonas (conforme a Lei Estadual nº3.184) e a outra pela instituição financeira Bradesco.

Ao longo dos anos, foram incorporadas outras parcerias financeiras, as quais a FAS as denomina de parcerias institucionais, como a Coca-cola, BNDES (Fundo Amazônia), Marriot International, Samsung, HRT e Yamamay.

<p>COIAB – Coordenação Indígena da Amazônia O convênio FAS/COIAB tem por objetivo apoiar a capacitação de 20 lideranças indígenas da Amazônia por meio do CAFI (Centro Amazônico de Formação Indígena).</p> <p>IMAZON A parceria com o IMAZON tem como objeto o monitoramento do desmatamento nas Unidades de Conservação.</p> <p>INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia A FAS mantém um termo de cooperação com o INPA para o monitoramento de dinâmica e estoque de carbono florestal do Projeto de REDD+ da RDS do Juma.</p>	<p>Ministério do Meio Ambiente de Moçambique No contexto da Cooperação Sul-Sul, a FAS e o Governo de Moçambique firmaram acordo de transferência de tecnologia social, econômica e política desenvolvida pelo PBF.</p> <p>IDESAM A parceria entre FAS e IDESAM inclui apoio a gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã e ações relacionadas com REDD+.</p> <p>CIFOR – Centro Internacional para Pesquisa Florestal A parceria tem como objetivo identificar lições aprendidas das experiências dos primeiros três anos de execução do PBF para o aprimoramento de sua estratégia de intervenção e como insumo para o desenho de iniciativas REDD+ no Brasil e em outros países tropicais.</p>
<p>ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas AADS mantém convênio com a FAS com o objetivo de apoiar cadeias produtivas que promovam o desenvolvimento sustentável nas Unidades de Conservação atendidas pelo PBF.</p> <p>IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas O IPAAM realiza as atividades de monitoramento e fiscalização da área das Unidades de Conservação do Estado, além do licenciamento ambiental no Amazonas.</p> <p>IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas O IDAM desenvolve a elaboração e implementação dos planos de manejo florestal sustentável nas Unidades de Conservação atendidas pelo Programa Bolsa Floresta Renda.</p> <p>FVS – Fundação de Vigilância e Saúde A FAS apoia ações direcionadas à melhoria da saúde pública nas Unidades de Conservação.</p> <p>AGE A AGE presta assistência à FAS no planejamento e execução de sua presença em ambiente virtual e mídias sociais.</p> <p>UFAM – Universidade Federal do Amazonas A UFAM é parceira da FAS no treinamento de comunitários para coleta de sementes no Curso de Boas Práticas da Castanha.</p>	<p>Fapeam – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas A Fapeam é parceira da FAS no apoio à iniciação científica nos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade das reservas atendidas pelo PBF, por meio do Programa Ciência na Escola.</p> <p>CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas da Amazônia A instituição é parceira da FAS no fortalecimento da organização social dos moradores das Unidades de Conservação e na implementação do Programa Bolsa Floresta nas UC's Amapá, Cujubim, Rio Gregório, Uacari e Madeira.</p> <p>IIED – International Institute for Environmental and Development IIED é uma instituição voltada para o desenvolvimento sustentável da Inglaterra e firmou parceria com a FAS na realização de pesquisas científicas, políticas e de implementação do REDD+.</p> <p>CARE Brasil O acordo entre a Care Brasil e a FAS tem o objetivo de compartilhar informações e testar inovações acerca de padrões sociais em REDD+.</p>
<p>PwC Presta serviços de auditoria, em caráter pro bono, à FAS desde junho de 2008, conforme princípios contábeis e procedimentos específicos de avaliação, registros e estruturação das demonstrações financeiras da FAS.</p> <p>Bain & Company Monitora o planejamento estratégico da FAS e uma assessoria específica para a área de projetos especiais, em caráter pro bono, para maximizar obtenção e aplicação de recursos.</p> <p>AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. O convênio da FAS com a AFEAM, durante dois anos, teve o objetivo de dar continuidade aos pagamentos do benefício correspondente ao Programa Bolsa Floresta (componente Familiar).</p> <p>Bradesco Asset Management (BRAM) O Bradesco administra o patrimônio financeiro da FAS. Este serviço ocorre em caráter voluntário, por meio da isenção da Taxa de Administração do BRAM.</p> <p>Neogama – Agência de Publicidade A Neogama elaborou, em caráter pro bono, o planejamento de comunicação das FAS e o desenvolvimento da campanha publicitária da Fundação.</p>	<p>SDS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável A FAS mantém convênio com a SDS e suas autarquias CEUC e CECLIMA para o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas ao Programa Bolsa Floresta nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas em que atua.</p> <p>NORAD – Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento Possuímos parceria com a Norad que envolve pesquisa de três anos que inclui instituições, universidades e empresas de outros 5 países para um estudo que avalie o custo de iniciativas de REDD+ e seus impactos.</p> <p>Banco Mundial A parceria com o Banco Mundial e a ONFI tem como objetivo executar um programa de intercâmbio e material a ser usado por países da África sobre as experiências Sul-Sul entre o Brasil e os países daquele continente e da América Latina sobre REDD+.</p> <p>SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino A SEDUC é a principal parceira da Fundação Amazonas Sustentável nos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade, especialmente no programa de Educação Presencial com Mediação Tecnológica.</p>

Figura 14 – Instituições parceiras da FAS

Fonte: FAS, 2011

Além destes, de acordo com informações levantadas no site da FAS, existem parceiros de ordem técnica, denominados parceiros operacionais, que foram incorporados, tais como

a PricewaterhouseCoopers (organização global de auditoria e consultoria empresarial, que presta serviços de auditoria à FAS em caráter voluntário (probono), desde junho de 2008); Bain & Company (montou o Planejamento Estratégico da FAS e trata-se de uma assessoria específica para a área de projetos especiais, em caráter voluntário (pro-bono), com o objetivo de maximizar a obtenção de recursos e sua aplicação para a conservação e gestão dos serviços ambientais nas Unidades de Conservação do estado do Amazonas. A parceria existe desde 1º de junho de 2008); O escritório jurídico DD&L (Denys Dantas & Lopes Advogados Associados), sediado em Manaus (AM), iniciou, em 2008, assessoria jurídica gratuita à FAS na consultoria e no contencioso, elaborando e verificando contratos, convênios e pareceres nos diversos ramos do Direito (trabalhista, civil, tributário, marcas e patentes) e acompanhando demandas junto aos órgãos judiciais; o Bradesco Asset Management (BRAM), um dos maiores gestores de ativos do Brasil, administra o patrimônio financeiro da FAS. Este serviço ocorre em caráter voluntário (pro-bono) pela isenção da Taxa de Administração do BRAM na gestão dos fundos em carteira da FAS. O BRAM constituiu um Fundo Específico para recepção da doação principal do Governo do estado do Amazonas, do Bradesco e Coca-Cola, denominado “Bradesco Fundo de Investimentos em Renda Fixa Amazonas Sustentável”. Este fundo se rege por um conceito de manutenção do valor principal investido, visando gerar rendimentos permanentes para atendimento aos pagamentos do Programa Bolsa Floresta; Secretaria de Estado da Educação e qualidade de Ensino (SEDUC), com o objetivo de apoiar as atividades de educação nas áreas de atuação do Programa Bolsa Floresta, em especial nas escolas com a pedagogia de alternância; Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) com o objetivo de apoiar cadeias produtivas sustentáveis, em especial a castanha; Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) com o objetivo de apoiar as atividades de monitoramento e fiscalização voltadas para o combate ao desmatamento e crimes ambientais no estado do Amazonas. Especificamente para a RDS do Juma foram adquiridos bens e equipamentos para o auxílio ao monitoramento local; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) voltada para a elaboração e implementação de planos de manejo florestal em Unidades de Conservação (UCs); Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) com o objetivo de apoiar ações direcionadas a melhoria da saúde pública nas áreas de atuação do Programa Bolsa Floresta; Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), com o objetivo de permitir a continuidade dos pagamentos mensais relativos ao Programa Bolsa Floresta Familiar, iniciado pelo Governo do Estado do Amazonas, anteriormente ao início da FAS; Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com o objetivo de treinar comunitários para prática de escalada em árvores para coleta de sementes. A FAS mantém um termo de cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para o monitoramento de dinâmica e estoque de carbono florestal do projeto de REDD da RDS do Juma; Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), visa promover e

estimular o desenvolvimento do interesse científico dos estudantes dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade, envolvendo-os na busca de solução para as dificuldades cotidianas e aprofundando o conhecimento sobre a diversidade social e biológica nas RDSs. Dentro do contexto de Cooperação Sul-Sul em REDD, FAS e o Ministério do Meio Ambiente de Moçambique (MICOA) firmaram um Memorandum de Entendimento (MoU – documento contratual) com a intenção de transferir para Moçambique tecnologias sociais, econômicas e políticas desenvolvidas no âmbito do Programa Bolsa Floresta e mais especificamente do Projeto de REDD do Juma. A Embaixada real da Noruega de Maputo – capital de Moçambique, também apóia a iniciativa; Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) na RDS do Uatumã, com o objetivo de desenvolver projetos de incentivo ao turismo de base comunitária. Além disto, o IDESAM é responsável pela coordenação técnica do documento de concepção do Projeto de REDD da RDS do Juma; CNS, visando o fortalecimento das associações de moradores das unidades de conservação, e a implementação do Programa Bolsa Floresta nas UCs Amapá, Cujubim, rio Gregório e Madeira; Neogama realizou, em caráter pro-bono, o planejamento de comunicação e o desenvolvimento da campanha publicitária institucional da FAS; AGE é a agência de comunicação FAS para a internet e assessoria à FAS no planejamento e execução de sua presença no ambiente virtual; International Institute for Environmental and Development – IIED e a FAS firmaram parceria para realizar pesquisas científicas, políticas e de implementação de REDD. Como um instituto de pesquisa política baseado na Inglaterra, o IIED pode, a partir das experiências de REDD da FAS, ajudar na construção de referenciais práticos e teóricos voltados para implementação de projetos de REDD em florestas tropicais em diferentes países (Disponível em: www.fas-amazonas.org. Acessado em 17.11.2011).

O PBF é composto por 4 componentes: Bolsa Floresta Familiar (R\$ 50,00 mensalmente a cada família cadastrada na UC); Bolsa Floresta Renda (valor anual destinado a cada UC para apoiar as cadeias produtivas, a qual varia em média de R\$ 190 mil reais por ano, por UC), Bolsa Floresta Social (valor anual valor anual destinado a cada UC para apoiar as área de educação, saúde, transporte e comunicação, a qual varia em média de R\$ 171 mil reais por ano, por UC) e o Bolsa Floresta Associação, que é um recurso anual, num percentual de 10% (dez por cento) dos recursos investidos no familiar, por ano, por UC destinado a apoiar as ações das associações das UCs (figura 6). Há, ainda, a discussão de um quinto componente chamado PBF Biodiversidade que se destinará ao apoio à conservação e monioramento de espécies nas UCs, mas este ainda não foi instituído. É importante destacar, conforme

levantamentos realizados, que os investimentos realizados pela FAS nas UCs entre 2009-2011 somam R\$ 21.227.729,76 (FAS, 2011).

COMPONENTES DO PROGRAMA				
	 FAMILIAR	 ASSOCIAÇÃO	 RENDA	 SOCIAL
BOLSAS				
INVESTIMENTO ANUAL/UC (MÉDIO)	R\$ 290 mil	R\$ 33 mil	R\$ 190 mil	R\$ 171 mil
INVESTIMENTO ANUAL/FAMÍLIA (MÉDIO)	R\$ 600 (R\$ 50/mês)	R\$ 65	R\$ 380	R\$ 350
QUEM RECEBE	Mães de família	Associações de moradores da Unidade de Conservação	Comunidades	Comunidades
PAGAMENTO	Cartão específico do Programa	Repasse de recursos para a associação	Investimento direto pela FAS	Investimento direto pela FAS
USO DO RECURSO	Livre, conforme decisão familiar	-Apoio à estruturação e às atividades das associações de moradores	Apoio à produção sustentável	Apoio à melhoria da comunicação, transporte, saúde e educação.
CONTRAPARTIDA	Comparecer às oficinas Compromisso com o Desmatamento Zero	Participar das atividades das associações	Apoiar a produção sustentável	Apoiar a realização dos investimentos comunitários

Figura 15 – Estratégias de investimentos do PBF por componente em mil R\$.
Fonte: FAS, Relatório de Gestão 2011.

Em relação aos investimentos por UC, por componente (quadro 4), destacam-se os investimentos realizados pela FAS no ano de 2011 em cada componente do Programa. É importante destacar que os valores variam por UC de acordo com a quantidade de famílias cadastradas, que dependem de documentação (CPF, RG etc) que, nas áreas rurais do Amazonas, ainda é um problema, por isso a variação de investimentos. O aumento dos

investimentos anuais está condicionado à entrada de novas famílias no PBF por UC, desde que consigam sua documentação, atinjam a maioridade de 18 anos e sejam casadas.

Um fator importante a destacar é que as UCs que têm menor investimentos do PBF são exatamente as UCs que estão em “regiões” mais remotas, tais como o alto Jutaí, onde está a RDS Cujubim e o Alto Juruá, vizinha do estado do Acre, que é o caso da RESEX do Gregório. Estas duas UCs, entre as demais atendidas pelo PBF, são as que apresentam maior isolamento, piores condições de saúde e educação à população, bem como os maiores investimentos de logística, piores situações para escoamento da produção, menor organização social, etc., o que naturalmente leva as instituições a se “esquecerem” das famílias que ali residem quanto aos atendimentos básicos aos cidadãos.

UC	FAMILIAR	RENDA	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO	TOTAL
RDS Mamirauá	1042.800,00	797.419,00	658.946,00	79.034,00	2.578.199,00
RDS Madeira	460.900,00	248.631,00	123.583,00	52.023,00	885.137,00
RDS Amanã	435.900,00	242.028,00	282.822,00	55.526,00	1.016.276,00
RDS Piagaçu-Purus	423.900,00	137.000,00	70.682,00	24.969,00	656.551,00
FLOREST Maués	379.350,00	200.028,00	272.421,00	31.015,00	882.814,00
RDS rio Negro	285.200,00	192.298,00	183.885,00	48.459,00	709.842,00
RDS Juma	241.050,00	161.304,00	125.908,00	18.653,00	546.915,00
RDS Amapá	198.700,00	111.638,00	87.701,00	24.345,00	422.384,00
APA rio Negro	196.950,00				196.950,00
RDS Uatumã	177.200,00	153.580,00	67.223,00	33.394,00	431.397,00
RDS Uacari	151.500,00	178.313,00	43.698,00	33.720,00	407.231,00
RDS Canumã	135.150,00	66.042,00	77.631,00	7.066,00	285.889,00
RESEX Catuá-Ipixuna	127.150,00	89.169,00	101.611,00	12.395,00	330.325,00
RESEX rio Gregório	84.600,00	60.867,00	72.924,00	37.064,00	255.455,00
RDS Cujubim	15.700,00	24.525,00	228.990,00	12.923,00	282.138,00
TOTAL	4.356.050,00	2.662.843,00	2.398.292,00	470.587,00	9.887.503,00

Quadro 05 -- Demonstrativo de investimentos do PBF por componente e por UC em 2011

Fonte: FAS, 2011

A FAS tem, entre seus objetivos, o combate ao desmatamento e contribuir para a construção de uma relação harmônica entre os seres humanos e as formas de acesso e uso das florestas, por meio da promoção de projetos de uso sustentável dos seus recursos. Os recursos aportados devem ser integralmente investidos em aplicações financeiras, e apenas os seus rendimentos usados nas ações socioambientais da Fundação (melhoria da infraestrutura nas

comunidades, projetos de geração de renda a partir da floresta em pé), evitando o desmatamento, a partir de um acordo assinado com as famílias residentes e usuárias das UCs estaduais.

Além do aporte inicial de R\$ 20 milhões, o Bradesco se comprometeu a doar R\$ 10 milhões anuais, durante 5 anos, para cobrir os investimentos correntes do programa. Uma segunda fonte de recursos para a Fundação são os créditos de carbono gerados por desmatamento evitado, atualmente negociados apenas no mercado voluntário, mas que podem fazer parte de um acordo pós-Kyoto para 2012.

Atualmente, o PBF está presente em 15 (quinze) UCs estaduais (figura 7), dividido gerencialmente em 4 regionais, considerando as questões logísticas de acesso às UCs, para execução das ações, e existem mais de 7 (sete) mil famílias recebendo o PBF de um cadastro de mais de 8 mil (quadro 5).

Unidade de Conservação	Nº famílias cadastradas	Nº pessoas cadastradas	Nº famílias beneficiadas	Nº pessoas beneficiadas	% total por UC
RDS Mamirauá	1937	9083	1705	7995	23,4%
RDS Madeira	925	3415	881	3265	12,1%
RDS Amanã	758	3615	732	3499	10,0%
RDS Piagaçu-Purus	753	3716	688	3421	9,4%
FLOREST Maués	718	3045	625	2721	8,6%
RDS rio Negro	524	1785	483	1663	6,6%
RDS Juma	462	1926	416	1760	5,7%
RDS Amapá	386	1498	325	1343	4,5%
APA Rio Negro	333	1292	328	1276	4,5%
RDS Uatumã	352	1191	266	944	3,6%
RDS Uacari	287	1475	261	1335	3,6%
RDS Canumã	228	997	224	981	3,1%
RESEX Catuá-Ipixuna	220	1081	185	918	2,5%
RESEX rio Gregório	163	805	151	756	2,1%
RDS Cujubim	44	206	23	106	0,3%
TOTAL	8.090	35.130	7.293	31.983	100%

Quadro 06 -- Famílias beneficiárias do PBF nas UCs
Fonte: FAS, 2011

A FAS é administrada por um Conselho de Administração (CA) composto por membros de instituições governamentais, setor empresarial, acadêmico e socioambiental, escolhidos pela direção da FAS. Contudo, quando analisamos a formação do CA, notamos que o peso das decisões, haja vista que lá estão grandes empresários do Amazonas, o governador e o atual senador Eduardo Braga, e nas decisões, sendo o programa uma política pública do estado do Amazonas, quem acaba tendo maior peso na tomada de decisão são aqueles que exercem maior influência política e econômica. Este CA se reúne três vezes ao ano e faz uma análise da execução operacional e financeira da FAS com base no planejamento anual da instituição.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SEGMENTO	GESTÃO 2008-2012	GESTÃO 2012-2016	
Poder Público	Omar Abdel Aziz	Omar Abdel Aziz	GOV. AMAZONAS
	Carlos Eduardo de Souza Braga	Carlos Eduardo de Souza Braga	SEN. AMAZONAS
	Flávia Skrobot Barbosa Grosso	Tomaz Nogueira	SUP. SUFRAMA

Empresarial	Lírio Albino Parisotto	Lírio Albino Parisotto	GRUPO TV LAR
	Luís Nelson Guedes de Carvalho	Luís Nelson Guedes de Carvalho	NISA SOLUÇÕES EMPRESARIAIS
	Denis Benchimol Minev	Denis Benchimol Minev	GRUPO BEMOL
Sociedade Civil	Manoel da Silva Cunha	Manoel da Silva Cunha	CNS
	Mário César Mantovani	Mário César Mantovani	REDE MATA ATLÂNTICA
	Estevão Lemos Barreto	Aldamir Sateré, Fidelis Baniwa, Elias Seixas	MOV. INDÍGENA
Acadêmico	Adalberto Luís Val	Adalberto Luíz Val	INPA
	Jacques Marcovitch	Jacques Marcovitch	FEA/USP
	Neliton Marques da Silva	Neliton Marques da Silva	UFAM
Suplência	Carlos Roberto Bueno	Carlos Roberto Bueno	INPA
	Carlos Affonso Nobre	Carlos Eduardo F. Young	UFRJ
	Phellipe Daou (REDE AMAZÔNICA)	Benjamin Sícsu	MITSUBISHI

CONSELHO FISCAL

GESTÃO 2008-2012	GESTÃO 2012-2016	
Maurício Elíseo Martins Loureiro	Maurício Elíseo Martins Loureiro	Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM
Leopoldo Péres Sobrinho	Leopoldo Péres Sobrinho	Controladoria Geral do Estado – CGE
José dos Santos da Silva Azevedo	Wilson Périco	
	Socorro Siqueira	

CONSELHO CONSULTIVO

GESTÃO 2008-2012	GESTÃO 2012-2016	
Nádia Cristina D'ávila Ferreira	Nádia Cristina D'Ávila Ferreira	SDS
José Aldemir de Oliveira	José Aldemir de Oliveira	UEA
Eronildo Braga Bezerra	Eronildo Braga Bezerra	SEPROR
Valdelino Rodrigues Cavalcante	Valdelino Rodrigues Cavalcante	ADS
Marcos Roberto Pinheiro	Marcos Roberto Pinheiro	—
Paulo Roberto Moutinho	Paulo Roberto Moutinho	IPAM
Mariano Colini Cenamo	Mariano Colini Cenamo	IDESAM
Antônio Carlos da Silva	Antônio Carlos da Silva	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM
Carlos Edward de Carvalho Freitas	Carlos Edward de Carvalho Freitas	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Thomas E. Lovejoy	Thomas E. Lovejoy	The H. John Heinz III Center for Science, Economics and Environment
Adilson Vieira	Adilson Vieira	SUFRAMA
Isa Assef dos Santos	Isa Assef dos Santos	Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI
Mark London	Mark London	Advogado
Domingos Moreira Macedo	Sérgio Gonçalves	SDS/CEUC

Firmin Antônio	Diretor
Virgílio Viana	Superintendente Geral

João Tezza Neto	Superintendente Técnico-Científico:
Luiz Cruz Villares	Superintendente Administrativo-Financeiro

Quadro 07– Composição do Conselho de Administração, Fiscal, Consultivo e Diretoria da FAS

Fonte: FAS, 2012

As populações tradicionais das UCs, em tese, estão representadas pelo CNS e COIAM, mas que, na realidade, estes representantes não estão nas UCs e, por isso, não têm um diálogo estabelecido com os moradores para que os ouçam quanto às suas dúvidas, questionamentos, propostas, etc., de modo a garantir maior qualificação no aprimoramento das ações; mesmo porque, quanto aos demais membros que compõem este CA, podem até agir de boa vontade em contribuir com as discussões e andamento do PBF nas UCs, mas não conhecem as realidades do dia a dia das populações tradicionais e, portanto, como ter as melhores decisões diante daquilo que não se conhece? Trata-se de um CA com forte influência intelectual (da academia), empresarial (econômica), política, mas que não representa a legitimidade das populações tradicionais.

A FAS adota, para a implementação das ações nas UCs, os seguintes procedimentos, de acordo com seu manual de ações de campo: 1. Mobilização de campo, que consiste numa ação denominada de precursora, desenvolvida junto às comunidades, com o objetivo de levantar informações das comunidades da UC relacionadas à infraestruturas comunitárias, elaboração do croqui da localização das casas da comunidade, numerar as casas, prédios comunitários (barracão, igreja, centro social, casas de farinha comunitárias, galpões, campo futebol, etc.), distâncias em tempo entre as comunidades e definir local para realização das oficinas; 2. levantamento socioambiental, que consiste no levantamento da situação social, produtiva, condições de moradia e de renda dos moradores das UCs, que servirão para elaborar programas e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos mesmos e marco zero da situação e atuação da FAS; 3. realização da oficina familiar do PBF; por fim, a entrega de cartões do PBF/familiar aos beneficiários cadastrados, caracterizando como uma

primeira etapa de execução do PBF nas UCs. Logo após, vem a aplicação dos demais componentes do PBF que são o PBF/Renda, PBF/Social e PBF/Associação (figura 17). O que não aparece com clareza no manual de execução das ações é quanto ao monitoramento dos projetos e ações implementadas nas UCs, sobretudo, na área de geração de renda.

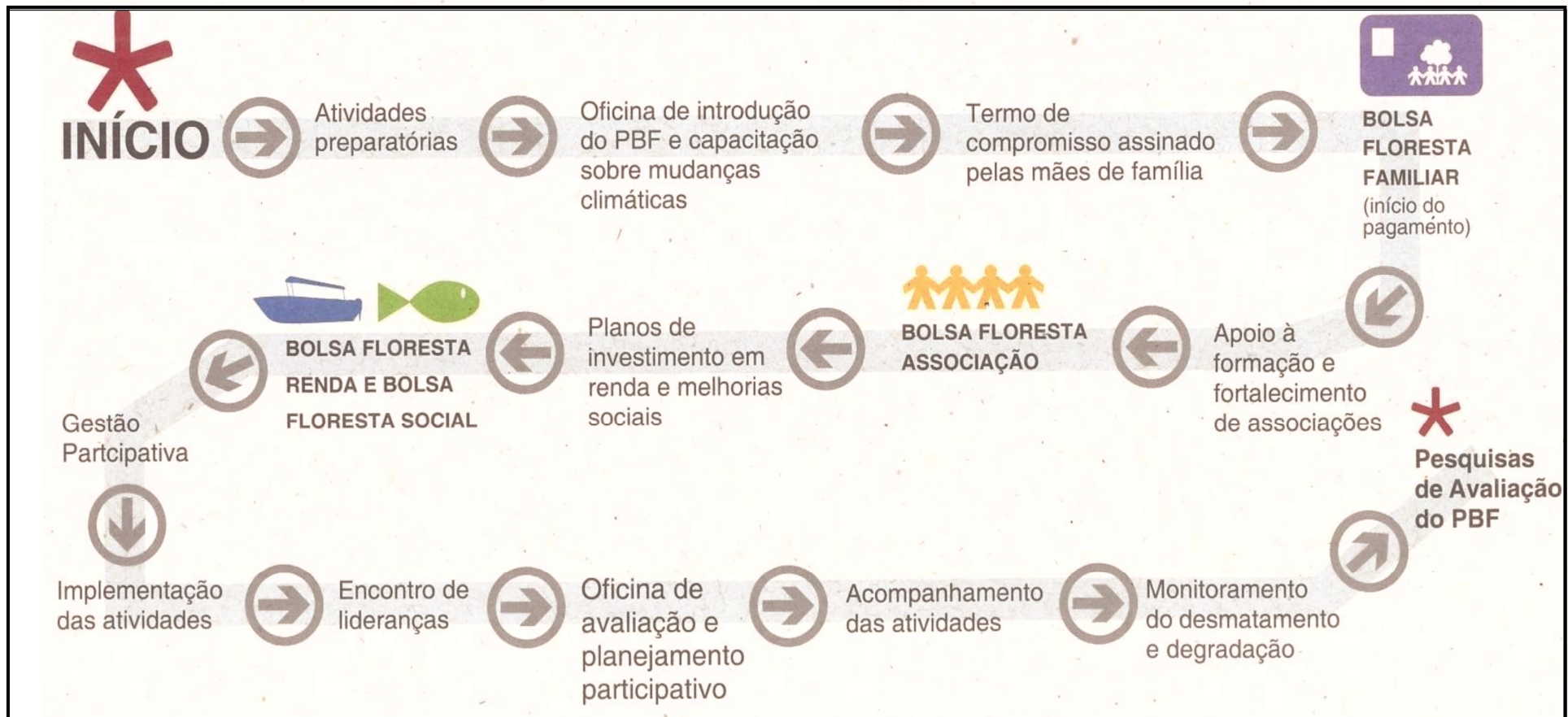


Figura 17 – Fluxograma de investimentos do PBF nas UCs
Fonte: FAS, 2011

Apesar dos investimentos por meio de diversos programas do governo brasileiro, apoiados por instituições internacionais, tal como o Fundo Amazônia, por meio do BNDES, setores da sociedade civil têm discutido este *modelo* de compensação às populações tradicionais tendo, como base, principalmente, o mecanismo de REDD, o mesmo modelo em que se baseia o PBF no Amazonas, como algo negativo, considerando o nível de participação destas populações nos processos de decisão, planejamento e execução das ações, conforme visão do CNS.

Os dias em que tivemos reunidos foram dedicados ainda ao estudo sobre Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES. Compreendemos o papel dos Bancos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), as ONG's comprometidas com o capitalismo verde, tais como *World Wildlife Fund* (WWF), *The Nature Conservancy* (TNC) e Conservação Internacional (CI), setores da sociedade civil e Governos Estadual e Federal que têm se aliado ao capital internacional na intenção de mercantilizar o patrimônio natural da Amazônia. Ressaltamos que, além de desprovida de amparo constitucional, a Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais foi criada sem o devido debate com os setores da sociedade diretamente impactados por ela, isto é, os homens e mulheres dos campos e floresta. Reproduzindo servilmente os argumentos dos países centrais, os gestores estatais locais a apresentam como uma forma eficaz de contribuir com o equilíbrio do clima, proteger a floresta e melhorar a qualidade de vida daqueles que nela habitam... Trata-se de um desdobramento da atual fase do capitalismo cujos defensores, no intuito de assegurar sua reprodução ampliada, lançam mão do discurso ambiental para mercantilizar a vida, privatizar a natureza e espoliar as populações do campo e da cidade. Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria. A atual proposta de modificação do Código Florestal complementa esta nova estratégia de acumulação do capital, ao autorizar a negociação das florestas no mercado financeiro, com a emissão de papéis verdes, a chamada Certidão de Cotas de Reserva Ambiental (CCRA). Embora apresentada como solução para o aquecimento global e para as mudanças climáticas, a proposta do REDD permite aos países centrais do capitalismo manterem seus padrões de produção, consumo e, portanto, também de poluição. Eles continuarão consumindo energia de fontes que produzem mais e mais emissões de carbono. Historicamente responsáveis pela criação do problema, agora propõe uma solução que mais atende a seus interesses, possibilitando a compra do direito de poluir. Mecanismos como o REDD forçam as denominadas populações tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros, etc.) a renunciarem a autonomia na gestão de seus territórios. Com isso, embaralham-se os papéis. O

capitalismo, civilização mais predadora da história da humanidade, não representaria nenhum problema, ao contrário, seria a solução. Os destruidores seriam agora os grandes defensores da natureza. E aqueles que historicamente garantiram a conservação natural são, agora, encarados como predadores e por isso mesmo são criminalizados. Não surpreende, portanto, que recentemente o Estado tenha tornado mais ostensiva a repressão, a perseguição e até expulsão das populações locais de seus territórios. Tudo para assegurar a livre expansão do mercado dos bens naturais. Com o indisfarçável apoio estatal, por esse e outros projetos o capital hoje promove e conjuga duas formas de re-territorialização na região amazônica. De um lado, expulsa povos e comunidades do território (como é o caso dos grandes projetos como as hidrelétricas), privando-os das condições de sobrevivência. De outro, tira a relativa autonomia daqueles que permanecem em seus territórios, como é o caso das áreas de conservação ambiental. Tais populações até podem permanecer na terra, mas já não podem utilizá-la segundo seu modo de vida. Sua sobrevivência não seria mais garantida pelo roçado de subsistência, convertido em ameaça ao bom funcionamento do clima do planeta -, mas por bolsas verdes, que, além de insuficientes, são pagas para a manutenção da civilização do petróleo. Lutas que inspiraram muitas outras no Brasil e no mundo. Convertido, porém, a partir do final da década de 1990, em laboratório do BID e do Banco Mundial para experimentos de mercantilização e privatização da natureza, o Acre é hoje um estado intoxicado pelo discurso verde e vitimado pela prática do capitalismo verde [...] Dentre os mecanismos utilizados a fim de legitimar essa ordem de coisas, ganha destaque a manipulação da figura de Chico Mendes. A crer no que nos apresentam, deveríamos considerá-lo o patrono do capitalismo verde. Em nome do seringueiro, defende-se a exploração de petróleo, o monocultivo da cana-de-açúcar, a exploração madeireira em larga escala e a venda do ar que se respira. Ante tal quadro, cumpre perguntar o que mais não caberia nesse modelo de desenvolvimento sustentável? Talvez em nenhum outro momento os pecuaristas e madeireiros tenham encontrado cenário mais favorável. É por essa razão que cremos necessário e urgente combatê-lo posto que, sob aparência de algo novo e virtuoso, ele reproduz as velhas e perversas estratégias de dominação e exploração do homem e da natureza. Por fim, deixamos aqui nossa reivindicação pelo atendimento das seguintes demandas: reforma agrária, homologação de terras indígenas, investimentos em agroecologia e economia solidária, autonomia de gestão dos territórios, saúde e educação para todos, democratização dos meios de comunicação. Em defesa da Amazônia, da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza (Disponível em: www.cns.org.br. Acessado em 20.11.2011).

Isso demonstra que o tema serviços ambientais, sobretudo na Amazônia, tendo como base o REDD (ou REDD+, REDD Plus), ainda não é um tema consensual entre os sujeitos sociais envolvidos, apesar de os números demonstrarem que o PBF muito avançou enquanto quantitativo de famílias atingidas e de recursos financeiros executados nas UCs. Contudo os resultados que o programa tem atingido ainda são muito questionados, bem como a real

participação das populações tradicionais nas tomadas de decisão, nos processos e procedimentos tomados para a sua execução, transparência na execução das ações, etc.

Há de se reavaliar as estratégias de execução de modo que torne as populações tradicionais sujeitos sociais principais no processo e não apenas o público que recebe as ações, mediante decisões tomadas por pessoas que, em sua maioria, nem conhecem uma comunidade nas UCs onde atua o PBF. Este é o caso de diversos membros do CA da FAS, composto por grandes empresários e pesquisadores que definem os rumos de ação da FAS, enquanto neste mesmo conselho, não há um representante sequer destas populações tradicionais que residem nas UCs e são beneficiários do PBF, o que, sem dúvida, geraria maior transparência nos processos, bem como a possibilidade de errar menos na execução das ações.

Capítulo III – O PROGRAMA BOLSA FLORESTA (PBF) NA RDS UACARI: UM OLHAR DOS SEUS MORADORES/BENEFICIÁRIOS

Introdução

Antes de mais nada, é importante entender que, nesta região do Juruá, muito se tem de semelhanças com o que ocorrera no alto Juruá, no Acre, quando se refere à organização social dos seringueiros, mesmo porque se trata da mesma calha de rio que nasce no Peru, nas terras altas de Ucayali, ao sudeste de Porto Portillo. Flui primeiro em direção norte e oeste com o nome de rio Yurúa. Seu curso atravessa a fronteira entre Peru e Brasil próximo à cidade de Foz do Breu, adentrando o estado do Acre e depois o estado do Amazonas, onde seu curso é paralelo ao do rio Purus, dirigindo-se ao nordeste até desembocar pela margem direita no rio Solimões, nas proximidades da cidade de Juruá, antiga Caitaú. É o segundo maior afluente do Amazonas com o Purus que drena a bacia sul do Amazonas. Como o último, seu curso é lento e serpenteante, correndo por meio de uma selva em parte submersa.

O Juruá é considerado o rio mais sinuoso do mundo e banha os estados brasileiros do Acre e Amazonas (Figura 18). Tem uma longitude de 3.350 km. Segundo dados do IBGE, ocupa o 12º lugar entre os rios brasileiros em vazão e por extensão em m³/s. É citado como um dos 30 maiores rios do mundo em longitude. Seus principais afluentes são o rio Ipixuma, rio Gregório, rio Tarauacá, rio Xeruã, rio Ueré e rio Andirá.



Figura 18 – Foto aérea do rio Juruá nas proximidades do município de Carauari
Fonte: SANTOS, 2011

A região do médio Juruá, município de Carauari (Figura 19), lócus da pesquisa, assim como em outras regiões da Amazônia, tem uma história marcada pela presença indígena e logo depois a inserção de seringueiros vindos do nordeste brasileiro, sobretudo das regiões do Piauí e Ceará, o que leva a grande maioria da população apresentar traços físicos, crenças e festas religiosas, entre outros, além do sotaque linguístico com semelhanças nordestinas bem maiores que em outras calhas do rio no Amazonas.



Figura 19 – Vista área do município de Carauari
Fonte: SANTOS, 2011

Nesta região, a produção de borracha nunca foi totalmente abandonada pelos seringueiros que dizem ter amor pela atividade de extração do látex para produção da borracha ou outros artefatos a partir deste produto, tais como bolsas para armazenamento de tabaco, sapatos de borracha de látex, cartucheiras usadas para armazenar munição para prática da caça, etc.

A borracha é parte de minha vida. Foi com ela que meu avô criou meu pai. Meu pai criou todos os filhos e eu criei todos os meus filhos. Então não posso deixar de cortar seringa, e se Deus quiser ainda vou ganhar um dinheirinho com ela (Sr. Joaquim Cunha, comunidade São Raimundo, na RESEX do médio Juruá, 2010).

Trata-se, portanto, de uma atividade que está impregnada nos hábitos culturais, de produção ainda muito valorizada pelos mais velhos nas comunidades, mas pouco praticada nos dias atuais pelos mais jovens.

Mesmo assim, esta atividade foi fortemente fragilizada, aspecto que marcou uma nova configuração produtiva, cultural e sócio-organizacional na região, quando surgem as ações de organização social destes seringueiros em comunidades, uma vez que, até então, residiam ao longo dos rios, lagos, igarapés etc, de forma isolada. Este momento, ao mesmo tempo que marca o enfraquecimento de um processo de produção baseado na extração do látex para produção de borracha, passando-se ao uso de práticas voltadas ao extrativismo da madeira, da pesca e, principalmente do cultivo de mandioca para produção de farinha, também marca uma nova configuração da organização social nos moldes do que viria a “explodir” no Acre na década de 1980.

3.1. A economia da borracha e sua crise

A exemplo de outros rios do Amazonas como o Purus e o Madeira, o Juruá foi um dos principais destinos dos nordestinos, tornando-se um dos maiores produtores de borracha no auge da produção do Amazonas entre 1909 e 1916 (Quadro 7).

ANO	PURUS	ACRE AMAZONENSE	JURUÁ	MADEIRA	JUTAÍ	JAVARI
1909	3.182.990	538.587	1.936.736	1.513.743	225.132	1.623.951
1910	2.956.081	553.147	1.821.714	1.521.024	384.048	1.450.973
1911	3.018.874	370.781	2.054.990	1.396.533	286.644	1.419.067
1912	3.162.110	943.562	2.020.623	1.340.667	312.077	1.348.302
1913	2.566.914	861.400	1.544.047	1.292.496	183.047	817.615
1914	2.948.317	488.413	1.267.613	1.349.216	262.306	670.390
1915	2.752.838	299.530	1.427.718	1.444.131	228.345	659.320
1916	2.952.454	1.961	1.277.948	1.252.508	228.746	729.531

Quadro 08 – Borracha produzida nos rios do Amazonas

Fonte: LOUREIRO, 2008

Com a chegada dos nordestinos na região do Juruá, período áureo da borracha,

em 1864, quando o geógrafo inglês William Chandless fez sua viagem de observação científica no Purus e, em 1866 no Juruá, registrou a existência de moradores de beira de barranco, tripulantes de canoas, guias, comerciantes de drogas do sertão, pescadores, ocupando o rio Acre, afluente do Purus. Segundo Leandro Tocantins, já se encerrara, neste ano, o primeiro ciclo geográfico, do devassamento do Purus, do Acre e do Juruá (ALLEGRETTI, 2002, p. 150).

Fazendo uma análise do aspecto socioeconômico e populacional por rio, destaca Allegretti (2002) que

entre os anos de 1877 e 1878 o rio Acre e o alto Purus foram ocupados, em caráter econômico e permanente, por João Gabriel de Carvalho e Mello, símbolo padrão do imigrante nordestino, aviado do português Visconde de Santo Elias. Em 1870 a população amazônica era de 323 mil pessoas, na década seguinte aumentou em 20%, chegando a 390 mil e, na década seguinte, a 476.370, um crescimento de 153.370 pessoas, ou seja, de 22%. A ocupação, nestas décadas, alcançou também o vale do rio Juruá que tinha entre 300 e 400 seringais funcionando. (ALLEGRETTI, 2002, p. 152.).

DATA	LOCALIZAÇÃO	ORIGEM	NOME
1852	Amazonas - Primeira expedição oficial	Presidência da Província do Amazonas	Romão José de Oliveira
1855	Expedição do Juruá ao Tarauacá e Envira e por terra ao Purus	Diretoria dos índios	José da Cunha Corrêa
1870	Riozinho da Liberdade	Ceará	Francisco de Carvalho
1877	Tarauacá	Não há informação da origem	Antonio Petrolino Albuquerque, Miguel Fernandes, João Busson
1884	Estirão dos Nauas até Juruá-Mirim	Ceará	Antonio Marques de Menezes Ismael Galdino da Paixão
1884	Baixo Juruá – Seringal New York. Do Seringal 13 de Maio ao Paraná dos Mouras	Itália	Henrique Cani
1891	Alto Juruá: Breu, Boca do Dourado, no Peru	Não há informação da origem	João Dourado

Quadro 09 – Cronologia de ocupação do rio Juruá

Fonte: ALLEGRETTI, 2002

A história do Amazonas registra que, na região do médio Juruá – designação conhecida muitos anos depois, com a chegada nordestina na região, a qual ocorre a partir do ano de 1877, quando é consolidado o início da migração nordestina para a Amazônia provocada pela seca no nordeste brasileiro – vão se formando os povoados ao longo dos rios Purus, Juruá, baixo Solimões: A maioria é de cearenses, mas também faziam parte desse batalhão de pessoas os pernambucanos, os maranhenses, etc.

Esse exército de nordestinos vai abrindo e singrando os rios da Amazônia e se instalando nos seringais, mesmo não conhecendo os mistérios que permeiam o imaginário amazônico. Esse elemento – os nordestinos – importante na produção da borracha, na criação de todo um vínculo com a formação do estado do Amazonas e da incorporação do Acre, destacando-se, neste período, a construção da estrada Madeira-Mamoré, entrada e povoamento nos altos rios Purus e Juruá que contribuíram para a tomada de forma “pacífica” desse pedaço da Bolívia para o território brasileiro, que foi o Acre. Estes acontecimentos levaram à morte muitos seringueiros que, sem conhecer as doenças da floresta, foram vítimas de doenças como a malária, dentre outras.

Segundo Allegretti (2002, p. 134),

os seringueiros surgiram como uma categoria social específica de trabalhador nas últimas décadas do século XIX, percorreram todo o século XX e entraram no século XXI. Emergiram com a segunda revolução industrial, produziram durante as duas guerras mundiais e seguiram trabalhando ao longo de todas as demais fases da história recente da Amazônia. Mesmo tendo se tornado irrelevante para a economia mundial o sistema do seringal permaneceu em operação, segundo Almeida (1992), por duas razões: o apoio do Estado por meio de políticas protecionistas que asseguraram aos seringalistas preços e mercado e, em consequência, o controle sobre os seringais e a adaptação da população local a uma economia agroflorestal capaz de se manter com baixa vinculação ao mercado.

Apesar de a atividade ter se tornado irrelevante para o governo, como forma de beneficiar o regime patronal, ou seja, os seringalistas, que adotaram uma política protecionista, garantindo o controle dos seringais e adaptando os seringueiros mais ainda na floresta, mantendo-os distante do mercado.

Quanto ao sistema de funcionamento de barracões na Amazônia, o modelo de seringal tido como clássico pela literatura era aquele que surgiu no período do auge da produção de borracha na Amazônia. Em função dos altos preços, predominavam regras voltadas para viabilizar o aumento constante da produção a custos sempre mais baixos, como o endividamento prévio, a preferência por trabalhadores solteiros, a proibição de roçados, o incentivo ao consumo de supérfluos. Para controlar os meios de comercialização, era proibida a presença de regatões e exigida exclusividade dos seringueiros em relação ao *patrão* que os aviava, tanto na compra de bens de consumo quanto na venda da borracha.

O descumprimento destas regras implicava punições severas aos seringueiros. Foi com base neste modelo que a imagem do seringal ficou associada a atrocidades e violências cometidas por seringalistas contra seringueiros e à caracterização do seringal como uma modalidade de organização da produção na qual predominava uma espécie de trabalho escravo, destacado por Cunha (1976 apud ALLEGRETTI, 2002, p. 135) de que os seringueiros trabalhavam para reproduzir a própria escravidão, ou de Castelo Branco (1922, apud ALLEGRETTI,

2002, p. 135) de que o seringueiro era um verdadeiro escravo sujeito a punições, inclusive o açoite, conforme depoimentos dados por ex-seringueiros que viveram naquela época.

Estas afirmações se remetem ao fato de que os seringueiros, por longos anos, trabalharam de acordo com o que lhes impunham os seringalistas, não havendo nenhuma revolta a tal condição submetida, apesar de representarem uma grande maioria, mas sem a ideia coletiva; todos sofriam individualmente, o que coletivamente poderiam ter acabado muitos anos antes de como realmente se dera o processo.

Segundo relatos de ex-seringueiros, em alguns seringais havia um local chamado *porão*, usado como uma espécie de prisão dos seringueiros pelos patrões.

Este “porão” era um buraco cavado no chão, revestido de madeira, uma sala escura, onde os seringueiros que tinham saldo no final do ano ou vendiam borracha fora do barracão central eram jogados e lá permaneciam por vários dias, como forma de prisão; e isto era um seringueiro por cima do outro, amontoados. Isto ocorria inúmeras vezes no seringal Cubiu e Palermo, de propriedade dos Cavalcantes (Gracias Pinto, ex-seringueiro, residente da RESEX médio Juruá, 2011).

Os barracões obedeciam a certa estratificação social em que o seringalista ficava com o barracão central – local de moradia do dono, depósito de mercadorias para vender aos seringueiros, e o escritório para contabilizar a produção e os gastos e realizar o pagamento de pessoal, enquanto que os barracões menores serviam de moradia aos trabalhadores da borracha. Segundo Teixeira (2009), o barracão simbolizava o poder do seu dono – o “coronel” que o ocupava como se fizesse dele uma corte – e o seringal era a afirmação de uma sociedade que desejava expandir-se.

Neste período, sendo o principal produto de geração da economia amazonense, a produção da borracha criou uma caracterização do seringal amazônico a partir das atividades humanas executadas nos seringais, as condições socioeconômicas que foram proporcionadas nesse período, as relações de gênero que permeou o sistema de barracões e, por último, as

peculiaridades da vida local - porque não se podem esquecer as condições sanitárias e as moradias.

O barracão sempre se localizava na margem do rio, enquanto que os seringueiros ficavam a horas do local, em função de que normalmente moravam às margens de igarapés, distantes da beira do rio, em terra firme, para facilitar não só o escoamento da produção mas também a instalação dos barracões. Desta forma, os barracões normalmente atendiam os seringueiros quinzenalmente. Assim, não só a morfologia do seringal mas também a dialética que tomava conta da economia da borracha na Amazônia, geraram um processo de dominação e expropriação da força de trabalho do seringueiro, o qual levava a vida na extração do látex e não mudava seu padrão de estrutura social, pois a sua força de trabalho garantia apenas a sobrevivência física como homem rude que não dominava a escrita, facilitando, assim, a sua condição de exploração.

Outro aspecto importante (quanto à localização dos barracões) era o fato de este estar localizado num local estratégico para dificultar a fuga de seringueiros dos seringais, haja vista que os mesmos, necessariamente deveriam sair dos centros (nome dado aos locais onde estavam as habitações dos seringueiros, também conhecidos como colocação) e passar pelo rio principal, de onde o patrão ou seus capatazes podiam avistar os “fugitivos” e assim capturá-los e devolver, após serem duramente castigados, aos seringais para retornarem às atividades de produção.

De acordo com Loureiro (2008), a crise mundial decorrente da baixa de preços, a partir de 1910, em face da revolta do mercado à realidade, pela grande oferta de borracha asiática, só se fez sentir, na Amazônia, em setembro de 1910, sobressaltando as praças de Manaus e Belém. Na região do Juruá, a crise total se dá a partir de 1970, quando se iniciam as migrações para as margens dos rios, onde as famílias passaram a se dedicar ao cultivo da

agricultura em área de várzea, mas também em terra firme onde, neste caso, se destaca principalmente o cultivo da mandioca para a produção de farinha.

Foi também neste período que se iniciaram as atividades de organização social, por meio das ações da Igreja Católica junto às famílias que ainda permaneciam residindo de acordo com as condições impostas pelos patrões.

3.2 A ressignificação da vida dos seringueiros do médio Juruá

O rio Juruá é de grande importância para a região, servindo como hidrovia de acesso para diversas comunidades devido à inexistência de estradas na maior parte de seu curso. Para algumas cidades, dependendo da época do ano, somente são navegáveis barcos regionais de pequeno porte, e balsas que saem de Manaus para os municípios mais longínquos até Cruzeiro do Sul, levando em média 30 a 40 dias de viagem.

É importante destacar que as balsas são o único meio de transporte usado para levar produtos da indústria para os municípios juruaenses, e assim, os preços cobrados aos consumidores são exorbitantes. Em diversas épocas do ano, estes municípios sofrem com a falta de produtos, dentre os quais combustível, inclusive para geração de energia por meio das termelétricas.

A base da economia dos municípios do Juruá são a agricultura, a pecuária (em pequena escala), pescado e produtos extrativistas. Nos municípios do Amazonas, destacam-se produtos como a farinha de mandioca, pescado e a borracha (uma tentativa do estado do Amazonas de revitalizar a produção de borracha natural, a partir dos seringais nativos), além dos óleos vegetais de andiroba e muru-muru. Contudo os principais entraves encontrados nesta região é quanto ao escoamento da produção e as grandes distâncias da capital, o que torna o preço dos produtos da indústria muito elevados. Além disto, a quase inexistência de ações que visem à

inovação tecnológica e à formação das pessoas para os mais diversos campos de atuação profissional.

Para se compreender o processo de transição da organização social ocorrida na região, há de se ter um olhar do primeiro encontro nacional dos seringueiros da Amazônia, onde diversas lideranças/seringueiros da região do médio Juruá estiveram presentes, primeiro em Brasília, e depois em Manaus e Rio Branco.

O principal município da região do médio Juruá é Carauari, que está localizado em sua margem esquerda, no Amazonas, com uma população de 25.700 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (2010), distante de Manaus 780 km em linha reta e 1.676,0 km por via fluvial. De acordo com Araújo (2007, p. 144), “a sede municipal localiza-se à margem côncava de um sacado – nome regional para meandro abandonado –, o qual é composto de um duplo meandro que, ao ser desligado do rio Juruá na década de 1950, formou um lago de traçado em dupla ferradura”.

A hidrografia é constituída de centenas de rios, lagos e igarapés. Os principais rios são o Ueré e o Juruá. O rio Juruá corta Carauari em toda a sua extensão, sendo um dos mais belos cursos d'água da região Amazônica. As suas margens apresentam aspectos selváticos e atraentes para o desenvolvimento do turismo ecológico.

A vegetação é caracterizada pela floresta tropical densa, da sub-região aluvial da Amazônia, com terraços baixos e planos, sendo muito frequente a presença da seringueira (*Hevea* sp.), louro (*Ocotea* sp.), virola (*Virola surinamensis*) e samaumeira (*Bombax globosum*). A vegetação das margens do rio Juruá sofre o efeito das cheias, registrando a ocorrência do capim canarana (*Canarana erecta*), consumido pela capivara (*Hydrochoeris*), de igapós e plantas aquáticas, além da vegetação de terra firme e de várzea. A fauna é abundante, fato explicado pela quase ausência da prática da caça de subsistência, exceção feita aos quelônios. É comum a presença de porco queixada (*Tayassu pecari*), veado mateiro (*Mazonia*

americana), anta (*Tapirus terrestre*), jabuti (*Geochelone* sp.), mutum (*Mitu mitu*), jacu (*Pipile nateri*), inambu (*Criptideilus* sp.), macaco guariba (*Alouatta belzebul*), papagaio (*Pionus* sp.), peixe-boi (*Trichechus ininguis*) etc.

O clima pertencente ao grupo tropical chuvoso, com precipitação pluviométrica média anual de 2.500 mm. O período chuvoso inicia-se em novembro, atingindo os maiores índices entre os meses de janeiro a abril. A temperatura média do ar gira em torno de 29°C, variando de 37°C a 20°C. A umidade relativa do ar geralmente permanece acima de 90%.

Em Carauari, encontram-se duas UCs de uso sustentável: A RESEX do médio Juruá, uma UC de uso sustentável federal e a RDS Uacari, UC estadual, ambas fruto das discussões iniciadas na década de 1980 [apesar da luta pela organização social na região anteceder a este período], em torno de um modelo de “desenvolvimento sustentável”, concebido pela organização socioambiental na região.



Figura 20 – Assembleia da ASPROC
Fonte: SANTOS, 2010

A região do médio Juruá é tipicamente habitada por trabalhadores agroextrativistas (trabalhadores que têm sua base produtiva na agricultura e extrativismo ao mesmo tempo, sendo que ambas atividades se complementam, gerando um excedente para a comercialização), com forte presença nordestina, de base produtiva voltada à produção de borracha nos seringais do Juruá. Apesar de os escritos sobre a vida deste movimento dos seringueiros da Amazônia não retratarem com ênfase o importante papel dos seringueiros amazonenses no movimento em que o seringueiro Chico Mendes ganhou destaque em nível nacional e internacional; estes seringueiros foram fundamentais no processo de mudança ocorrido nos seringais da Amazônia, sobretudo da região do médio Juruá, e da criação das políticas que deram origem às UCs (RESEX e RDS).

Nesta região, a organização social ribeirinha (Figuras, 21, 22, 23 e 24) demorou um pouco mais, talvez devido ao isolamento geográfico, à falta de formação e informação aos seringueiros e seus filhos, e por isso, levam um pouco mais de tempo para enxergar que a organização social tem forças de derrotar até mesmo regimes como o estabelecido nos seringais da Amazônia.

A organização ribeirinha apresentava-se forte o suficiente para combater o modelo patronal na região que escravizava²⁵ os seringueiros. Para quem sonhava com vida melhor no seu local de residência lhe restava lutar contra o poder dos patrões e o sistema político da época, como é narrado no livro do Pe. João Derickx²⁶ – *Juruá, o rio que chora*. Com o incentivo dado por outras lideranças deste movimento da Amazônia, que iniciavam uma busca de reconhecimento em nível nacional, os seringueiros desta região sentiam-se fortalecidos e, apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MEB e a Igreja Católica, travaram brigas judiciais com os patrões, levando à prisão do seringueiro líder do movimento, juras de morte, etc. A organização social ribeirinha no médio Juruá teve seu ápice entre os anos 80 até final dos anos 90, quando mudanças constantes levaram a um processo de declínio organizacional das comunidades, principalmente no aspecto político-partidário, onde lideranças do movimento e assessores passaram a ter militância partidária, gerando confusão entre a organização social e política partidária na região.

²⁵ O Amazonas se tornava a terra salgada da nova escravidão imposta pelo barracão, a casa-grande dos seringais, através do regime e aviamento[...] servos da gleba, sendo brasileiros, não eram protegidos de governos estrangeiros, nem tinham quem falasse em seu nome, numa época em que não tínhamos ainda uma legislação trabalhista. O trabalhador ficava à mercê do poder pessoal de seu patrão, que ditava e executava a lei, governava por meio de jagunços e pistoleiros (TEIXEIRA, 2009, p. 10).

²⁶ Pe. João Derickx é um holandês que atuou na Prelazia de Tefé, paróquia de Carauari entre os anos 80 e 90 e muito contribuiu para a organização das comunidades rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, tendo como base as ações da Igreja Católica em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), baseado na Teologia da Libertação.



Figura 21 – Reunião na comunidade Mandioca
Fonte: MEB, 1998



Figura 22 – Seminário que definiu a Carta Socioambiental de Carauari
Fonte: SANTOS, 1998



Figura 23 – Comemoração pelo Decreto da RESEX Médio Juruá
Fonte: SANTOS, 1997



Figura 24 – Definição do Plano de Utilização da RESEX Médio Juruá, Comunidade Tabuleiro
Fonte: SANTOS, 1998

Diante de um novo cenário político-organizacional, esta região também sofre mudanças a partir da década de 1990 com a criação de áreas protegidas na Amazônia. No Juruá, foram criadas UCs e TIs em toda a região. No tocante às UCs, há áreas criadas tanto no âmbito estadual, quanto em âmbito federal, sendo que só no estado do Amazonas, (pois existem UCs e TIs também no Juruá, já na parte do estado do Acre) são: A RESEX do baixo Juruá e a RESEX do médio Juruá, todas de gestão federal, e a RESEX do rio Gregório, RDS Uacari, de gestão estadual (Figura 14).

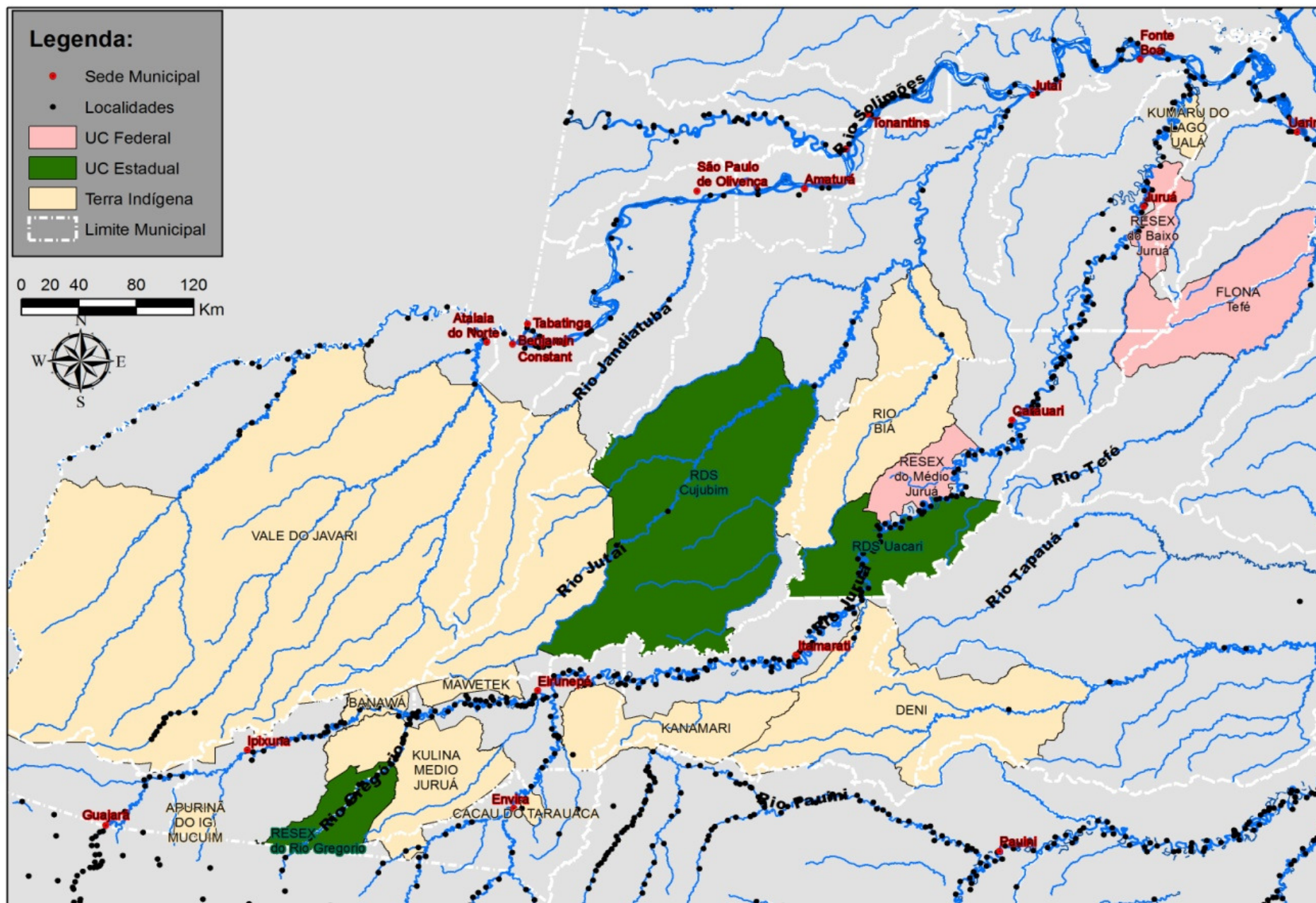


Figura 25 – Mosaico de UCs e TIs na região do Juruá

Fonte: CEUC, 2011

Diante do novo cenário no Amazonas (figura 20), diversas áreas produtivas no Amazonas estão localizadas em áreas de UCs, tanto de gestão federal, quanto estadual, além das diversas áreas indígenas, agora não mais sob o controle dos patrões, mas do governo e de uma legislação que regula o uso tradicional dos recursos pelas populações tradicionais. Contudo, nas áreas uso sustentável, tem-se por base o uso dos recursos naturais de forma sustentável para a geração de renda das famílias extrativistas residentes nas áreas. Entretanto, ao longo de mais de duas décadas, a regularização fundiária das áreas e a expedição da Concessão de Direito real de Uso (CDRU) não foram concluídas, mesmo considerando o Decreto da primeira UC de uso sustentável do Brasil, a RESEX do alto Juruá. Assim, constata-se que o modelo tem se mostrado ineficiente.

Contudo, no dia 05 de junho de 2012, a SDS/CEUC em parceria com ITEAM e INCRA realizaram, com base num parecer da PGE a expedição de CDRUs coletivas para 15 UCs: RDS Uacari, RDS Cujubim, RDS rio Madeira, RDS rio Amapá, RDS Juma, RDS Uatumã, RDS rio Negro, RDS Canumã, RDS Mamirauá, RDS Canumã, RDS Piagaçu-Purus, RESEX rio Gregório, RESEX Catuá-Ipixuna, RESEX Canutama e Floresta Estadual de Maués. Estas CDRUs, segundo o parecer da PGE, autorizará às populações tradicionais o uso legal de suas áreas, bem como a implementação de outros programas, tais como o Programa de habitação do INCRA, mas não resolve os conflitos com as terras particulares localizadas no perímetro das UCs.

A criação de UCs, sem as devidas ações de implementação deste modelo, pode até inibir a ação de infratores, contudo não garante a legitimidade e a eficiência do modelo, haja vista que as ferramentas técnicas exigidas para se ter acesso legal aos produtos da floresta são demasiadamente técnicas e de alto custo para a sua elaboração e aprovação. Mesmo assim, uma vez resolvida a questão fundiária, elimina-se o principal problemas nas UCs de uso sustentável.

Com a decadência dos seringais na década de 1970, apesar de a região, mesmo em pequena escala, ainda produzia borracha até meados da década de 1980, houve muita migração das famílias para as áreas urbanas. As famílias que resistiram nos seus locais de residência às margens do Juruá ou centros²⁷ mudaram suas atividades produtivas para o extrativismo de outras espécies, mas principalmente a madeira, ou para a agricultura, no caso da região do médio Juruá, baseada no cultivo da mandioca, principal fonte de renda até os dias atuais.

No caso da região do médio Juruá, a maior migração se deu no início da década de 1980 com a chegada da Petrobras em Carauari para explorar áreas em busca de petróleo, e, nestas áreas pesquisadas, foi encontrado muito gás, o que leva a região do Juruá a ser lembrada como uma das maiores reservas de gás natural do mundo, mas que, na época, não interessava a exploração, sendo estas áreas abandonadas ao final de década de 1980.

Nesse período migraram de outras cidades e até mesmo dos seringais e de colocações muitas pessoas em direção à sede municipal, em busca de emprego nas empresas que prestavam serviços à estatal. Esse fluxo de pessoas ocasionou o surgimento de dois bairros denominados Nova República e Fátima. Nesse período, a sede municipal se desenvolveu bastante, haja vista as centenas de empregados que prestavam serviço à companhia petrolífera. Esse período durou até 1986, quando a Petrobrás descobriu reservas de hidrocarbonetos no município de Coari, deslocando a sede da empresa para outro local, primeiro a Tefé e, mais recentemente, a Coari. Esse deslocamento da base da estatal fez com que diminuísse o número de funcionários contratados em Carauari, mas como os moradores já possuem experiência em trabalhos de prospecção é dada prioridade na sua contratação, mesmo que em outro município, o que está gerando uma migração para a nova sede da empresa (ARAÚJO, 2007, p. 145-146).

Em Carauari, ficou um passivo social (acúmulo populacional, crescimento desordenado da cidade, alto índice de desempregados, etc.) onde se encontram resquícios até os dias atuais, tais como o crescimento desordenado da cidade, esvaziamento das áreas rurais, surgimento de

²⁷ Também chamados de colocações, onde os seringueiros levantavam sua casa para residência, mais próximos de suas estradas de seringa e localizadas distantes das margens do rio, o que era estratégico também, para dificultar o abandono (fugas) dos seringais pelos seringais.

invasões nas periferias, filhos de mães solteiras, baixa produtividade agrícola, etc. – apesar da vasta área de várzea existente –, uma herança que os gestores públicos não têm conseguido administrar, pois se constituiu ao longo dos últimos trinta anos uma cultura da empregabilidade no município, atualmente sendo revivida com a instalação da empresa de extração de petróleo chamada HRT, outra empresa do ramo de petróleo e gás no município, a que está explorando bases de pesquisa na Bacia do Solimões.

3.3 Vida como invenção: A criação da RDS Uacari

Quando foi protocolado o pedido para a criação de uma UC federal junto ao IBAMA no início dos anos 1990, a luta pela criação era de todas as comunidades da região do médio Juruá. Contudo, em função de diversas áreas particulares existentes, o IBAMA, por meio do então Centro Nacional das populações tradicionais (CNPT), fez um *corte* na proposta do perímetro geográfico, sendo contempladas, na criação, apenas as comunidades localizadas na margem esquerda do rio, deixando comunidades como Bom Jesus e Bauana, primordiais na luta pela criação da RESEX do médio Juruá, decretada em 1997, de fora da proposta. Esta decisão causou revolta a estas comunidades além de desgaste das lideranças, que esperavam ter suas comunidades contempladas na proposta.

Em 2003, um ex-agente do MEB que havia acompanhado toda a luta pela criação da UC federal, Francisco Ademar, então vereador, com militância no Conselho Nacional dos Seringueiros, atualmente Conselho Nacional das Populações Extrativistas, foi indicado para assumir o cargo de secretário executivo adjunto de extrativismo, na recém-criada Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (SEAE), atualmente Secretaria Executiva Adjunta de Floresta e Extrativismo (SEAFE), uma secretaria constituída dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável (SDS).

É importante destacar aqui duas questões: A indicação de Francisco Ademar para assumir a SEAE foi mediante um acordo do governo com a sociedade civil em absorver lideranças para compor cargos de direção do governo, bem como pelo fato de Francisco Ademar ser do Partido dos Trabalhadores (PT) que, na época, já estava aliado ao governo do estado do Amazonas.

Já tendo iniciada a “corrida” do estado do Amazonas em criar UCs em seu âmbito geográfico, as comunidades da margem direita do rio Juruá que haviam ficado de fora da UC anteriormente criada protocolaram o pedido junto à SDS. Portanto, a proposta de criação da RDS Uacari (figura 15) partiu de uma demanda da comunidade local no ano de 2003 que, segundo levantamentos no CEUC (2011), cumpriu as seguintes etapas até a publicação do seu decreto: outubro de 2003 – solicitação formal pelo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, regional Carauari/AM, por meio de abaixo assinado com 161 assinaturas; abril de 2004 – Emissão do mapa fundiário da área proposta da RDS de Uacari pelo Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM; maio de 2004 – elaboração dos laudos biológico e socioeconômico; dezembro de 2004 – Estabelecimento do Acordo de Pesca com a Colônia de pescadores Z-25 sobre os lagos que estão inseridos na área a ser criada; Dezembro de 2004 – realização da consulta pública no auditório da Escola Estadual Sérgio Rufino de Oliveira, na sede do município de Carauari, com a participação de 152 pessoas que assinaram a lista de presença; maio de 2005 – emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Estado – PGE; junho de 2005 – emissão de parecer da Casa Civil do governo do estado do Amazonas; junho de 2005 – publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas o Decreto 25.039 que cria a RDS de Uacari.

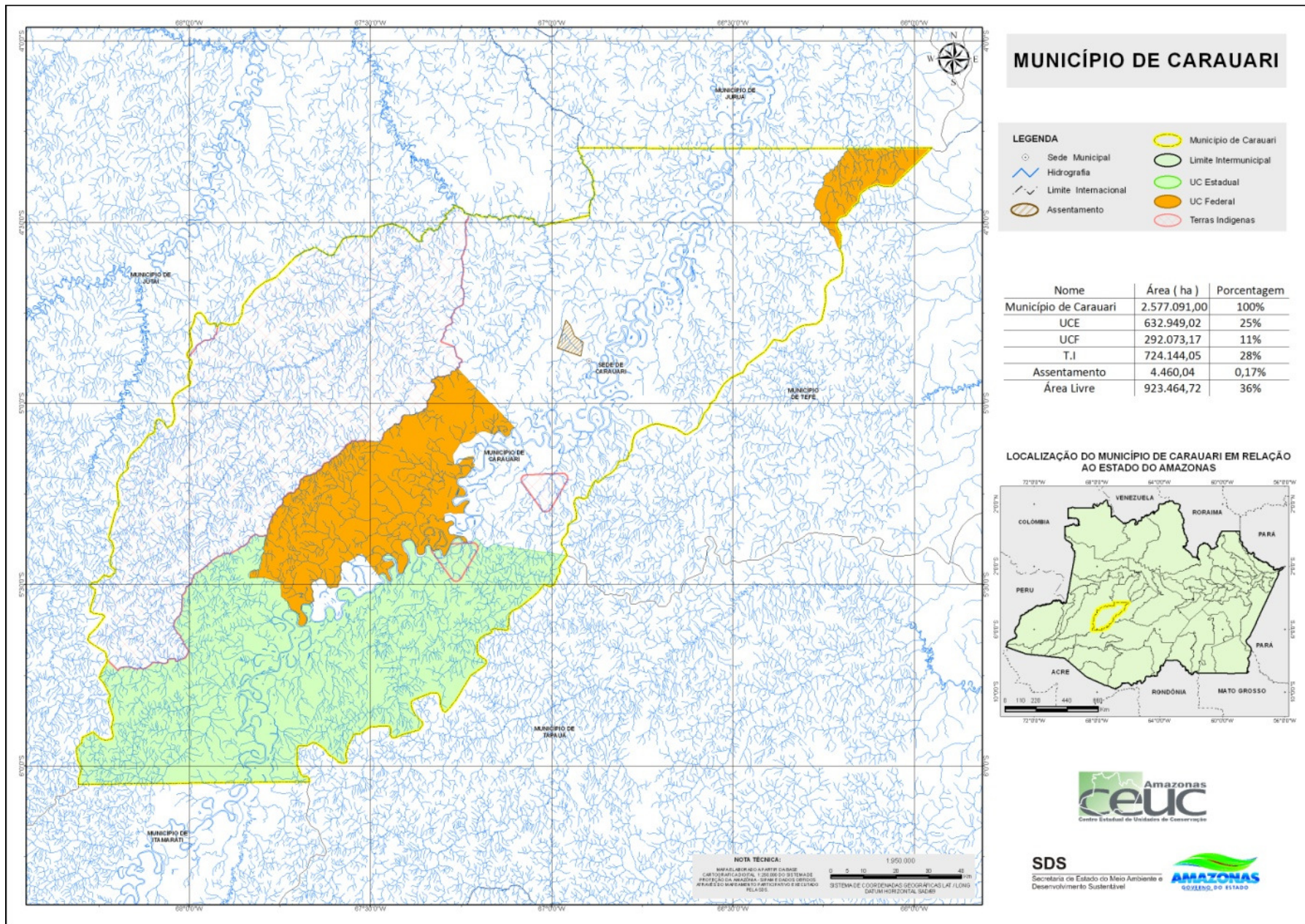


Figura 26 – Localização da RDS Ucari
Fonte: Plano de Gestão da RDS Ucari, 2010

A RDS de Uacari foi criada pelo Decreto nº. 25.039, de 1º de junho de 2005, no âmbito do Governo do estado do Amazonas, com uma área aproximada de 632.949,023 hectares, cuja responsabilidade pela gestão é da SDS por meio do CEUC.

O relatório final que deu origem ao Plano de Gestão da RDS Uacari destaca que

o processo de criação da RDS se inicia com um ofício do Conselho Nacional dos Seringueiros, assinado pela Coordenação Regional de Carauari, em 01 de outubro de 2003, onde solicita a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, [...] *reivindicação antiga de 100 famílias que habitam e sobrevivem da produção extrativista* [...]. Anexo ao ofício há o abaixo-assinado com 161 assinaturas dos moradores de 8 comunidades que reivindicavam a criação da unidade de conservação de uso sustentável. Essas mesmas famílias foram aquelas que apesar de terem reivindicado a inclusão de suas áreas tradicionalmente usadas para o extrativismo, pesca e agricultura de subsistência não foram contempladas com a criação da Reserva Extrativista do médio Juruá, em 1998, que incluiu as comunidades do Tabuleiro até Gumo do Facão. No ano de 2000, foi elaborada a Carta de Carauari resultado da reunião das comunidades extrativistas de Carauari, na sede do município, tendo como uma das reivindicações a criação de uma nova Reserva Extrativista ou a ampliação da RESEX do médio Juruá para área originalmente proposta, que abrangia desde a comunidade Mandioca até Gumo do Facão. Somente em outubro de 2003 foi formalmente aberto o processo de criação junto ao Governo do estado do Amazonas a partir da iniciativa do CNS Regional Carauari, que encaminhou o abaixo assinado das famílias. No mesmo período, a proposta de criação da RDS de Uacari encontrou resistências locais, inicialmente da Colônia de Pescadores Z-25, que também encaminhou para a SDS um abaixo assinado com 728 assinaturas, contra a sua criação. Dos 535 associados da Colônia, aproximadamente 200 realizam a pesca nos lagos localizados na área pretendida, portanto, seu argumento concentrava-se na hipótese de que a criação da reserva inviabilizaria o sustento desses pescadores profissionais. A Câmara Municipal de Carauari, também se posicionou contrária à criação da RDS, expondo sua posição em Carta Aberta de agosto de 2004, assinada por quatro vereadores, incluindo o 1º secretário, cujo argumento parte da hipótese do desabastecimento da cidade em pescado, item básico da dieta local. A carta sugere ainda que as famílias solicitantes sejam incorporadas à RESEX do médio Juruá. Diante da resistência para criação da RDS de Uacari, inicia-se uma articulação promovida pelo CNS/Regional Carauari, Associação de Produtores de Carauari – ASPROC e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari, junto à Colônia de Pescadores Z-25, com o intuito de estabelecer um Acordo de Pesca e demonstrar que a criação da reserva limitaria o uso predatório por barcos pesqueiros de Cruzeiro do Sul e Manaus. Em outubro de 2004, com a interveniência da Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo – SEAE/SDS, consolida-se o processo para definição do Acordo de Pesca, com a participação da Colônia de Pescadores (COLPESCA) Z-25, CNS/Regional Carauari, líderes comunitários da área proposta da RDS, líderes comunitários da RESEX médio Juruá, pescadores do município de Carauari, IPAAM/SDS e IBAMA Carauari. Nesse

momento, é realizado o zoneamento dos lagos na área proposta, definindo-se lagos para o uso dos pescadores da Colônia, para manutenção das comunidades e para a preservação. No mesmo período, é realizada uma reunião com o Prefeito Municipal de Carauari que se posiciona favorável à criação da reserva. Em dezembro de 2004, o Acordo de Pesca é assinado pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, Prefeito de Carauari, Câmara de Vereadores de Carauari, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), COLPESCA Z-25, Instituto Terras do Amazonas (ITEAM), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Florestas do Estado do Amazonas (FLORAM), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse evento fez parte da Consulta Pública realizada no município como etapa para a criação da RDS de Uacari. A Consulta Pública foi realizada no auditório da Escola Estadual Sérgio Rufino de Oliveira e contou com a participação de 152 pessoas que assinaram a lista de presença. Assim como determina a Lei do SNUC em seu Capítulo IV, artigo 22, parágrafo 2º: *A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.* O parágrafo 3º complementa, mencionando: *No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.* A conclusão da Consulta Pública foi pela aprovação do Acordo de Pesca, que foi iniciado assim que foi decretada a unidade, além do fato de que ninguém se opôs à sua criação na localização, dimensão e limites apresentados. Após a Consulta Pública, no ano de 2005, seguiram-se os trâmites burocráticos na SEAGA/SDS, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Assessoria Jurídica da fossem excluídas dos limites da unidade todas as áreas privadas, aspecto que foi refutado pela Assessoria Jurídica da SDS e relevado pelo Governador no ato de sua criação. O Decreto nº 25.039 de criação da RDS de Uacari foi assinado no dia 1º de junho de 2005, como parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente, tendo sido publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no dia 2 de junho de 2005, com uma área de 632.949,023 hectares, abrangendo, segundo o diagnóstico, 37 comunidades e/ou localidades, com 233 famílias [figura 16] (PLANO DE GESTÃO DA RDS UACARI, 2010, p. 36-38).

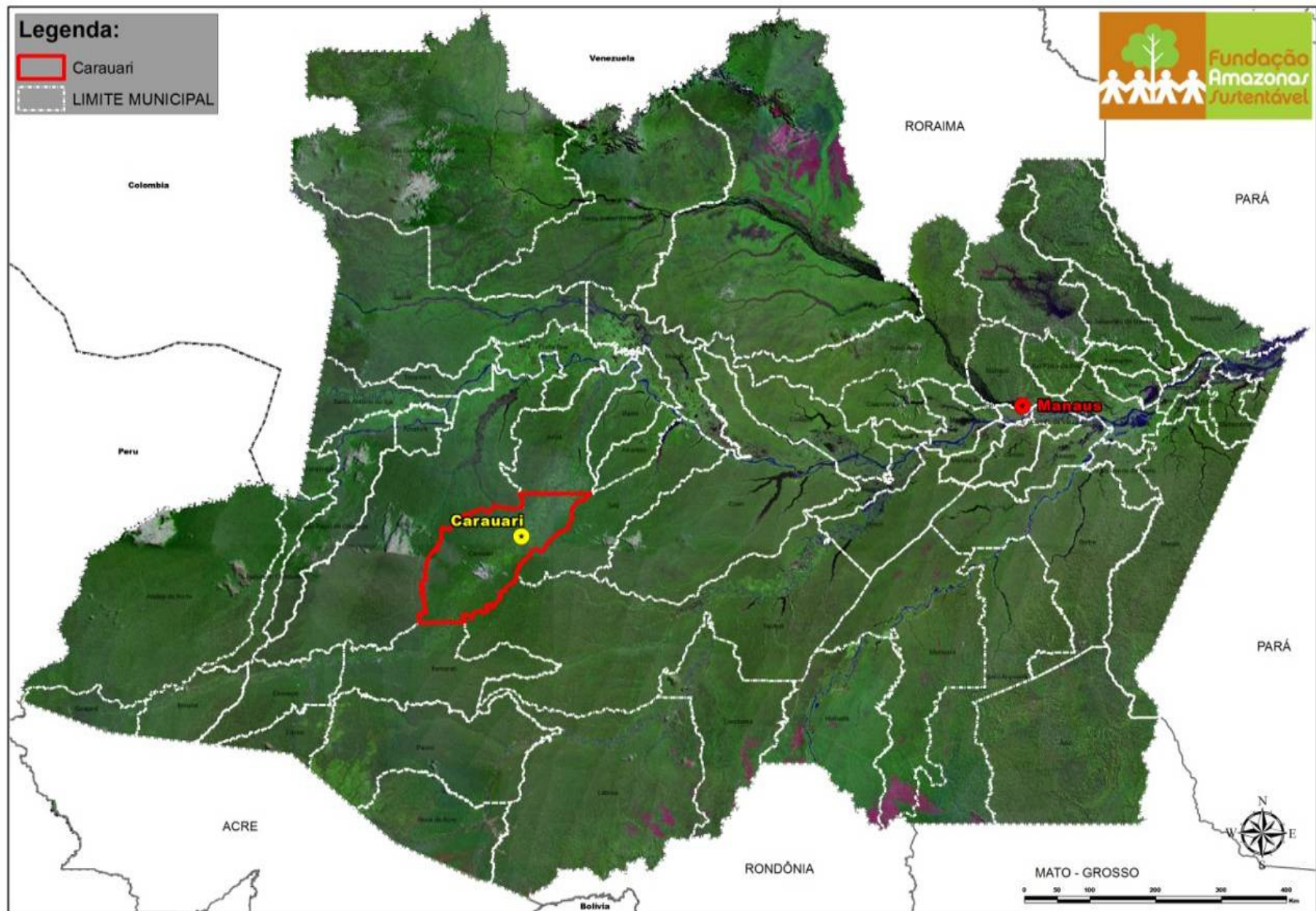


Figura 27 – Estado do Amazonas com foco no município de Carauari
Fonte: FAS, 2011

Na região do médio Juruá, os extrativistas (os ex-seringueiros) despertam para a organização social em comunidades rurais, a partir das ações da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do MEB no início da década de 1980, além dos eventos em nível regional e nacional, que organizavam os seringueiros da Amazônia, sobretudo do Acre e Amazonas. O isolamento geográfico da região, a falta de formação e informação aos seringueiros e seus filhos são fatores que levam estes trabalhadores nesta região a enxergar, somente mais tarde, que a organização social tem forças de derrotar até mesmo regimes como o estabelecido nos seringais da Amazônia.

Com o início do movimento socioambiental, passa-se a uma nova concepção de ação, agora organizada, com clareza, de forma geral, de que as organizações dispõem de uma determinada estrutura hierárquica em que os entes sociais ligados a esta são orientados a certos objetivos, caracterizando-se por uma série de relações entre seus componentes: poder, divisão do trabalho, motivação, comunicações, etc. Contudo as mudanças sociais constantes modificam as formas culturais dos grupos, e entendê-las possibilita compreender os comportamentos culturais do indivíduo, bem como de seus anseios; este fora o norteamento das ações na região, a partir de um novo paradigma baseado na luta social em prol da coletividade e da melhoria da qualidade de vida das pessoas no médio Juruá, por meio do uso dos recursos naturais de forma equitativa e sustentável.

BOX 3 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ORGANIZAÇÃO SOCIAL – Para Dias (2003, p. 48), “uma organização pode ser modificada em função da situação política e econômica do país”, e, no caso da organização social, esta se modifica também em função das interferências sociais existentes no meio cultural, onde se pode destacar a cultura entendida no seu sentido mais amplo possível – formas de pensar, ritos, costumes, danças, inserção de novas tecnologia, etc. No Brasil, influenciadas pelo modelo europeu e americano, desde a década de 1980, muitas organizações começaram a entrar numa nova etapa do desenvolvimento capitalista, onde rápidas, constantes e profundas mudanças – científicas, tecnológicas de mercado e de valores – exigem uma grande capacidade de adaptação e inovação, e um maior compromisso dos membros da organização com as metas e objetivos desta. Os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que passam a

educar, trazem consigo avanços perigosos, por exemplo, modificando, na vida de uma comunidade da Amazônia, o seu jeito de ser, trocando as conversas de vizinhos, as reuniões comunitárias de planejamento e avaliação de seu cotidiano pela novela das oito, o ajuri²⁸ pelo jogo de sinuca na casa comunitária, etc. Para entender melhor o tema organização, vale enfatizar que a organização deriva do grego *organón* e significa uma ferramenta ou instrumento, que neste sentido, as organizações podem ser entendidas como instrumentos utilizados pelo homem para desenvolver determinadas tarefas, não possíveis para um indivíduo em particular (DIAS, 2003, p. 30), ou seja, é um meio utilizado por vários indivíduos que, apesar de terem interesses diversos, se unem pelos objetivos comuns, para conquistar resultados que individualmente não conseguiriam ou que se tornaria muito mais difícil sua conquista. Registra-se historicamente a existência de organizações com os mais diferentes tamanhos e condições, conforme sejam a cultura dos povos, a disponibilidade dos recursos naturais, as oportunidades comerciais e a distribuição de poder. Desde o início dos tempos, os seres humanos tendem a se reunir em sociedades/organizações mais amplas do que os núcleos familiares, até chegar ao Estado Moderno. Daí, a necessidade da vida em grupo, em comunidade. O exemplo claro do que os seringueiros da década de 1970 e início de 1980 fizeram nesta região: uniram-se para ser um instrumento de luta contra a opressão do sistema político e patronal da época. Para Drucker (1998), organização é um grupo humano, composto por especialistas que trabalham em conjunto, em uma tarefa comum, e que portanto, uma organização não é concebida e baseada na natureza psicológica dos seres humanos, nem em suas necessidades biológicas (p. 38). A organização surge da necessidade de unir interesses comuns para que os obstáculos se tornem mais fáceis de serem superados, e que as ações não podem se deixar levar pela natureza psicológica individual das pessoas nem por suas necessidades individuais, mas coletivas, objetivos pelos quais nasceu a organização. E unicamente por se tratar de interesses coletivos é que se considera organização. Assim, Drucker (1998) conclui que as organizações se originam da união de diversas pessoas, que se reúnem na busca de objetivos comuns claramente definidos, por um prazo que pode ser determinado ou não, mas que segue a coerência dos objetivos buscados pelos componentes desta. Através dessa união, espera-se atingir resultados melhores do que aqueles que seriam possíveis se estas mesmas pessoas atuassem isoladamente (p. 45). Ao nascer da necessidade humana, elas precisam ter, em seu quadro, pessoas que lutam realmente pelos mesmos ideais, com clareza absoluta do coletivo e ter clareza dos objetivos e metas, pois estes são seus rumos norteadores. Se uma organização nasce sem traçar claramente seus objetivos e metas, se tem em seu quadro indivíduos com pensamentos egocentristas, não alcançará resultados satisfatórios, e talvez não consiga sobreviver. Este tem sido o mal que tem levado inúmeras organizações a não darem certo, por não terem clareza de seus objetivos e individualidade na tomada de decisão. Entender os modos de condução interna, as fragilidades, etc., são especificidades que precisam ser estudadas, e que por isso há necessidade de estudar o processo de organização comunitário ribeirinho na região do médio Juruá, buscando perceber os fatores que possibilitaram as modificações internas. Segundo Zimmermann (2004), os novos modelos organizacionais têm hierarquias planas, aproveitando a inteligência dos próprios membros do sistema, orientados para o cliente e alianças com outras organizações em intercâmbio pluralistas entre organizações públicas e privadas (p. 17). A liderança precisa ter possibilidades e ser incentivada, dentro do grupo, a desenvolver o aspecto de liderar, e a organização deve ter na sua estrutura abertura para possibilitar tal questão. Além disto, atualmente as alianças e parcerias com outras instituições da esfera pública ou privada

²⁸ - Ajuri, neste caso e nesta região pesquisada, é entendido como o momento de celebração religiosa dominical. Em outros locais, é conhecido como o movimento comunitário rural realizado de forma coletiva, que também é conhecido – na região do Juruá, pro exemplo – como mutirão comunitário.

apresentam saídas saudáveis ao bom desempenho da organização adaptada à modernidade, visando ao crescimento coletivo. Contudo, enquanto se percebe uma reorientação do Estado, possibilitando uma participação da sociedade civil nas questões públicas, enfrenta-se problemas organizacionais nestes setores, o que dificulta a conquista delas, bem como a inserção nos espaços de decisão. As organizações atravessam diversas fases de suas vidas em velocidades diferentes, desde o seu nascimento e fundação necessários à sua consolidação e institucionalização e, em muitos casos, à sua dissolução.

A história da organização das populações extrativistas demonstra um pouco do que se viu até aqui, pois, enquanto organização social, na região do médio Juruá, os registros apontam para o início de um trabalho pioneiro ainda em meados da década de 1970, mas ganha forças, somente no início da década de 1980, com a expansão da luta, a partir do Acre para toda a Amazônia, tendo por base uma demanda social coletiva dos seringueiros da região, que, por um lado, eram escravizados pelos seringalistas e não eram atendidos por nenhuma política pública governamental. Assim, o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Igreja Católica, na pessoa do Pe. João Derickx, buscam organizar as famílias que moravam nos seringais mais distantes possíveis e isoladas em comunidades, e assim criarem uma organização social sólida o bastante para combater a opressão dos patrões (seringalistas) aos seringueiros.

A presença do MEB foi fundamental na formação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), termo adotado pela Igreja Católica em todo o país, dando origem a uma forte organização social ribeirinha na região, apesar de, no período, o governo local ser totalmente conivente com a exploração feita pelos patrões e não dispunha de nenhuma política pública em prol do povo que habitava as margens dos rios e igarapés. Com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ainda em 1981, a luta pela organização ganha forças, apesar dos constantes conflitos com patrões e com o próprio governo municipal.

Em 1985, discutiu-se, nacionalmente, pela primeira vez, a questão da Reserva Extrativista, tendo por base o desenvolvimento sustentável, durante um encontro de seringueiros em Brasília. Em outros estados da Amazônia, o grande objetivo era conter a ação

de grandes grileiros de terras, fazendeiros, etc., enquanto que no Amazonas, especialmente em Carauari, região do médio Juruá, o grande objetivo era garantir a floresta em pé, utilizando-a de forma sustentável, a partir da utilização racional e tradicional dos povos que habitavam a floresta, garantindo aos extrativistas o direito legal da terra em que viviam e produziam. Este modelo nada mais era do que uma forma diferente de reforma agrária, proposta pelos seringueiros da Amazônia, que teve como figura principal Chico Mendes, mas outros nomes foram fundamentais no processo, tais como, Jaime Araújo, primeiro presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, amazonense de Novo Aripuanã, mostrando que o Amazonas foi primordial neste processo do socioambientalismo na Amazônia.

No I Encontro Nacional dos seringueiros da Amazônia, diversas lideranças e seringueiros da região do médio Juruá estiveram presentes, em Brasília, e depois em Manaus e Rio Branco. A organização ribeirinha era forte o suficiente para acabar com o modelo patronal que escravizava os seringueiros.

Para quem sonhava com vida melhor no seu local de origem, a floresta, restava-lhes lutar contra o poder dos patrões e do sistema político da época, como é narrado no livro do Pe. João Derickx: *Juruá o rio que chora*. Com o incentivo dado por outras lideranças deste movimento da Amazônia que iniciava uma busca de reconhecimento em nível nacional, os seringueiros desta região sentem-se fortalecidos, e ajudados pelo Sindicato, MEB e a Igreja Católica, travaram brigas judiciais com os patrões, cujas consequências foram danosas para eles com a ocorrência de prisão de seus líderes, além de ameaças de morte.

Segundo o depoimento do Elson Pacheco da Silva²⁹,

os patrões tinham o apoio de políticos da época e de um Sindicato patronal, do qual era presidente o Deputado Vinícius Conrado. Estes políticos eram eleitos pelos poucos seringueiros que votavam, que eram colocados numa

²⁹ - ex-seringueiro (atual coordenador regional do CNS) que chegou a ser preso e jurado de morte pelo então patrão do seringal Independência, atualmente comunidade Gumo do Facão, localizada na RESEX do médio Juruá (UC Federal).

canoa a mando do patrão, e conduzidos por uma pessoa de sua confiança para votarem em quem o patrão determinasse. Desta forma o sistema patronal e o político era uma verdadeira máfia contra os seringueiros (Elson Pacheco coordenador regional do CNS em Carauari, Carauari, 2011).

Nesse período, já com as 04 (quatro) primeiras comunidades ribeirinhas organizadas por meio da significativa ajuda do STR, foi criada a Associação dos Produtores Rurais de Carauari – ASPROC (Figura 20), que passa a vender a produção dos comunitários na cidade e lhes fornecer mercadorias por um preço acessível, uma forma de acabar com a dependência dos patrões e regatões.

A ASPROC mantém-se organizada até final dos anos 90, algo demonstrado pelo alto índice de participação dos comunitários e das lideranças nos encontros de discussões populares, nas assembleias gerais, etc., resultando na conquista de políticas públicas importantíssimas para o povo ribeirinho, principalmente a partir de 92, quando é eleito um novo grupo político, que provocou a fragilização dos patrões e oportunizou a presença da educação formal para os ribeirinhos.

É importante destacar que, durante todo o período de luta dos seringueiros contra os



Figura 28 – Monitora ministrando aulas de Alfabetização de Jovens e Adultos
Fonte: MEB, 1983

patrões, nenhum de seus filhos chegavam a frequentar a escola, pois se tratava de uma regalia somente concedida aos filhos dos patrões, que saíam dos seringais ainda crianças para estudar nos grandes centros urbanos da

época, como Manaus, Belém, e daí para a

Europa, de onde retornavam “doutores”. Os

filhos e filhas de seringueiros estavam fadados a ser seringueiros, até mesmo porque os pais nunca tiravam saldo anual, fechavam todo ano no vermelho, devendo ao patrão e, assim,

tinham que trabalhar mais para ver se lhes sobrava algum saldo, e, então vir, para a cidade tentar a sorte e conquistar o sonho de colocar seus filhos na escola.

A primeira educação recebida pelos seringueiros nesta região foi por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) aplicada pelo MEB junto às comunidades. Alguns seringueiros que tiveram a sorte de aprender a ler com parentes nos seringais buscavam ensinar as crianças, e assim alguns apenas alfabetizados foram monitores educacionais do MEB nas comunidades. As escolas construídas em alguns poucos seringais acabavam por servir de depósito para armazenar borracha e outros materiais entregues pelo Estado aos seringalistas para distribuírem aos seringueiros. Os patrões, por sua vez, vendiam estes produtos aos seringueiros, e ainda, por valores exorbitantes, uma demonstração de completa conivência do Estado com este modelo.

A organização social na região do médio Juruá teve seu ápice entre os anos de 1985 até final dos anos 1990, quando mudanças constantes levaram a um processo de declínio organizacional das comunidades, principalmente a partir de 2003, quando um grupo político que assumira o executivo municipal em Carauari começou a inserir lideranças no processo político, em cargos municipais, e assim, fraquejou o movimento socioambiental na região.

Apesar da criação da ASPROC, do apoio do STRC, MEB e Pe. João Derickx, peças fundamentais no processo de organização ribeirinha na região do médio Juruá, é claro o enfraquecimento organizacional a partir deste momento, não sendo possível perceber, nas comunidades, a reunião de trabalhadores com a mesma intensidade, não conseguindo encaminhar suas demandas com a mesma participação comunitária, modificando os rumos de um movimento que, até então, se mantinha solidificado, que foi capaz de acabar com a opressão patronal, que nesta região durou até final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

3.4 O PBF na RDS Uacari: um olhar dos seus moradores/beneficiários

As entrevistas constataram que, apesar de a RDS Uacari já estar em vias de completar 7 (sete) anos de criação, ainda há um elevado percentual de moradores que desconhecem o que é residir numa área de UC, bem como, o que concretamente significa esta área que equivale a 39% (Gráfico 1) dos (as) entrevistados (as). Além disso, outra questão que chama a atenção, mesmo porque o processo de criação da UC demonstra que houve grande discussão para sua instituição, é quanto aos objetivos que levaram à criação da UC, que também fica caracterizado de pouco conhecimento por parte dos moradores.

Apesar de o processo de criação da RDS Uacari demonstrar que o pedido de criação partiu dos moradores, este seguiu um procedimento institucional do órgão gestor que, considerando o desconhecimento dos moradores em relação à UC, seus objetivos e responsáveis por sua gestão, não caracteriza participação efetiva dos moradores no processo de criação.

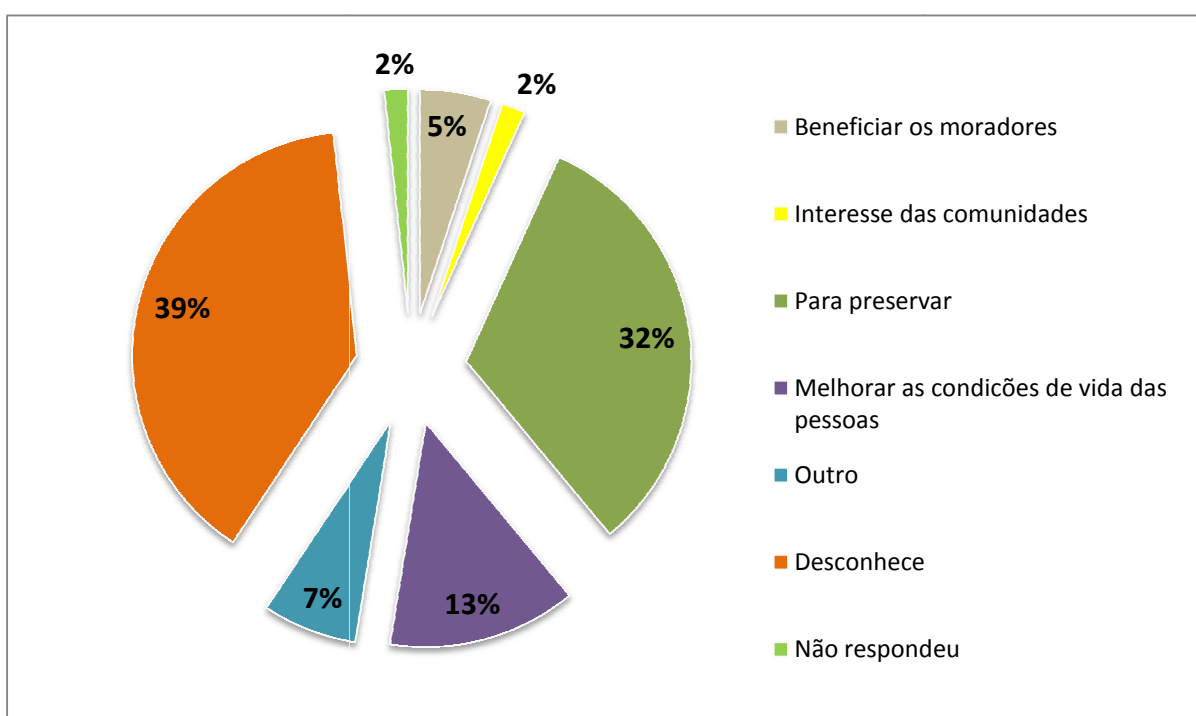


Gráfico 1 – Conhecimento dos moradores em relação aos objetivos de criação da UC
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Quando a questão diz respeito ao conhecimento dos moradores em relação ao órgão responsável pela gestão da UC, 44% desconhecem (gráfico 2), o que pode aí estar demonstrado o aspecto da ausência do estado do Amazonas, enquanto gestor das UCs estaduais, bem como nos processos e ações necessárias à implementação da UC, conforme previsto na legislação e ferramentas técnicas, tais como o Plano de Gestão da UC.

As ações nesta RDS só têm uma única fonte de financiamento que garante a realização das ações do planejamento anual que é o programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), conforme dados do CEUC (2011). Assim, este programa financiou todos os estudos iniciais para a criação da UC, elaboração do Plano de Gestão, bem como diversas outras ações; contudo, o ARPA está reduzindo seus investimentos nas UCs o que fragiliza a presença do órgão gestor. Assim, ações como o Programa de Monitoramento da Biodiversidade em UC (ProBuc), que têm forte envolvimento da juventude, bem como diversas outras que manteriam a presença do órgão gestor presente na UC, não têm como ser realizadas por falta de recursos financeiros e humanos.

Outro aspecto a destacar é que o modelo implementado não traduz os interesses das populações tradicionais (moradores da UC), e não levam em conta os processos culturais e sociais locais, uma vez que estes não participam dos processos de tomadas de decisão. E, segundo Leff (2006), a preservação das identidades étnicas, os valores culturais e as práticas tradicionais de uso dos recursos aparecem assim como uma condição para a colocação em prática de projetos de gestão ambiental e de manejo dos recursos naturais em escala local.

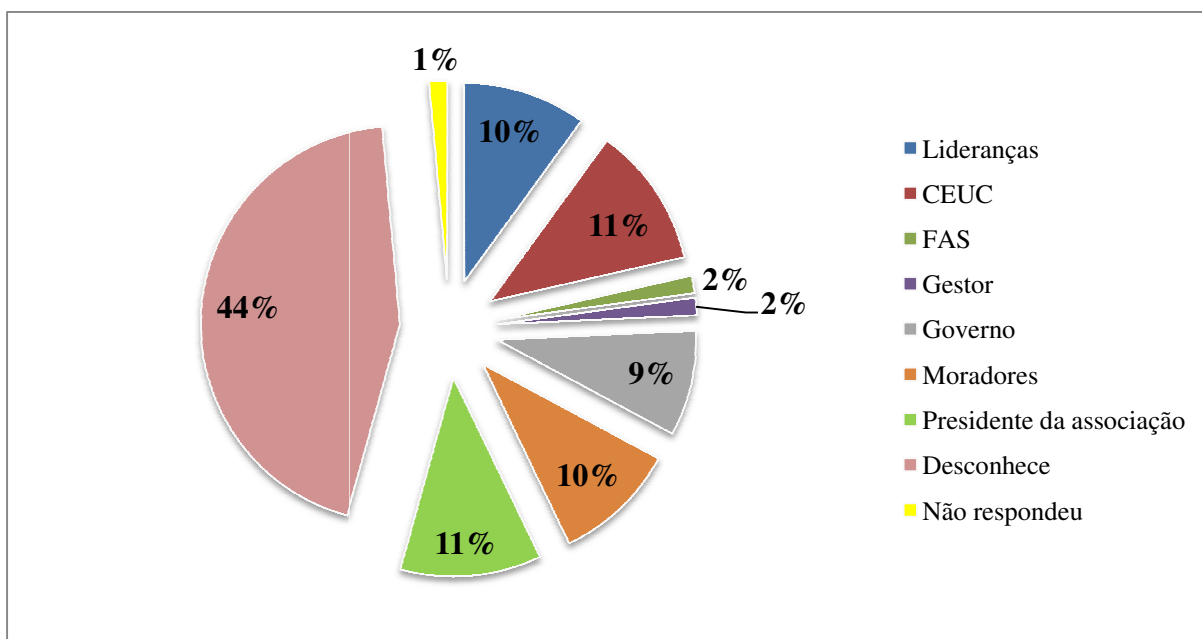


Gráfico 2 – Conhecimento dos moradores sobre o responsável pela UC
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Com relação à discussão sobre o Bolsa Floresta, procurou-se inicialmente fazer uma contextualização da temática, buscando lembrar-lhes as visitas dos técnicos da FAS na comunidade, bem como as explicações dadas por eles aos comunitários quando da realização do cadastro das famílias. Em outras palavras, buscou-se perceber o grau de conhecimento que estas famílias tinham do PBF como um programa de PSA desenvolvido na UC (Gráfico 3).

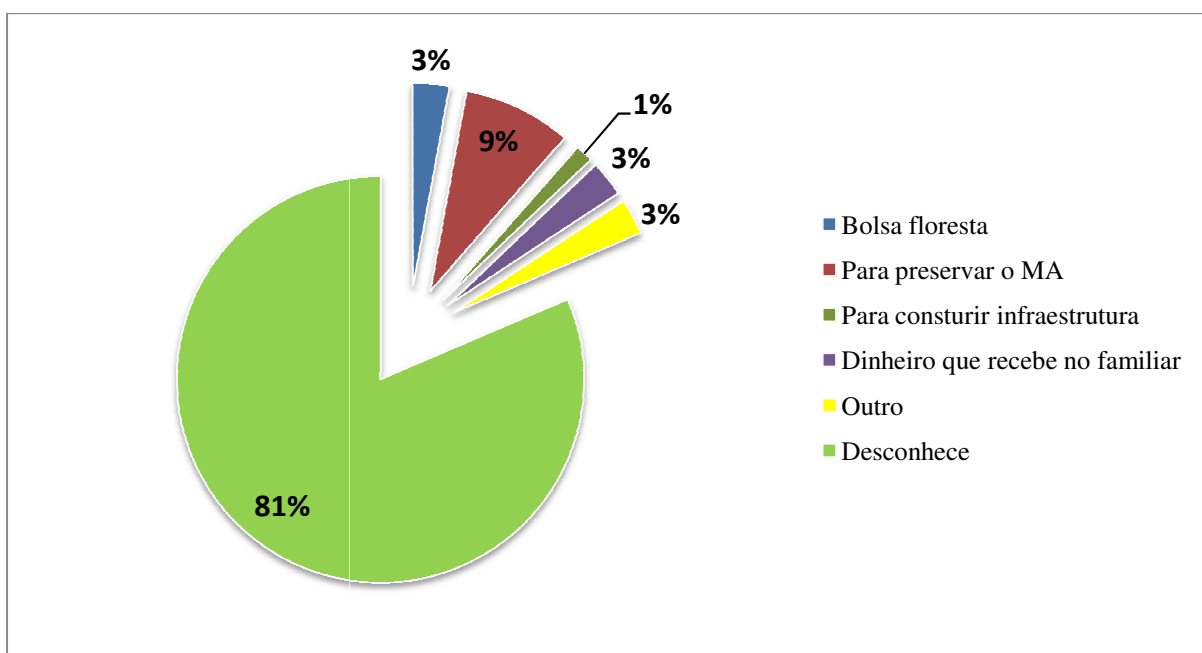


Gráfico 3 – Conhecimento dos moradores da UC sobre PSA
Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Apesar de as famílias não compreenderem que, por trás do PBF, há um contexto maior de discussão em nível mundial, em que elas estão envolvidas: a mercantilização dos produtos e serviços ambientais – que se baseia em explorar as funções do ecossistema e não mais somente as matérias-primas neste contidas –, que as florestas onde eles residem produzem, quando perguntadas sobre a importância do PBF, as famílias beneficiárias destacam que o mesmo tem importância, sobretudo, porque ajuda na renda familiar.

O Bolsa Floresta é importante por que ajuda na compra das coisinhas de casa né. A gente junta o pouco que ganha com a venda de produtos na cantina, mais o bolsa família e consegue comprar o café, o açúcar, o sabão, essas coisas. Agora se desse pra aumentar seria melhor, por que esse valor de R\$50 reais é pouco pra gente que vive aqui nessa beira de rio (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Contudo, percebe-se que não há uma compreensão por parte dos moradores de que, por trás da mercantilização dos serviços ambientais, neste caso, o PBF, há um repasse de responsabilidade das grandes empresas em nível mundial às comunidades e famílias nas UCs, quanto aos níveis de poluição que estas empresas emitem na atmosfera.

Não há, também, nenhuma compreensão de que estas empresas, por meio de um programa público, com estratégias baseadas no REDD+, estão transferindo, às famílias nas UCs, uma responsabilidade por danos causados pela emissão de CO² na atmosfera, ao destacarem que estão pagando por este passivo. Trata-se de uma negociação que se dá entre o estado do Amazonas ou a FAS com grandes empresas mundiais, e que em nenhum momento as famílias residentes nas UCs são chamadas a participar; um exemplo é exatamente a composição do CA da FAS, já destacado anteriormente, que deveria ter a participação de um representante das UCs, uma vez que somente as organizações da sociedade civil que atualmente fazem parte deste CA é insuficiente, pois representam diante dos demais membros de outros segmentos, um menor peso nas tomadas de decisão.

Essas negociações se dão através dos tratados internacionais, onde as empresas podem “pagar” um valor irrisório às populações tradicionais, quando comparado aos exorbitantes lucros que têm, para continuarem poluindo, não reduzindo seus grandes lucros, mas forçando as populações tradicionais à pagarem uma conta que pertence às grandes empresas. Com isso, visam justificar os níveis de poluição, mas principalmente por se tratar de um modelo que em nenhum momento, se preocupa com a questão da desigualdade social e com o respeito aos aspectos culturais destas populações.

Exemplo disto é que apenas repassam recursos, sem discutir os níveis de desigualdades sociais que eles ajudam a proliferar e a fortalecer no mundo. O problema da questão ambiental na Amazônia não é econômico e muito menos cultural, é uma questão social, de desigualdade entre as pessoas, causadas pelos modelos de crescimento das grandes empresas que estão ajudando a financiar o PBF.

Baseado nesta questão, Candotti (2012), durante o Encontro de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira para a Rio +20, destaca que para as empresas envolvidas nesta concepção do REDD+, em que se baseia o PBF, há o seguinte entendimento: “eu produzo e emito CO², vocês conservam as florestas e depois compram os produtos que produzi com a emissão”. Trata-se de uma responsabilidade atribuída às populações tradicionais sem que elas tenham o direito de opinar.

Destacou-se que, entre os objetivos do PBF, está a melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiárias, pela erradicação da pobreza, pela diminuição das desigualdades sociais e pelo aumento do acesso à educação, à saúde, melhoria do IDH, etc. O que se percebe é que há, por parte dos beneficiários na RDS Uacari, um entendimento de melhoria com a chegada do PBF, mas como base de complementação da renda unicamente (Gráfico 4), o que não significa melhoria de qualidade de vida concretamente; mesmo porque, há uma clara insatisfação em relação ao valor recebido, haja vista que pra eles (as), o PBF familiar é o que

lhes chega de concreto em mãos, ou seja, os R\$50 reais, estando claro que não compreendem os demais componentes do Programa.

Além disto, ainda que se aumente o valor financeiro repassado às famílias, não significa que aumento de renda signifique melhoria da qualidade de vida; contudo, sem dúvidas aumentará os níveis de consumo destas populações e, conseqüentemente, os níveis de poluição devido aos resíduos gerados, fragilização dos processos culturais etc., o que para as empresas que financiam o PBF e para o mercado mundial que prevê o aumento de seus lucros, são fatores primordiais.

O valor econômico atribuído a conservação da biodiversidade (valor de seus recursos genéticos, valor sumidouro de carbono, valores cênicos e ecoturísticos) não correspondem aos valores materiais e simbólicos atribuídos a partir das diferentes culturas. Nenhum preço compensa a alienação e o desenraizamento produzidos pela destruição das identidades étnicas. Que valor de mercado tem a equidade, a democracia, a qualidade de vida? (LEFF, 2006, p. 424 e 425).

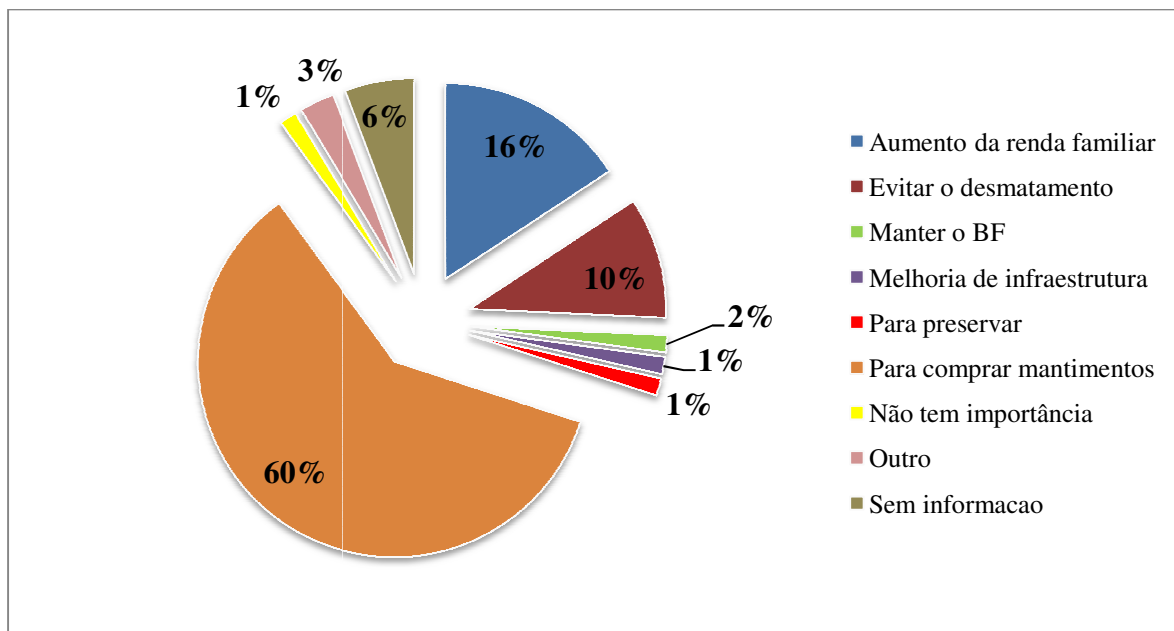


Gráfico 4 – Importância do PBF para os moradores
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Este dado está estritamente ligado à condição socioeconômica das famílias que apresentam, na sua maioria, renda média mensal entre R\$150 e R\$500 reais (quadro 09).

RENDA MENSAL (MÉDIA) DA FAMÍLIA	Total	Percentual
R\$ 150-500	39	56%
R\$ 501-700	11	16%
R\$ 701-1000	8	11%
R\$ >1000	1	1%
Não respondeu	11	16%
TOTAL DE FAMÍLIAS	70	100%

Quadro 10 – Renda mensal familiar na RDS Uacari

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

É importante destacar que, neste valor informado, estão sendo consideradas todas as fontes de recursos financeiros que entram mensalmente no orçamento familiar, tais como, a produção comercializada, outros benefícios como aposentadoria, pensão, bolsa família, etc.

Foi constatado que, das 70 famílias pesquisadas, 232 pessoas ajudam na renda familiar, sendo que destas, 57% são homens e 43% são mulheres. Quanto à quantidade de pessoas na família, há uma média de 7 (sete) pessoas por família na UC, o que representa 52% das famílias entrevistadas (gráfico 5).

Um dos objetivos do PBF está exatamente em melhorar os índices constantes neste quadro, a partir do uso dos recursos existentes na UC, que possam gerar renda e melhoria da qualidade de vida, conforme previsto principalmente no Bolsa Floresta Renda. Contudo, este componente deve atentar, sobretudo, para atuar no apoio aos projetos de geração de renda tendo como base a aptidão local, a oferta de produtos, a existência do mercado consumidor, a viabilidade de escoamento, acompanhamento técnico aos projetos implantados etc., considerando a viabilidade da cadeia produtiva como um todo, evitando desperdícios de recursos financeiros, como se vem em diversos projetos de governos.

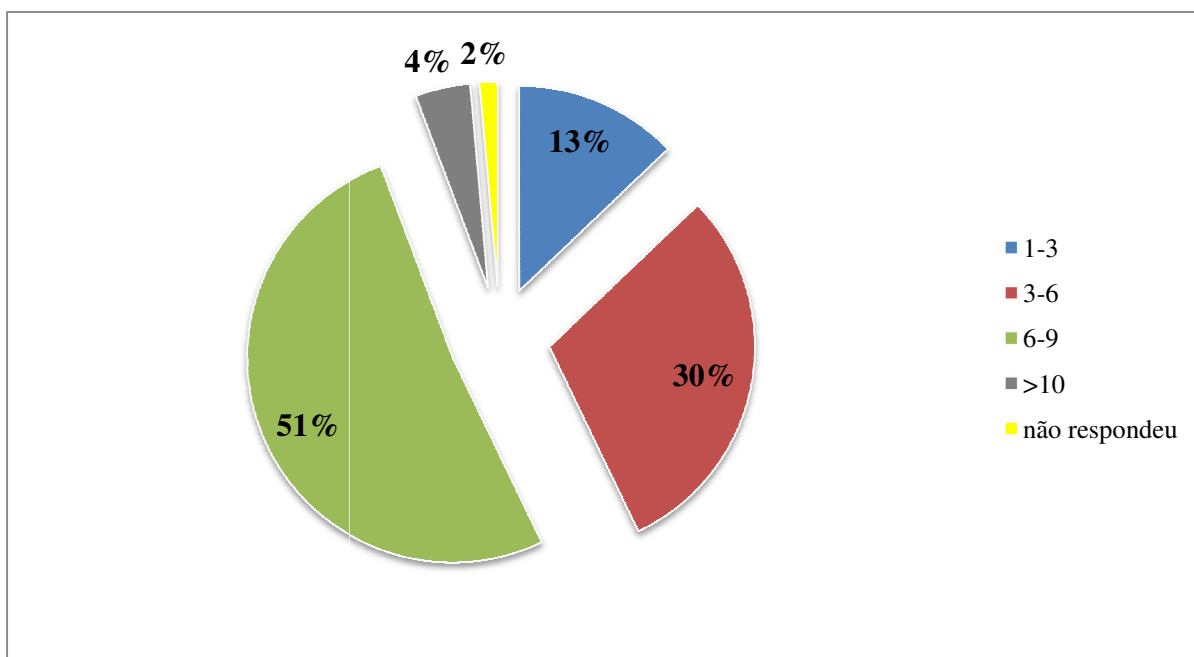


Gráfico 5 – Pessoas residentes na casa dos (as) entrevistados (as)

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

A média da renda per capita identificada na UC é de R\$275,00, considerada fora da margem de pobreza pelos dados do IBGE (2010), que caracteriza as famílias extremamente pobres como aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que têm em sua composição gestantes, nutrízes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. A produção econômica, o nível educacional da população que as preparam para as oportunidades do mercado de trabalho, as condições de saúde são alguns dos indicadores que afetam o bem-estar da população e são considerados para medir a linha de pobreza (Gráfico 6).

Neste aspecto, as famílias da RDS Uacari estão realmente fora dos índices considerados de pobreza, porém, há de se considerar a real situação em que vivem estas famílias, uma vez que diversas, principalmente as que não foram contempladas pelo Programa de reforma agrária do INCRA, não têm se quer, um local digno de moradia. Além disso, áreas como as de educação e saúde, que continuam sendo os principais fatores que levam as famílias a

migrarem para a sede do município, precisam urgentemente serem melhorados, pois chegam precariamente às áreas rurais, neste caso, nas comunidades da RDS Uacari.

E, nestes aspectos, entendemos que o PBF, por meio do Bolsa Floresta Social, tem papel importante, uma vez que se propõe a atuar em parceria com os municípios e estado do Amazonas, por meio das ações do CEUC, IDAM etc., na consolidação de modelos de educação e saúde capazes de atender à realidade das comunidades nas UCs. Para isso, precisa cada vez mais, partir de um olhar do que as famílias/beneficiárias do PBF almejam, de modo a implementar ações que atendam à realidade local, algo pouco percebido nas entrevistas com as famílias/beneficiários durante as entrevistas, dado o pouco conhecimento que têm do PBF.

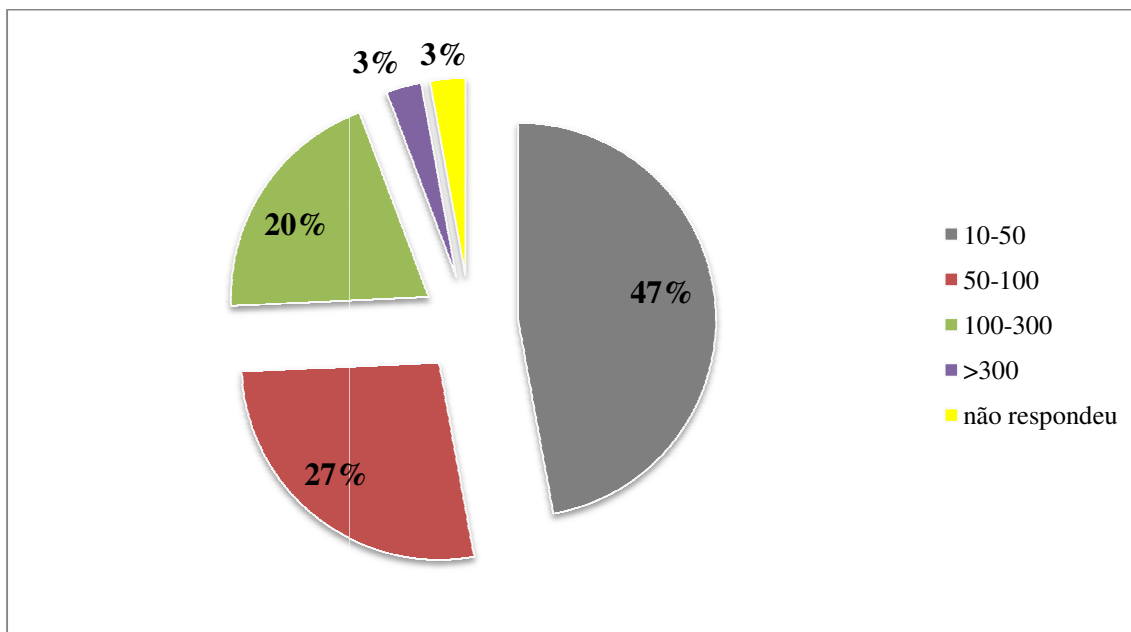


Gráfico 6 – Renda per capita familiar
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Ainda em relação ao conhecimento do PBF, foi perguntado aos (as) entrevistados (as) sobre o porquê de o governo ter criado este programa. De acordo com o resultado obtido, há um percentual de 40% (Gráfico 7) que atribuem como principal objetivo evitar o desmatamento.

Mesmo as famílias tendo participado de oficinas de capacitação para que pudessem ser beneficiados e de estarem participando de um programa de serviços ambientais que destaca, em seus objetivos, que há um envolvimento dos beneficiários/moradores nos processos de decisão, percebe-se um desconhecimento por parte das famílias/beneficiários do PBF, o que nos leva a entender que, apesar de estarem presentes nas oficinas iniciais para inserção no programa, as famílias não participaram efetivamente a ponto de entender tal programa, mesmo porque o fato de estar presente não significa entendimento e participação.

Neste aspecto, é importante que sejam readequadas as metodologias das oficinas que a FAS executa, de modo a facilitar a participação das pessoas e, conseqüentemente, sua compreensão em relação ao PBF.

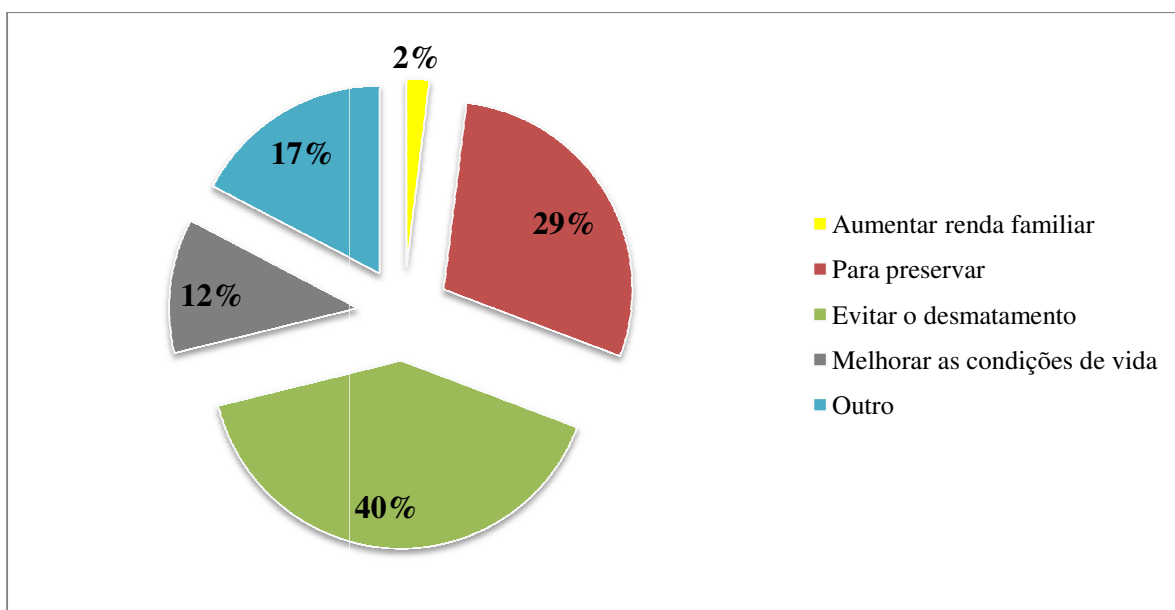


Gráfico 7 – Conceção dos moradores sobre os objetivos do governo do Amazonas ao criar o PBF

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Na mesma linha de argumentação dos moradores quanto ao PBF, foi perguntado quanto ao conhecimento da instituição responsável pela execução do programa, constatando-se que mais de 50% dos (as) entrevistados (as) desconhecem ou, pelo menos, não conseguem relacionar a lógica funcional do PBF na UC (Quadro 10), sendo assim atribuído à execução a

peessoas que mais comumente estão na UC. Mais uma vez, este é um forte indício de que não conhecem o Programa, apesar de relatarem que participam das oficinas anuais do PBF. Esta mesma análise quando feita com as lideranças se percebe um domínio. Este é um indicativo de que as lideranças não representam as comunidades em sua totalidade ou têm dificuldade de repassar o que recebem de conhecimento nos encontros regionais às suas bases.

	Total	Percentual
AMARU	3	4%
FAS	18	26%
Governo	5	7%
Moradores	6	9%
Desconhece	36	51%
Não respondeu	2	3%
TOTAL	70	100%

Quadro 11 – Conhecimento dos (as) entrevistados (as) em relação à instituição que executa o PBF nas UCs
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Quando as famílias beneficiárias do PBF foram perguntadas quanto as empresas que mantêm o PBF, 45,7% dos (as) entrevistados (as), citaram o governo, o que é baixo percentual de conhecimento de um programa “tão importante” como é citado pelo estado do Amazonas e pela FAS, quando considerado que 37,1% (quando somado os que responderam que desconhecem e os que não responderam).

Diante disso, há necessidade de que sejam aperfeiçoados os métodos de repasse de conhecimento relacionados ao programa para os moradores/beneficiários, se realmente o objetivo for de garantir participação e valorização das pessoas nos processos de tomadas de decisão, uma vez que se deve considerar que não se pode tomar decisão eficiente sobre o que não se conhece.

FONTE (R\$) DE RECURSOS DO PBF	Total	Percentual
BNDES, BRADESCO, COCA-COLA, GOVERNO	1	1,5
BNDES, BRADESCO, COCA-COLA, SAMSUNG E HRT, GOVERNO	1	1,4
BNDS	1	1,4
COCA-COLA, BRADESCO	2	2,9
COCA-COLA, BRADESCO, GOVERNO	2	2,9
COCA-COLA, BRADESCO, GOVERNO, HRT	1	1,5
FAS	1	1,4
FAS, COCA-COLA	1	1,4
GOVERNO	32	45,7
GOVERNO E OUTROS	1	1,4
GOVERNO FEDERAL	1	1,4
DESCONHECE	1	1,4
NÃO RESPONDEU	25	35,7
TOTAL	70	100%

Quadro 12 – Conhecimento dos (as) entrevistados (as) em relação às instituições que financiam o PBF nas UCs
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

No tocante à participação nas oficinas do PBF realizadas pela FAS na UC, percebe-se que o percentual de participação não corresponde ao que determinam as regras do Programa ao destacar que todas as famílias deveriam participar de todos os momentos de discussão para definição e implementação das ações na UC (Gráfico 10).

Além disso, o fato de terem estado presentes numa oficina, não significa que participaram ativamente das discussões, haja vista que não demonstraram conhecimento quanto as concepções do PBF, bem como sua funcionalidade, etc.

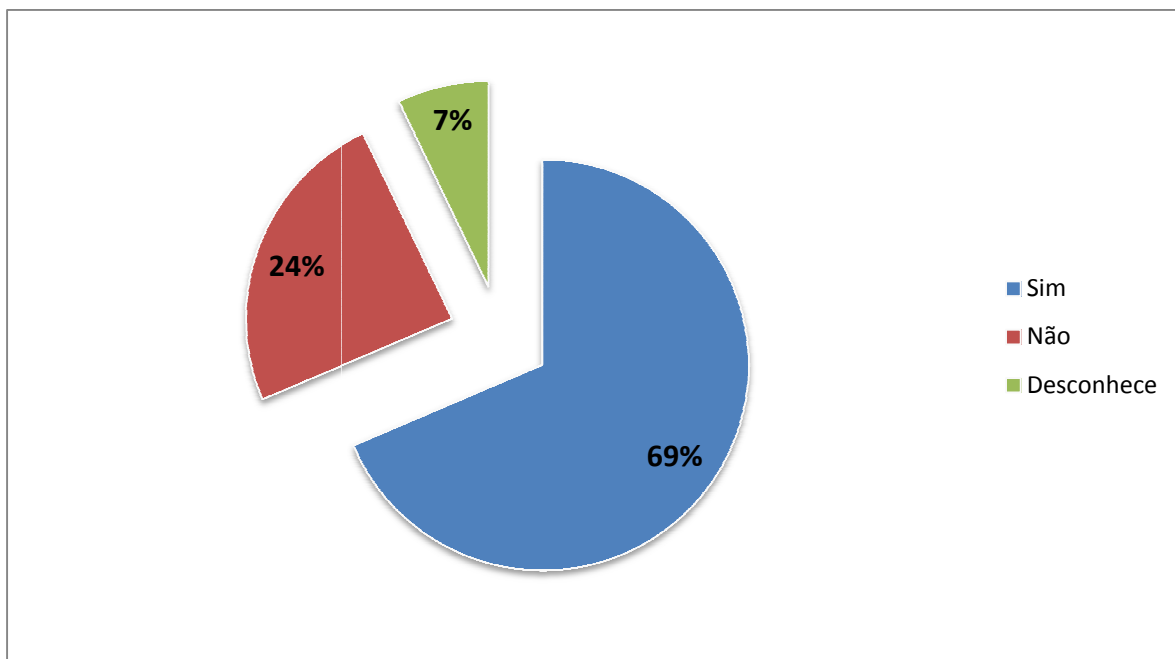


Gráfico 8 – Entrevistados que já participaram de oficinas do PBF

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Dos pesquisados, 69% responderam já ter participado das oficinas (Gráfico 8), donde se percebe que ainda há um número significativo de pessoas que não participam das discussões e implementação das ações, logo, a possibilidade de se estar definindo a implementação de ações que não correspondam à realidade das Populações tradicionais da RDS Uacari. Mesmo assim, 53% dos (as) entrevistados (as) relatam que os moradores decidem nas oficinas o uso dos recursos anuais do PBF na UC.

O Estado de agora não pode ser mais aquele que desconhecia a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou dos interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais como os movimentos populares urbanos e rurais. O planejamento de agora não pode mais ser aquele normativo e tecnocrático, em que alguns planejavam para muitos e justificavam necessidades criadas a priori. As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que definiam autoritariamente metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social (STEINBERGER, 2006, p. 30).

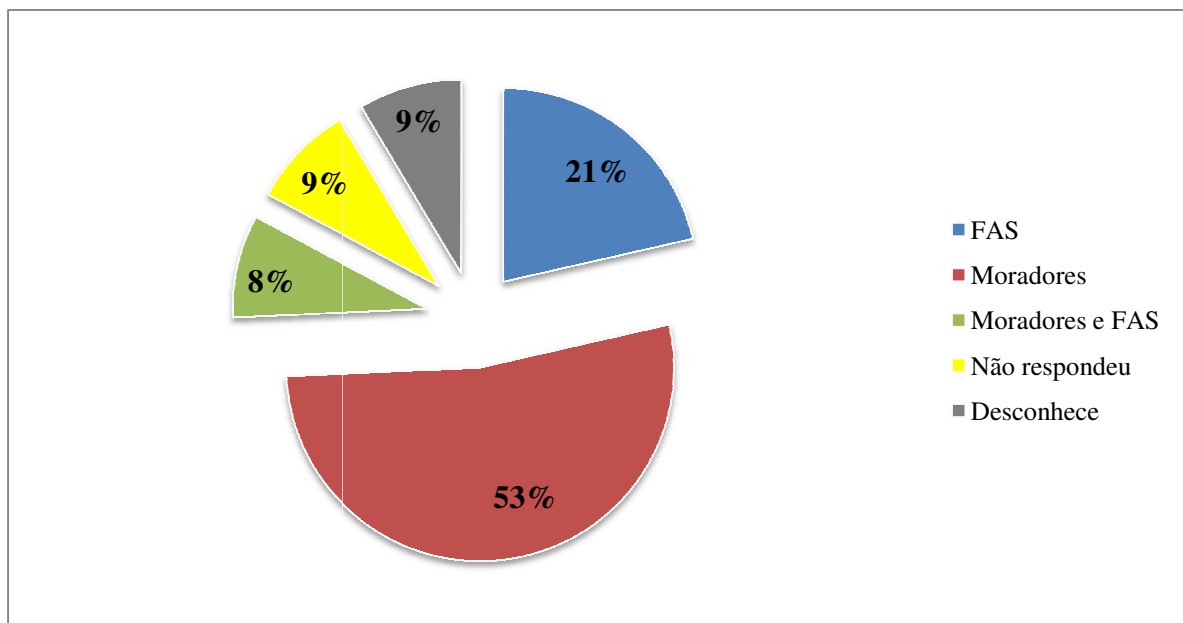


Gráfico 9: Tomada de decisão sobre os recursos anuais do PBF na UC

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

O percentual de entrevistados (Gráfico 9) que relatam ser a Fundação quem decide o uso dos recursos demonstra que precisam ser utilizadas metodologias e estratégias que possam garantir maior participação das pessoas no processo de decisão, uma vez que nestes processos,

a participação das pessoas é vista como algo positivo; contudo, este argumento pode ser usado com o propósito de transformar o sistema atual ou simplesmente de manter o *status quo*. De fato, a participação quando feita de maneira acrítica, pode respaldar propostas de cima para baixo, paternalista ou equivocada. O fato de serem chamados para uma decisão, não quer dizer que os indivíduos tenham possibilidade de uma participação plena. Assim, a participação, para ser transformadora, exige um processo gradual de crescimento e integração. De maneira simplificada, existem dois tipos básicos de participação: Mobilização, que é o envolvimento da comunidade na execução de uma ação, como, por exemplo, os mutirões de limpeza que várias prefeituras promovem. Na mobilização, em geral, as comunidades não participam do planejamento das ações e não melhoram sua situação de autonomia para implantar melhorias e o empoderamento que é o aprendizado da comunidade em maneiras de melhorar sua situação e a melhoria efetiva da posição das pessoas em relação a outros setores, ou seja, é um processo contínuo que fortalece a autoconfiança dos grupos populacionais desfavorecidos, os capacita para a articulação de seus 180 interesses e para a participação na comunidade facilitando o acesso aos recursos disponíveis e o controle sobre esses, a fim de que possam levar uma vida autodeterminada e

auto-responsável, participando no processo político (ARAÚJO, 2007, p. 179-180).

Quando se referem às ações, projetos, etc., implementados pelo PBF, os (as) entrevistados (as) afirmam, em sua maioria, que está atendendo aos anseios locais dos moradores/beneficiários do PBF, mas destacam questões mais urgentes para serem implementadas tais como parcerias deste Programa com demais setores do governo para melhorias nas áreas de saúde e educação, principalmente, bem como na qualificação técnica de jovens e adultos, visando profissionalizá-los para um mercado com base na realidade local.

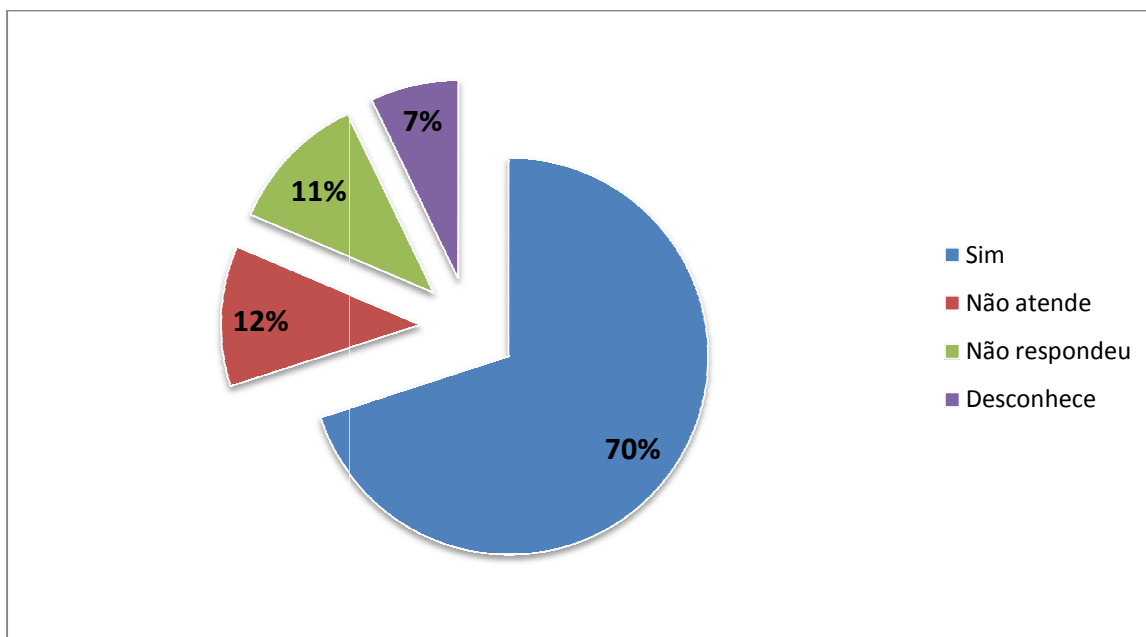


Gráfico 10 – Decisões das oficinas anuais no atendimento às demandas comunitárias de acordo com os (as) entrevistados (as).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

A instituição do PBF nas UCs condiciona as famílias a um desmatamento zero, por meio da assinatura de um contrato para cada família cadastrada, mas que concretamente não se cumpre, pois não há monitoramento das ações por parte da FAS em verificar no campo o aumento ou não destas áreas desmatadas. Condicionar as famílias a uma nova rotina, força-as à adoção de uma condição voltada a mudanças de processos culturais em troca de ganhos

financeiros, por meio de repasse de recursos, equipamentos e ações, mas que não sendo monitorado se há como medir melhoria da qualidade de vida e muito menos se as áreas desmatadas aumentaram ou não.

Por outro lado, ficou claro que as famílias conhecem apenas o componente familiar do PBF, pois é o que chega às suas mãos. Não se consegue avaliar com precisão o que não se conhece, o que pode ser estratégico, pois há muitos interesses, recursos, marketing e ganhos das empresas com os serviços ambientais sendo negociados em nome destas famílias.

Relacionados ao discurso das mudanças climáticas e dos diversos conceitos surgidos em torno de tal concepção, tal como o PSA, diversos teóricos questionam a ênfase a projetos e programas científicos com fins de manter modelos político e econômicos instituídos. Ainda que todas as concepções defendidas em torno desta concepção das mudanças climáticas possam ser verdade, não é menos verdadeira a gravidade dos problemas sociais e da decadência de princípios éticos humanistas, ao considerar apenas aspectos econômicos nos processos de valoração dos serviços ambientais. Neste sentido, Bourdieu (1985) destaca que

abraçar a verdadeira ciência significa fazer a opção, deveras ascética, de dedicar mais tempo e esforço ao exercício das descobertas teóricas, aplicando-as a novos projetos de pesquisa, em vez de prepará-las, de certas formas, para a venda, recobrando-as de metadiscurso, destinado menos a verificar o pensamento do que a divulgar a sua importância e valor ou evidenciar imediatamente suas vantagens, fazendo-as circular nos incontáveis eventos que a era dos jatos e das conferências oferece ao pesquisador narcisista.

A FAS realiza anualmente 3 (três) encontros de lideranças de UCs no sentido de discutir o andamento de suas ações, mas é um evento restrito a um grupo de no máximo 3 (três) lideranças por UC, quando o universo de famílias contempladas pelo PBF chega a mais de oito mil. Parte-se do princípio de que, com estes encontros anuais, as lideranças possam disseminar as discussões junto aos moradores em cada UC, mas isto não ocorre em função de

diversos fatores, tais como, as imensas extensões geográficas entre as comunidades, os elevados custos de logística para a realização de constantes visitas a estas comunidades, a limitação da formação escolar da maioria das lideranças e, principalmente, as dificuldades de comunicação entre estas e as comunidades, etc.

Desta forma, estas discussões ficam restritas a estas lideranças, o que reflete, inclusive, no que se constatou durante a pesquisa: estas lideranças realmente têm um conhecimento e um olhar mais crítico e de funcionalidade do PBF, mas que não conseguem multiplicar estas informações na UC para as famílias. Além disso, com a troca de diretorias das associações, há necessidade de se começar todo um trabalho de capacitação novamente, porque como não há uma socialização das informações constantemente entre as lideranças, há uma descontinuidade dos processos.

Considerando ainda os elevados custos financeiros para se trazer as lideranças de todas as UCs do estado do Amazonas até Manaus, mantê-los em Manaus com hospedagem, alimentação, deslocamento, etc., seria, sem dúvida, muito mais proveitoso deslocar uma equipe técnica para trabalhar em cada UC estas questões envolvendo um público muito maior do que somente estas lideranças, sem contar que poderia, com isto, estar proporcionando a qualificação e aperfeiçoamento de novas lideranças para atuação na sua organização local.

Os projetos e programas instituídos na concepção de desenvolvimento sustentável, visando à melhoria da qualidade de vida devem considerar que

a realidade social de um número significativo de nações, se pensarmos em termos de desenvolvimento das economias nacionais e de amplos setores da população mundial, demonstrada, inclusive, pelos dados do próprio Banco Mundial, é marcada pela preponderância de baixas rendas, por níveis inaceitáveis de acesso à saúde, por altos graus de subnutrição e de altas taxas de mortalidade infantil, por baixos níveis de escolaridade e por baixas quantidades de consumo diário de proteínas... não se encontram em curso projetos com viés social que visem corrigir as grandes diferenças, no que se refere aos padrões de vida entre indivíduos e entre as as nações. O próprio marco teórico da sustentabilidade não relaciona os problemas ambientais com as relações sociais e não leva em conta as questões das desigualdades, o

que compromete a efetividade da proposta de equidade feita no âmbito do modelo de desenvolvimento sustentável (FERNANDES, Marcionília e GUERRA, Lemuel, 2006, pp. 131,132-133).

Contudo, parece não ser este o interesse do programa: trabalhar o fortalecimento, o surgimento de novas lideranças, qualificar tecnicamente jovens e adultos nas UCs, e isto tem levado a investimentos de recursos em questões que não têm gerado os resultados esperados, sobretudo por se estarem cometendo os mesmos erros de outros programas públicos: investir recursos em projetos e ações sem avaliar a capacidade de gestão das pessoas, sem acompanhamento técnico das ações, sem análise do potencial produtivo e viabilidade da cadeia produtiva de produtos apoiados na geração de renda, sem elaboração de plano de negócios, etc.

A FAS preconiza realizar ações de alta qualidade, mas para isso precisa investir mais na qualificação técnica de seu quadro, aumentar a quantidade de técnicos de campo ou firmar parceria com quem assim possa atuar, para acompanhamento técnico dos projetos, e principalmente, investir nas pessoas, qualificando-as para uma atuação eficaz na gestão das ações da UC. Para tal, precisa de um programa de qualificação das pessoas e não se preocupar com pequenas capacitações de dois ou três dias. Estas medidas podem garantir que as pessoas continuem nas suas áreas sem precisarem ir para a cidade atrás de emprego ou de melhorar sua qualificação profissional ou continuar seus estudos, pois, manter essas pessoas numa UC com o discurso de manter a floresta em pé, sem concretamente haver melhoria de sua qualidade de vida não, de ações que concretamente valorize suas práticas tradicionais, não haverá eficiência de modelo de UC, nem muito menos de conservação de recursos, pois

ninguém preserva nada com um filho pendurado na beira da saia da mãe e da blusa do pai pedindo por alguma coisa. Isso provavelmente não é comida, nós da Amazônia, nós das populações tradicionais, nós não passamos fome de comida. Nossa fome, e nossa necessidade, é de política pública, é de calçar, é de vestir, é de se locomover de uma forma mais correta, por exemplo, ter o “rabetinha” para ir até sua área de produção e não ir mais de

remo se desgastando, chegando lá já cansado. É a presença desse conjunto de coisas: É uma educação diferenciada para que as comunidades possam aprender a conviver melhor com o meio ambiente e com a sustentabilidade; é a chegada das políticas públicas fazendo com que os dias da comunidade se tornem mais fáceis; é o mercado justo se aproximando do produto e da sua biodiversidade, que anteriormente não tinham valor. O valor era sempre para o atravessador e não para o extrator. A educação precisa ser melhorada para que prepare o jovem para voltar para sua comunidade, já que ela não tem condições de formar ele na própria comunidade. O nosso anseio, e estamos lutando pra isso, é que os jovens tenham toda condição de ensino no seu habitat natural e que a educação seja voltada pra que ele fique mais habilidoso para usar os castanhais, o peixe, toda biodiversidade e toda matéria prima. Tudo para agregar valor e poder botar de pé a palavra tão falada sustentabilidade, com a economia verde, com baixo impacto, com pouca emissão de gás poluente. É isso que nós queremos. Nós sabemos muito pouco de como lidar com a biodiversidade no sentido de transformá-la em recurso [econômico]. Nós sabemos lidar com ela para o nosso sustento, tirar para comercializar da forma tradicional, mas na hora de negociar, encontrar os mercados justos, isso é um mundo novo pra nós, lideranças que não fomos alfabetizadas dentro da floresta. Esse time novo da escola precisa aprender isso. A escola precisa ensinar isso. Eles não precisam estudar sobre hipopótamo porque nem aqui tem. Precisam estudar é sobre a anta, sobre o peixe boi, sobre o açaí, sobre o buritizal, sobre o andirobal, e de que jeito ele vai usar aquilo para as comunidades garantindo às presentes e futuras gerações. Essa é uma oportunidade que acreditamos que um programa de serviços ambientais, como é o Bolsa Floresta, precisa proporcionar aos extrativistas nas UCs (Manoel Cunha, Presidente do CNS, Manaus, pesquisa 2011).

A valorização dos serviços ambientais como aspecto econômico não deve deixar de considerar a condição social e os valores culturais destas populações tradicionais. A ocorrência de uma possível melhoria da qualidade de vida destas populações não pode ser usada como justificativa para as empresas mundialmente continuarem emitindo milhões de toneladas de carbono na atmosfera, para gerar riquezas para alguns e manter outros em condição de pobreza.

A participação comunitária não é somente uma reivindicação política das populações ribeirinhas, “é também uma condição *sine qua non* para um modelo de desenvolvimento sustentável” ARAÚJO (2007). A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) destacou a necessidade de incorporar todos os sujeitos sociais no

processo de desenvolvimento, destacando-se principalmente as comunidades locais e grupos indígenas.

Para se implementar tal corporação dentro das UCs, faz-se necessária a participação dos sujeitos em todos os níveis de decisões. Isso requer o conhecimento por parte das comunidades dos direitos políticos das associações, para a aplicação de mecanismos que permitam as comunidades, suas organizações fazerem ouvir suas preocupações, influenciando a tomada de decisões em todos os níveis. Isso supõe muito mais que uma mera consulta na hora de preparar os projetos a serem implementados dentro da reserva, mas um processo de capacitação em longo prazo, sem preocupação com os resultados quantitativos em curto prazo.

Contudo, em função dos níveis de educação das populações tradicionais, reconhece-se que a autêntica e total participação é complexa, mas não impossível. O intento de incorporar moradores dispersos, sem unidade social e com baixa educação formal, no processo de tomada de decisão, apresenta muitas dificuldades, mas que, em se tratando de um processo sério que tem compromisso com essas populações, busca-se sua implementação.

A autêntica e total participação significa que estas populações, por meio de suas organizações sociais, determinem e analisem as opções que devem eleger. O papel das instituições gestoras dos programas nas UCs deveria ser de facilitar e apoiar a gestão dos indivíduos e comunidades em vez de dirigir essa gestão. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que há necessidade de evitar uma mistificação do conceito de comunidade. Todas as comunidades são heterogêneas, e uma das responsabilidades do órgão ambiental responsável deveria ser impor medidas que impedissem que certos grupos de interesse tenham excessiva influência no processo de decisão, e, em particular, na distribuição de recursos e benefícios. Isso implicaria a implementação de um programa de capacitação de lideranças locais para a gestão das UCs serem feitas pelas comunidades e organizações representativas das populações

tradicionais, na abertura de lugares a serem ocupados em conselhos deliberativos estaduais, no CA do PBF, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar o papel da organização social ribeirinha no processo de implementação do PBF junto à RDS Uacari, bem como o olhar das populações tradicionais sobre o PBF como modelo de PSA no Amazonas. Além disso, perceber o entendimento que a população tradicional da UC tem do modelo de RDS e de PSA como iniciativas do estado do Amazonas, visando a um modelo de desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes na UC.

Para isso foi feita uma análise do modelo de UC instituído mundial e nacionalmente, mas com ênfase principalmente na Amazônia, de modo a compreender os processos como se dera a instituição, sobretudo, do modelo de desenvolvimento sustentável das UCs, e mais especificamente no Amazonas, a partir de um modelo instituído em 2003, com a instituição do PZFBV como modelo de desenvolvimento sustentável.

Diante disso, o que ficou constatado é que, pesquisar sobre o ambiente em que se está imerso e onde parte de sua história pessoal e praticamente toda a vida profissional se deu, foi desafiador, pois apesar da motivação de se avançar quanto a conhecimentos sobre o lócus, envolvendo as pessoas com seus modos tradicionais de vida, sua organização social, etc., houve difíceis momentos no decorrer da pesquisa em que estiveram sentimentos pessoais e profissionais envolvidos e não unicamente do pesquisador, mas foi possível analisar os resultados, separar estes sentimentos.

Além disto, o histórico que a região do médio Juruá tem como organização social ribeirinha, os aspectos sociocultural e político atuais, que ora se percebem totalmente relacionados e que se confundem no decorrer dos processos organizacionais por conta da ação dos sujeitos sociais que atuam neste cenário local.

Ao mesmo tempo, demonstrar o significado que lideranças da região tiveram no processo de criação de UCs na Amazônia e a ânsia de contribuir para um modelo de gestão

participativa qualitativa, onde esteja de fato impregnado o compromisso com a qualidade de vida das populações tradicionais da região como modelo de gestão das áreas protegidas na Amazônia, retirando do papel os ideais destacados pela legislação, mas que, na prática, não se efetivam e, ainda, implementando, na prática, os discursos feitos pelos gestores públicos.

Além disso, por acreditar que trabalhar com pessoas, sobretudo com as populações tradicionais, visando ao seu fortalecimento organizacional como garantia de uma participação empoderada, trata-se de algo de médio e longo prazos, enquanto as políticas de governo, e quase sempre não de Estado, são de curto prazo porque precisam demonstrar números a serem publicados, principalmente em torno da “moda” do momento que é a economia verde, baseada nos serviços ambientais, negociados em nome das populações tradicionais sem que as mesmas sequer, compreendam concretamente do que se trata, que tenham o direito de dizer se aceitam o modelo, e, muito menos, que tenham participação nos processos de negociação de valores para estes produtos e serviços.

Devemos destacar que uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o, em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo (FREIRE, 2005, p. 40).

Por ter podido analisar diversas ações deste programa nas UCs, cheguei, a considerar, a achar que as famílias beneficiadas por este programa de serviços ambientais no Amazonas não conhecem concretamente o programa exatamente por seu processo de participação que se julga insuficientemente efetivo tal qual se almeja e como se prega nas ações do PBF, de modo a garantir a participação qualitativa das pessoas no processo de implementação.

Para isso, tinha que se analisar o PBF a partir de uma UC e, por ter sido a RDS Uacari uma das primeiras UCs onde o Programa foi iniciado, as pessoas poderiam ter o maior nível de informações possíveis, bem como, apresentar, na linha do que prevê o Programa, os

maiores resultados, principalmente no sentido de melhoria da qualidade de vida que deveria ser o conceito segundo a visão das próprias comunidades e, nesse sentido, deveriam ser consideradas prioritárias nas tomadas de decisão. Do contrário, podem propor sistemas de manejo incompatíveis com as aspirações locais que provavelmente não serão viáveis dentro dessas comunidades, por não considerarem aspectos culturais de aptidão e de viabilidade de projetos implementados.

O que se constatou foi o que a hipótese supunha: Um Programa em que as famílias beneficiadas pouco têm conhecimento. Contudo, a pesquisa também evidenciou que há uma aceitação do PBF por parte das famílias beneficiadas, pois, segundo eles ajuda, sobretudo, na aquisição da cesta básica da família. Contudo, há grande insatisfação em relação ao valor, que é atribuído somente ao componente familiar, demonstrando que os beneficiários/famílias não compreendem o PBF na totalidade de seus componentes. Ao mesmo tempo, demonstra que desconhecem os reais objetivos, atores envolvidos no processo e concepções que estão por trás do modelo de PSA implantado nas UCs do Amazonas, por meio do PBF.

Como um dos objetivos do PBF é viabilizar qualidade de vida aos beneficiários do PBF, vale destacar que qualidade de vida é distinta do conceito de nível ou padrão de vida, o qual é utilizado para designar as necessidades econômicas. Faz referência à satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia, alimentação, trabalho, educação e lazer. Qualidade de vida significa ter a possibilidade de decidir autonomamente sobre o seu próprio destino, o que no caso do PBF, sendo executado num modelo de UC que traz consigo processos e procedimentos burocratizados, ficou evidenciado que as populações residentes ainda não têm este nível de autonomia nos processos.

A expressão desenvolvimento humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD -, 1993) é um conceito amplo e vago que, nos últimos anos, as Nações Unidas passaram a usar como indicador de qualidade de vida fundamentado nos

índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo. Esses são também os traços de uma sociedade sustentável, isto é, de uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje, sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras.

Para Dias (1994, p. 9), a qualidade de vida é um termo que necessita de maior definição, já que é ambíguo, que se confunde com vários outros como, nível de vida, padrão de vida, e que tem ou que pelo menos teve durante muitos anos a pretensão de congregar todas as coisas que contribuem para a qualidade da existência humana [...] para alguns, os critérios incluem indicadores como saúde, saneamento, educação, segurança e meio físico; outros incluem também, emprego, moradia e participação social. Não se pode esquecer que a área de estudo está muito distante do que deveria ser o desenvolvimento sustentável e seus reflexos no bem-estar social (ARAÚJO, 2007, p. 183-184).

Ao mesmo tempo, partindo do entendimento que qualidade de vida é um termo subjetivo, mesmo numa UC, onde existem comunidades e pessoas com realidades distintas, não se pode pensar a homogeneização de uma qualidade de vida e baseado apenas em parâmetros econômicos, sem considerar parâmetros culturais, de aptidões etc. Para Leff (2007 p. 148-149)

a qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a prevenção frente a desastres naturais, a valorização e preservação da base de recursos naturais, sustentabilidade ecológica do habitat), mas também de formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, de como, de satisfação de necessidades e aspirações através de novos processos de trabalho.

Outra constatação é que o PBF não dispõe de uma linha de base para medir quaisquer avanços – ou não – na melhoria da qualidade de vida das pessoas nas UCs em que atua. Além

disto, é um programa que se contradiz em sua execução, pois, ao mesmo tempo em que considera as famílias como *guardiãs da floresta*, limita-as quanto às suas práticas tradicionais de uso dos recursos, por meio da assinatura de um acordo de compromisso para não mais desmatar. Mas por que assinar um termo de compromisso, se já reconhecem que esses não desmatam, mas sim, “guardam” a floresta?

Ora, justifica-se negociar os créditos de carbono em escala mundial baseando-se em ações de baixo impacto destas populações tradicionais por suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e para isso estão “compensando-as”. Por que limitar agora o uso destes recursos, uma vez que o desmatamento na Amazônia não é consequência das práticas culturais destas populações? Por que não controlar quem realmente causa os grandes níveis de poluição, reduzindo suas escalas de produção e ganhos de capital? Por que não regular de forma efetiva as ações de desmatamentos provocadas pelas grandes empresas, os níveis de poluição causados pelas grandes indústrias, por que não atuar eficientemente junto às mineradoras, às grandes indústrias do petróleo, etc., ao invés de “monitorar” a ação das populações tradicionais que já têm em suas práticas culturais de produção, ações de baixo impacto ao ambiente?

Diante de diversos questionamentos em torno deste modelo, o GTA, reunido em sua Assembleia regional do médio Amazonas, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2011, encaminhou uma carta ao governo do Amazonas onde se posicionou a respeito da atual conjuntura socioambiental do estado, destacando: a implementação plena e com ampla participação da sociedade civil dos Programas criados pela Lei Estadual de Mudanças Climáticas nº 3135, datada de 05/06/2007. Neste aspecto referia-se aos 06 programas criados pela referida Lei: I Programa Estadual de Educação sobre Mudanças Climáticas; II Programa Bolsa Floresta; III Programa Ambiental de Monitoramento Ambiental; IV Programa Estadual de Proteção Ambiental; V Programa Estadual de Intercâmbios de Tecnologias Limpas e

Ambientalmente Responsáveis; VI Programa Estadual de Capacitação de Organismos Públicos e Instituições Privadas.

No caso específico do Programa Bolsa Floresta, a carta do GTA externou sua preocupação com sua gestão atual, solicitando que fosse encabeçado pelo governo do estado do Amazonas um processo que possa promover o rearranjo da gestão deste Programa, gerando maior controle social sobre o mesmo e trazendo para o estado a sua real implementação, uma vez que é imprescindível o controle do estado do Amazonas sobre a gestão dos patrimônios públicos que são suas Unidades de Conservação; a situação das comunidades e famílias que vivem no interior em relação às questões fundiárias é crítica. As crescentes demandas destes grupos sociais não podem ser atendidas sem que um importante passo seja dado para que se garantam a segurança territorial de suas vidas e atividades produtivas. Sendo assim, reivindicamos que os esforços e recursos para a resolução definitiva destas questões sejam fortalecidos (CARTA ABERTA DO GTA/REGIONAL MÉDIO AMAZONAS, 2011).

Outro ponto a destacar é quanto à parceria da FAS com a HRT Oil & Gás (empresa que trabalha na extração de petróleo, na bacia do Solimões, com base operacional instalada no município de Carauari), uma vez que se evidenciou o desconhecimento das famílias da UC quanto a esta parceria, a qual se deu por conta das articulações da FAS, como forma de “compensar os impactos ambientais” gerados com as atividades de pesquisa desta empresa no Amazonas.

Uma vez que a base operacional da HRT está instalada em Carauari, os recursos negociados pela FAS para apoiar suas ações foram direcionados numa primeira fase para a RDS Uacari, cerca de R\$4 milhões de reais; contudo, a própria FAS traçou as linhas de investimentos a serem executadas com estes R\$ 4 milhões, sem que houvesse um diálogo junto às comunidades, conselho gestor ou associação da UC. Durante uma reunião do

Conselho Deliberativo da RDS Uacari, o presidente da AMARU solicitou abertura da FAS para receber as propostas das comunidades para serem inseridas neste orçamento, porém, tal proposta não foi operacionalizada.

Além destes recursos já garantidos à FAS, a HRT se comprometeu em repassar à FAS mais R\$ 20 (vinte) milhões distribuídos em montantes anuais, mediante o início da extração de petróleo, e ainda, mais R\$ 1 (um) real por cada barril de petróleo produzido na bacia do Solimões. Neste projeto, tem sido usado como marketing: “Barril Verde”, por estarem as ações da HRT, “apoiando” a conservação da Amazônia e a manter a floresta em pé. Mas e o subsolo, o passivo social deixado nos municípios onde estas empresas atuam, o êxodo rural causado pela atração da empregabilidade, sobretudo de jovens das comunidades, causando abandono das áreas rurais e mazelas urbanas, quem paga por isso?

O município de Carauari, onde esta empresa tem base operacional instalada, corre um sério risco de sofrer novamente o que lhe aconteceu nos anos 80 com a saída das ações da Petrobras, e o que mais recentemente viveu Coari. Mas não há nenhum setor discutindo esta questão e, muito menos, nenhuma ação de qualquer Programa junto às famílias como atitude educacional para prepará-las para eventos futuros.

É importante destacar que, na pesquisa de campo, percebe-se um conhecimento e satisfação dos beneficiários pelo PBF, mas com foco no componente familiar (R\$50,00 mensal), sem que haja um entendimento do Bolsa Floresta como uma política pública do Amazonas, os agentes financiadores do PBF, as motivações contextuais não compreendidas pelos moradores, quanto ao programa, o que leva as empresas a fazer estes investimentos, etc.

Não há entendimento dos papéis dos entes envolvidos no processo e parcerias estabelecido para a execução, e nem mesmo do significado da UC, seu gestor, etc., o que demonstra a fragilidade do órgão público tanto no aspecto das UCs, quanto dos serviços ambientais no Amazonas, demonstrando uma fragilização da política ambiental no Amazonas,

uma vez que não chega a ser eficiente na consecução de seus objetivos junto às populações tradicionais nas UC.

Tal situação pode ser atribuída a fatores diversos, contudo, cito alguns que considero principais para se ter este cenário: 1) a ausência de representantes das UCs na composição do CA da FAS; 2) a inexistência de um programa de educação continuada capaz de preparar as pessoas (crianças, jovens e mulheres) para atuarem como agentes de proposição de políticas públicas que atendam à sua realidade (não como o projeto dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade - NCS, que não tem comprovada sua viabilidade a médio e longo prazo, bem como não tem demonstrado efetividade como modelo de educação diferenciada), ausência do Estado na implementação eficaz das ações na UC, falta de compromisso do Estado com a conservação dos recursos e a qualidade de vida das pessoas, o que se configura pela ausência de investimentos financeiros na área ambiental, com recursos do orçamento público.

Outro fator a destacar é que não seja dada importância demasiada ao fator econômico na hora de formalizar as parcerias, mas analisado o histórico de compromisso social, ambiental e cultural que estas empresas têm com as pessoas, com seus modos de vida nas UCs, o respeito às questões culturais e processos associativos existentes nas comunidades das UCs, violadas pelas práticas dos resultados instantâneos que o PBF precisa gerar e pelo simples cumprimento de metas por parte das equipes técnicas de execução das ações nas UCs, bem como pelas visitas constantes de empresários, fotografias e reportagens produzidas a partir do dia a dia das pessoas, visando produzir imagens e propagandas, a fim de mostrar a “eficiência nos resultados” para campanhas de marketing e atração de maiores investimentos financeiros.

Este programa no Amazonas, antes de tudo, deveria pautar-se em modelos de gestão como o da Costa Rica, conhecido como um modelo bem sucedido de gestão na compensação por serviços ambientais. Naquele país, há um conselho instituído em nível local, onde a

sociedade civil está diretamente envolvida na tomada de decisão e as áreas protegidas têm de ser geridas inteiramente em nível local, com recursos adequados para a sua sustentabilidade.

O modelo das políticas direcionadas às UCs no Amazonas, a exemplo do Bolsa Floresta, mas também os demais programas e ações que visam a um “modelo de gestão” idealizado pelas populações tradicionais apresenta-se como ineficiente, uma vez que os recursos financeiros destinados dos cofres públicos às UCs estaduais são mínimas, não há conselhos instituídos em níveis locais com autonomia de gestão, uma vez que se coloca em dúvida no ambiente interno do estado do Amazonas até que ponto as decisões dos conselhos nas UCs são irrevogáveis, e o estado as tem que cumprir. Estas ferramentas gerariam maior transparência nos processos públicos e reforçariam a governança por meio de maior envolvimento comunitário.

Outro aspecto é até que ponto estes conselhos podem deliberar sobre questões que envolvem propriedades particulares reconhecidas pelo ITEAM e pelo Decreto das UCs, e que estão dentro do perímetro geográfico da Unidade. Além dos projetos privados que são submetidos à avaliação de um conselho, como se o estado do Amazonas colocasse a cargo destes conselheiros a decisão sobre um modelo arraigado de problemas que ele criou.

Além disso, o diálogo com as organizações da sociedade civil aparece a cada dia mais prejudicado pelo atual modelo de gestão burocratizado pela legislação, por tomadores de decisão que não conhecem a realidade local e a fragilização dos movimentos sociais, o que remete a um modelo de gestão incompatível com a velocidade com a qual buscam modernizar o marco legal.

É importante destacar, que o PBF no contexto das UCs estaduais se caracteriza como um programa importante ao olhar dos seus beneficiários, mas envolto em problemas de efetiva gestão enquanto modelo de política pública que se propõe a melhorar a qualidade de vida das pessoas nas UCs, pois está inserido num modelo de gestão onde se coloca em cheque

o real compromisso das autoridades estaduais com a questão ambiental, onde se valoriza o marketing mais do que os resultados reais deste Programa junto aos beneficiários, a execução de ações sem análise de viabilidade e sem considerar costumes locais. Este modelo retrata uma prática que se tem na gestão pública de se “pregar” uma questão e na prática as ações junto às pessoas, que realmente necessitam, ficam em segundo plano, devido a interesses pessoais e processos burocratizados.

A exemplo do que já ocorrera com outras ONGs (por exemplo, MEB, FVA, etc.), e mesmo no CEUC, com a redução dos investimentos do ARPA, que, atraíram, num primeiro momento, milhões de investimentos em função do apelo ambiental, com a redução dos investimentos externos, a FAS pode enfrentar problemas de captação futura, mesmo tendo como foco principal as empresas privadas. Isto colocaria em cheque a continuidade do PBF nos moldes atuais de seus investimentos. O que se tem de garantia atual é o componente familiar (R\$50,00), pago com o rendimento de aplicação dos R\$ 60 milhões, os R\$ 20 milhões do BNDES, que conseguem pagar as demandas do componente Renda e Associação anualmente, mas que somente tem recursos garantidos até 2014.

Quanto ao componente social este não dispõe de fonte fixa de manutenção do mesmo, capaz de garantir as demandas apresentadas pelas comunidades nas UCs no longo prazo. Além destes componentes, existe ainda o que a FAS chama de projetos especiais, onde estão alocados os NCS, que se não assumidos pelo do Amazonas, com seus custos e o modelo proposto anteriormente – educação voltada à qualificação profissional aos jovens nas UCs – não terá viabilidade futura e passará a ser apenas mais uma estrutura construída para funcionar com um modelo que educação que a SEDUC já dispõe na maioria das UCs, por meio dos telecentros digitais.

O PBF está inserido no âmbito de uma política ambiental do estado do Amazonas que, se não mudada a atual mentalidade em ter o compromisso com a questão ambiental tal qual a

mesma requer e vem sendo pregado (e isto implica em ampliar drasticamente o volume de recursos financeiros para esta agenda no orçamento, contratação de pessoal, fortalecer a organização social nas UCs para uma gestão participante, comprometimento com projetos que reduzam as desigualdades sociais, qualifiquem com educação de qualidade as pessoas, etc.) pode-se ter um modelo caído num descrédito total por parte das populações tradicionais e da sociedade como um todo por não gerar os resultados com a eficiência a qual se almeja e que se gerou de expectativas junto às comunidades nas UCs.

A política estadual de meio ambiente precisa se tornar prioridade real do governo, para que consiga produzir os resultados propostos junto às pessoas, comunidades e UCs, haja vista que não conseguiu superar os problemas fundiários, de controle e fiscalização, básicas para tornar o modelo de UCs de uso sustentável um modelo eficiente. Além disso, passa por um modelo de gestão burocratizada de engessamento dos processos meio que dificultam a operacionalidade das ações junto às UCs, evidenciando-se que apesar do avanço do quantitativo de UCs criadas, o modelo de gestão adotado emperra os processos as ações e dificultam o alcance das metas anuais.

Outra questão é que o PBF no contexto da política estadual de mudanças climáticas visando tornar-se modelo de REDD+ ainda não se efetivara, pois trata-se de um conceito que mundialmente enfrenta resistências e que pouco se conseguiu avançar nos últimos anos, principalmente na conferência das partes, Rio+20, ocorrida em junho do ano em curso. Esta questão pode colocar em cheque as futuras negociações visando captar recursos para o PBF, principalmente em tempos de crise da economia na Europa e Estados Unidos, além do crescimento econômico brasileiro, não justificando os investimentos internos.

Além disso, outros fatores ficaram evidenciados tais como o desconhecimento dos beneficiários quanto ao PBF, seus objetivos e principais doadores dos recursos, devido sua pouca participação nos processos, os erros de estratégias de trabalhar mais eficientemente

somente as lideranças, sem atuação mais eficaz quanto a organização social de base e fortalecimentos dos processos organizativos culturais já existentes nas UCs.

Por fim, essa dissertação avança em aspectos primordiais quanto ao PBF como “modelo” de pagamento por serviços ambientais, além de proporcionar à demais pesquisadores interessados no tema aprofundar os estudos em aspectos como a questão fundiária das UCs, a propriedade do carbono (a quem pertence: Ao Estado ou às populações tradicionais?), que lugar ocupam as populações tradicionais na negociação do carbono em escala mundial, papel exercido pelos conselhos gestores de UCs na implementação de políticas e programas em UCs, pesquisas comparativas entre programas de governo executados em UCs em relação ao PBF, efeitos reais deste programa na vida das pessoas, no tocante a qualidade de vida, mesmo por que os resultados podem variar quando comparados o mesmo programa entre UCs, considerando fatores diversos como a condição social, condições de logística de escoamento da produção, residência em área de várzea ou terra firme, sazonalidade na aplicação dos recursos etc.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção Social de Políticas Ambientais, Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. UnB/CDS, 2002.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ANTONIO, Juliano Gorski. **Tributação Ambiental: Desafios para uma política de proteção ao meio ambiente**. UFPB, 2009.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARAÚJO, Nelcione José de Souza. **As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá**. Niterói, RJ, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, formação social e cultural**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz – 13ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. **O gentio acreano**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE): **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições** - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.

CEUMA PERSPECTIVA: **Desenvolvimento sustentável**. São Luiz: Ediceuma, 1999. Ano 3, v. 3.

CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, Ignacy. **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Compêndio MAB 18-UNESCO, Paris, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Política Ambiental, Uma análise geopolítica do atual sistema de unidades de conservação na Amazônia Brasileira**. Agosto, 2007.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas Extrativistas na Amazônia Legal brasileira**. Campinas (SP), 2003.

DIAS, Reinaldo. **Cultura Organizacional**. São Paulo: Alínea, 2003.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**. São Paulo em perspectiva. São Paulo, 1992.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, 6 ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos; NOGARA, Paulo José Navajas. **O nosso lugar virou Parque**. 3ª ed. São Paulo: NUPAUB (USP), 2005.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da USP, 2007.

DRUCKER, P. F. **A Profissão do Administrador**. São Paulo: Pioneira, 1998, Perspectiva. São Paulo, 1992.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. Museu paraense Emílio Goeldi, Belém, 2010.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do Desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FIGUEIREDO, G.J.P de. RODRIGUES, J.E.R. **Do regime das reservas de desenvolvimento sustentável à luz do novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. In: BENJAMIM, A. H. de (org.). **Direito ambiental das áreas protegidas**, 2001.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas: Editora Autores Associados, 2006.

FLORESTA VIVA. Disponível em: [http://www.florestavivaamazonas.org.br/servicos ambientais](http://www.florestavivaamazonas.org.br/servicos_ambientais)). Acessado em: 10.05.2011.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização - teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FUNBIO. **Quanto custa uma Unidade de Conservação Federal? Uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Rio de Janeiro, 2009.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos desafios em antropologia interpretativa** (tradução de Vera Mello Joscelyne), Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: Da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual, considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

HADDAD, Paulo; REZENDE, Fernando. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Brasília: MMA/SCA, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Edinburgh University press, Edinburgh, 2000.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>>. Acessado em 10.05.2012

<<http://www.cns.org.br>>. Acessado em 20.11.2011

<<http://www.coiab.com.br>>r. A ilusão de uma economia verde. Acessado em 10.01.12

<<http://www.conservation.org.br>>r. Acessado em 10.05.2012

<<http://www.fas-amazonas.org>>). Acessado em 14.02.2012

<<http://www.naturaekos.com.br>>. Os desafios das populações extrativistas da Amazônia. Acessado em 05.01.2012

<<http://www.redepovosdafloresta.org.br>>. Acessado em 18.01.2012

<<http://www.sds.am.gov.br>>. Acessado em 25.08.2011

INESC. **Relatório do Encontro Nacional dos Seringueiros**. Brasília, 1985.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Racionalidade Ambiental, a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2006.

LIMA, Gustavo F. da Costa. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. Revista Eletrônica "Política e Trabalho"- Setembro, 1997.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, 2002.

LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2ª Ed. Manaus. Editora Valer, 2008.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1999.

MARCOVITCH, Jacques; MARGULIS, Sérgio; DUBEUX, Carolina Burle Schmidt. **Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e oportunidades**. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010.

MENDONÇA, Roberto Wagner. **A Amazônia e a Globalização**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MMA. **A Reserva Extrativista que conquistamos, Manual do Brabo** – Rev. Brasília, 2002.

_____. **Amazônia Reservas Extrativistas: Estratégias 2010**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. CNPT, Brasília: Edições IBAMA, 2002.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**, Ed. Hucitec, 4ª Edição, 1983.

MMA/SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. **Mudanças Climáticas X Biodiversidade**. Brasília, 2007.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**, 3ª Ed. Ver. E atual. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **A Estadualização das Políticas Ambientais no Amazonas**. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. **O relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOVION, Henry de; VALLE, Raul do. **É pagando que se preserva? Subsídios para políticas públicas de compensação por serviços ambientais**. Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo, 2009.

PARKER, C., MITCHELL, A., TRIVEDI, M., MARDAS, N. **The Little REDD+ Book**, 2009.

PINTO, Erika de Paula Pedro; MOUTINHO, Paulo; RODRIGUES, Liana. **Perguntas e respostas sobre aquecimento global**. Belém: IPAM, 2008.

PIZZATTO, Lucino; PIZZATTO Raquel, organizadores. **Dicionário Socioambiental Brasileiro**. Curitiba, TECNODATA Educacional, 2009.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico, do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª ed. São Paulo: Rêspel, 2005.

REVISTA GEO BRASIL. O perdão do carbono. Ed. n 26, 2011.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia, globalização e sustentabilidade**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia, território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **As diferentes faces do estado do Amazonas: Etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SCOTTO, Gabriela, CARVALHO, Isabel C. de Moura, GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SDS. **Relatório de preparação da consulta pública para criação da Unidade de Conservação no município de Carauari**. Carauari, outubro de 2004.

_____. **Conhecendo o REDD na Amazônia: um ganho para pessoas, árvores e clima**. Manaus, Brasil, Jun.2009. Disponível em: <http://www.fas-amazonas.org>. Acesso em: 15 out. 2009

_____. **Relatório do Estudo Socioeconômico e Laudo Biológico**. Manaus, maio de 2004.

_____. **Relatório de Gestão 2008**. Manaus, 2008.

_____. **Mudanças Climáticas, uma preocupação de todos**. 2 ed. 2008.

_____. **Evolução das políticas de desenvolvimento sustentável no estado do Amazonas, 2006-2009**. Manaus, 2010.

_____. **Relatório de Gestão 2007**. Manaus, 2007.

SDS. **Série Técnica Planos de Gestão. Plano de Gestão RDS Uacari, volumes I, II, Portaria 068-2008**. Manaus, 2010.

SDS/SEAPE. **Unidades de Conservação do estado do Amazonas**. Manaus, 2007.

_____. **Plano de Gestão do PAREST Serra do Aracá, volume I**. Manaus, 2011.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos; JUNIOR, Raimundo Batista dos Santos; MIYAMOTO, Shiguenoli. **estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Editora Unijuí; Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2008.

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Manaus, SDS, 2007.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, normas e técnicas**. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SILVA, J.M.C. 1997. **Um método para o estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação na Amazônia Legal**. WWF-Brasil, Brasília.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza. Brasília, MMA/SBF, 2011.

SOMANLU: **Revista de Estudos Amazônicos**, ano 4, nº 1, Manaus: EDUA/Capes, 2004.

_____. **Revista de Estudos Amazônicos**, ano 5, nº 1, Manaus: EDUA/Capes, 2005.

STEINBERGER, Marília (org.) et alii. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE Editora, 2006.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**, Manaus: Editora Valer/Edua, 2009

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Mosaico Revista de Ciências Sociais, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Ciências Sociais**. V. I, n. 2, 1999.

VERÍSSIMO, Adalberto [et al.]. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, Virgílio Maurício. **Financiando REDD: Mesclando o mercado com fundos do governo**. Manaus, Brasil, Jun.2009. Disponível em: <http://www.fas-amazonas.org>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. **Relatório da I força-tarefa sobre REDD e Mudanças Climáticas**. Brasília, Set. 2009. Disponível em: <http://www.fas-amazonas.org>. Acesso em: 15 out. 2009.

VIANA, Virgílio Maurício; SANTOS, Vanylton B. dos (orgs.). **Legislação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável**. Valer, Manaus, 2008.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e Unidades de Conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WITKOSKI, A. C. **Terra, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

YU, Chang Man. **Sequestro florestal de carbono no Brasil: Dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas**. São Paulo: Annablume; IIEB, 2004.

ZIMMERMANN, Arthur. **Gestão da mudança organizacional: Métodos e técnicas**. Ed. Bagaço, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1

MEMORIAL ACADÊMICO

DO SERINGAL À CIDADE: A EDUCAÇÃO COMO META

Chamo-me Francisco Pinto dos Santos, tenho 34 anos, sou filho de seringueiros, senhor Narciso Salvador dos Santos e senhora Antonia Pinto Martins, nascido no município de Carauari, estado do Amazonas, no seringal Idílio, região do médio rio Juruá.

Em 1983, meus pais decidiram migrar do seringal Idílio para a sede do município de Carauari com o intuito de que os filhos pudessem estudar. Ali iniciei meus estudos no ano de 1984, onde também conclui o ensino fundamental em 1993 e o médio (magistério de 1ª a 4ª série) no ano de 1996.

Entre o ensino fundamental e o médio, tive algumas dificuldades de continuar os estudos, pois precisei trabalhar desde os 10 (dez) anos de idade na agricultura, ajudando uma tia na roça, onde trocava meu trabalho por farinha, a qual levava pra casa, pois meu pai e minha mãe não tinham emprego, e então, como filho mais velho da família, precisava ajudar nas despesas de casa.

Com 13 (treze) anos, tornei-me padeiro (vendia pão pela madrugada, entregando nas casas) e estudava à tarde. Neste período, foram inúmeras as vezes que a professora me acordou jogando água gelada na cabeça, porque eu dormia nas aulas, em função do cansaço, uma vez que acordava à 01:00h da manhã, pegava os pães na padaria e ia vendendo de porta em porta aos clientes durante a madrugada. Passava na padaria às 09:00h para fazer a prestação de contas e voltava pra casa. Contudo, não mais dormia durante o dia, e, quando ia pra escola à tarde, acabava dormindo em boa parte da aula. Isso aconteceu durante a 3ª e 4ª

séries do ensino fundamental. Mesmo assim, ao terminar o ano letivo, sempre conseguia aprovação.

Em diversos momentos, a não desistência dos estudos foi levada pela reflexão que fazia da dificuldade que passava (tinha certeza que somente estudando poderia reverter tal situação) e também das orientações que recebi de padres e freiras que conheci na catequese e ao fazer parte de pastorais da Igreja Católica, e que depois se tornaram pessoas de grande importância em minha vida, pois me ensinaram os primeiros passos para a profissionalização e valores que serviriam para a vida. Concluí os níveis fundamental e médio sem nunca ter repetido uma série.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A BUSCA PELA GRADUAÇÃO

Concluí o ensino médio, no entanto, no município de Carauari, não havia ensino superior e eu não podia ir a Manaus pra continuar os estudos, portanto logo tive que começar a trabalhar³⁰, a fim de ajudar na renda familiar. Ainda assim, fiz faculdade de antropologia aplicada até o início do quarto período pela Universidade Politécnica Salesiana de Quito. Esse curso acontecia no período de férias em Manaus, mas, pelo fato de ser pago com base na cotação do dólar da época, tornou-se inviável continuar o curso e o tranquei no início do quarto período, em 2002. Neste período, trabalhava no MEB (Movimento de Educação de Base), onde atuei por quase 7 (sete) anos como profissional, desempenhando a função de assessor educacional, na formação de lideranças e organizações de base associativas.

Ainda em meados de 2002, já havendo um Núcleo de Estudos Superiores da UEA em Carauari, prestei vestibular para o curso de Ciência Política, com ênfase em Gestão Pública, no qual fui aprovado. O desafio passou então a ser a liberação da entidade na qual trabalhava

³⁰ Comecei a trabalhar no MEB em 1997, que serviu pra mim como uma escola, principalmente pelo retorno às minhas origens, a relação com os comunitários etc.

e a conciliação da vida profissional com a atividade educacional. Houve certa dificuldade, pois, na época, já havia saído do MEB e estava trabalhando no IBAMA como chefe do escritório regional de Carauari e contribuindo na coordenação das ações da Reserva Extrativista (RESEX) do médio Juruá; contudo, mediante acertos feitos com a superintendência estadual, foi possível estudar e concluir o curso em 2006.

Neste mesmo ano, solicitei exoneração do cargo de chefe do escritório regional do IBAMA em Carauari e desloquei-me para Manaus no início de 2007, pois meu projeto era continuar os estudos. Em Manaus, comecei a trabalhar na Secretaria Adjunta de extrativismo (SEAE), atualmente Secretaria Adjunta de Floresta e Extrativismo (SEAFE), como bolsista. Ainda nesse ano, comecei uma pós-graduação: MBA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Fundação Osvaldo Cruz, especialização esta concluída em março de 2009. Inscrevi-me, ainda em 2009, na seleção do mestrado de Antropologia Cultural, mas perdi a prova escrita por razões de ausência da cidade, por questões profissionais.

Aguardava abrir novos editais de pós-graduação na UFAM, mas não sabia muito por onde buscar, haja vista que até então não conhecia ninguém nessa instituição e não sabia ao certo os procedimentos, ou seja, por onde começar.

O COMEÇO DE UM SONHO

Já trabalhando na Fundação Amazonas Sustentável (FAS), durante uma atividade do Grupo de Acompanhamento do Programa Bolsa Floresta, do qual o prof. José Aldemir era membro, representando a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), tive a oportunidade de conhecê-lo, quando fiz uma apresentação durante o evento. Após o evento, numa conversa informal, ele me perguntou qual era minha formação e se eu não teria interesse no mestrado, doutorado, enfim..., e eu expliquei-lhe que, apesar de ter interesse, não

sabia muito por onde começar. Foi então que ele me pediu pra procurá-lo, e então conversamos algumas vezes, ocasião em que falei de minha graduação, experiências e possíveis interesses, e o mesmo me informou que estava aberto o edital para pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Busquei mais informações sobre o curso, as linhas de pesquisa etc., e fiz a inscrição.

Já tinha uma ideia do projeto de pesquisa, mas dada a temática nova – Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – decidi então, a partir das orientações que recebi, pesquisar sobre essa temática, sobre o projeto que o Amazonas implantara em algumas UCs estaduais, como modelo de PSA, no sentido de recompensar populações tradicionais residentes em UCs e aprofundar na questão da participação das pessoas no processo de implementação desta política estadual.

A aprovação na primeira etapa, a aceitação do projeto, bem como a aprovação em demais etapas me deixaram muito feliz, e tive apenas certa insegurança quando me deparei com os inúmeros questionamentos que recebi da banca de entrevista, mas me mantive firme porque sabia que era mais uma etapa a ser superada. Consegui defender as ideias do projeto de modo a convencer naquele momento os membros da banca e fui aprovado. Estava eu dentro da próxima turma do mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, e isto representou o início de uma meta a ser atingida, até porque, do meu município de origem, nas condições sociais da minha família, ninguém atingiu degraus maiores na vida acadêmica, exceto aqueles (as) que tiveram maior oportunidade de frequentar boas escolas e tiveram preocupação apenas com os estudos. Era, portanto, a continuidade de um sonho que se iniciou em 1984.

Mesmo assim, o desafio agora era convencer minha chefia de que eu deveria fazer o mestrado, pois, apesar da pós-graduação exigir dedicação exclusiva, quem não tem uma base financeira sólida, somente com a bolsa não consegue viver e pagar suas contas em Manaus. E

esta, lamentavelmente, é uma dura realidade brasileira, levando muitos a decidir se estudam ou se trabalham: E que dura decisão pra quem sonha seguir estudando, ser pesquisador... E quantos intelectuais a academia não deve ter perdido para as indústrias, para o campo, etc., por precisarem sustentar a si e à sua família? Mesmo assim, no meu caso, se a instituição não me permitisse tentar conciliar, eu estaria disposto a sair do trabalho e continuar estudando, e pra isso já havia conversado com minha família.

No período, assumi a coordenação geral do Programa Bolsa Floresta na FAS, e, quando falei pela primeira vez dessa questão ao superintendente técnico, ele me disse automaticamente que era incompatível e me perguntou se eu tinha certeza de que queria mesmo fazer este curso e eu disse que sim. Como ainda era fevereiro e o curso só começaria em março, pedi a ele que pensasse melhor e que eu o procuraria pra conversarmos posteriormente.

Em mais um dia de trabalho, o superintendente geral me chamou em sua sala, conversamos sobre algumas questões do trabalho e ele me perguntou sobre o mestrado e o que eu estava pensando. Disse então que havia sido aprovado, e que, por se tratar de um sonho que eu persegui, queria muito poder fazê-lo, e que deixava a cargo da instituição verificar a incompatibilidade ou não, mesmo sabendo que precisava do trabalho, do salário oriundo daquela fonte. Assim, após muitas conversas, defesas da necessidade de aprofundar meu conhecimento na academia, fui informado de que deveria então deixar a coordenação geral, assumir outra função, sem perdas salariais, e poderia estudar, mas sem prejudicar as horas de serviço e ainda estar apto a viajar quando necessário.

Aceitei o desafio e passei a chegar ao trabalho às sete da manhã, ir pra UFAM no período da tarde, retornar ao trabalho e chegar em casa por volta das vinte e uma horas, com muito trabalho pra dar conta no dia seguinte. Ficava em média 17 horas envolvido entre trabalho e estudo, além das viagens nas diversas UCs, as quais fui conseguindo realizar,

principalmente nos finais de semana, mediante certo “jogo de cintura” pra não me prejudicar nas aulas do curso.

O mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia é, sem dúvidas, uma imensa oportunidade que tenho de aprofundar os conhecimentos quanto às populações, ao ambiente, às relações culturais, relações Estado *versus* sociedade civil, oportunidade de unir conhecimentos de áreas afins e tornar o curso ainda mais rico, além de possibilitar teorizar a prática a qual tenho adquirido ao longo dos anos em que atuo na área ambiental, populações tradicionais etc.

O mestrado tem propiciado conhecer autores que estão discutindo e apresentando propostas científicas para o tema no qual estou envolvido e que se referem à questão ambiental e às pessoas, ao crescimento econômico, aos serviços ambientais... Intelectuais que veem este processo de crescimento econômico, uso dos recursos naturais, como um processo inevitável, porém passivo de controle. Enfim, estudos que têm me possibilitado analisar com mais cientificidade os processos para compreender a realidade e, assim, poder realizar uma boa pesquisa no mestrado.

Este curso, portanto, apresenta-se como de extrema importância para minha carreira profissional e intelectual, pois tem possibilitado pensar o fazer profissional, bem como as estruturas organizacionais e os processos nos quais estou envolvido no dia a dia, e assim, a pesquisa que proponho pode gerar conhecimentos, inclusive para o aprimoramento de processos, qualificando a participação das pessoas em tomadas de decisão.

Contudo, a educação pública, com as dificuldades pelas quais atravessa, acredito que prejudica este curso, tendo em vista as limitações de infraestrutura (salas de aula, energia elétrica, etc.) apresentadas pela Universidade como problemas constantes. Exemplo disso são as dificuldades, em alguns casos, para se conseguir uma sala para que aconteçam as aulas, e isso, sinceramente achei que não acontecia na UFAM. Além disso, falta energia elétrica e há

acúmulo de serviços aos professores das disciplinas, acarretando ausência nas aulas, e, conseqüentemente, prejuízo aos alunos, que ficam sem a discussão de diversos autores e orientações que poderiam ser primordiais para o desenvolvimento da dissertação, bem como para o aperfeiçoamento do conhecimento de forma geral.

Na própria Universidade onde se questiona tanto o sistema de gestão pública, e, sem ir muito longe, até por ser a UFAM um modelo de gestão pública, depara-se com situações caóticas. E, como um “modelo” de gestão pública, a UFAM deveria primar pela qualidade, haja vista que, nela, se fazem presentes as discussões e reflexões, os profissionais e intelectuais de amanhã. Dever-se-ia também mudar algumas práticas, pois não se muda um velho sistema de gestão cujas práticas e procedimentos são tão burocratizados, com formas de agir obsoletas.

ANEXO 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

UC: RDS UACARI – RGEIÃO DO MÉDIO JURUÁ

COMUNIDADE: _____

SEXO: _____ (*anotar sem perguntar*)

1. O (a) sr (a) sabe que reside numa RDS?

() SIM NÃO ()

1.1. Em caso de não, por quê?

2. O (a) sr (a) sabe por qu e para que foi criada a RDS Uacari?

() SIM NÃO ()

2.1. Em caso de não, por quê?

2.2. Em caso de sim, citar exemplos

3. O (a) sr (a) sabe quem é o responsável pela RDS Uacari?

() SIM NÃO ()

3.1. Em caso de sim, citar:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

4. Tendo por base os objetivos pelos quais foi criada a RDS Uacari, o (a) sr (a) considera que os mesmos foram ou estão sendo atingidos? *(se respondeu o porquê e para que da 3ª questão, responder esta, se não passa)*

() SIM NÃO ()

4.1. Em caso de sim, citar exemplos.

4.2. Em caso de não, por quê?

5. Quantas pessoas moram em sua casa?

6. Somando a renda de todos (a) que moram na sua casa, qual é a renda mensal da família? R\$ _____

7. O (a) sr (a) já ouviu falar em Pagamento por Serviços Ambientais?

() SIM NÃO ()

7.1. Em caso de SIM, o (a) sr (a) saberia me dizer o que significa ?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

P
R
O
G
R
A
M
A

B
O
L
S
A

F
L
O
R
E
S
T
A

8. O (a) sr.(a) é beneficiário do PBF (Programa Bolsa Floresta) ?

() SIM NÃO ()

8.1. Em caso de não, por quê?

9. O (a) sr (a) sabe quais são os principais objetivos do PBF ?

9.1. Se SIM, Quais?

9.2. Se NÃO, por quê ?

a) () Nunca ouviu falar;

b) () Ouviu falar, mas não lembra;

c) () Os colaboradores da FAS não falaram durante a oficina.

10. O (a) sr (a) sabe qual é a instituição responsável pela execução do PBF nas UCs?

() Acertou – Fundação Amazonas Sustentável/FAS () Errou

11. O (a) sr (a) sabe pra que o PBF existe?

12. O (a) sr (a) sabe quais são os componentes do PBF?

() SIM NÃO ()

13. Em caso de sim, quais?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

() Acertou () Acertou parcialmente Errou ()

14. Em caso de Não, Por quê?

15. O (a) sr (a) sabe de onde vêm os recursos financeiros para manter o PBF?

() SIM NÃO ()

15.1. Se SIM, de onde?

15.2. Se NÃO, por quê?

16. O (a) sr (a) já ouviu falar nas seguintes instituições?

BRADERSCO	() SIM	() NÃO
GOVERNO DO AMAZONAS	() SIM	() NÃO
Coca-Cola	() SIM	() NÃO
BNDES (Fundo Amazônia)	() SIM	() NÃO
SAMSUNG	() SIM	() NÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

P
R
O
G
R
A
M
A

B
O
L
S
A

F
L
O
R
E
S
T
A

17. Estas instituições apóiam o PBF. O (a) sr (a) saberia dizer o que cada uma destas faz no seu ramo de negócios e por que estão apoiando o PBF ?

() SIM () NÃO

17.1. Se SIM, destaque:

17.2. Se NÃO, por quê?

18. O que o (a) sr (a) acha da parceria do estado do Amazonas, BRADESCO e Coca-Cola para bancar o PBF? E, por que o (a) sr (a) acha que estas instituições estão investindo recursos neste programa, nas UCs do Amazonas ?

19. O (a) sr (a) já participou de alguma oficina para decidir os investimentos anuais do PBF relacionados ao componente Renda, Social e Associação?

() SIM NÃO()

19.1. Se SIM, como o (a) sr (a) avalia:

() ÓTIMA () BOA () RUIM

19.2. – Se NÃO, por quê?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

Mestrando: Francisco Pinto dos Santos

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

20. Nestas oficinas, as famílias da RDS é quem realmente decidem ou são influenciadas a decidir o uso dos recursos de acordo com o que o pessoal da FAS indica?

21. As decisões tomadas durante as oficinas atendem às reais necessidades das comunidades?

() SIM NÃO ()

21.1. Em caso de NÃO, por quê? E o que faltou para atender as necessidades das comunidades?

22. Em sua opinião, qual é o papel da AMARU (Associação dos Moradores da RDS Uacari) e de seus associados (famílias) na execução das ações do PBF na RDS Uacari.

ANEXO 3



SDS
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



AUTORIZAÇÃO Nº. 034/2011 – CEUC/SDS

O Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), no âmbito de sua área de competência e considerando:

A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM):

O artigo 43 do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidades de conservação.

AUTORIZA a pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. **PROCESSO** Nº 01043/2011 – CEUC/SDS
2. **UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA(S)**
RDS UACARI
3. **TÍTULO DO PROJETO**
“PSA em Unidade de Conservação”.
4. **PESQUISADOR (ES) AUTORIZADO(S)**

Nome	Função	Instituição	RG
Francisco Pinto dos Santos	Mestrando	UFAM	1370746-9
Antonio Carlos Witkoski	Orientador	UFAM	904.165.7777 SSP RS

5. PERÍODO

15 de agosto a 15 de dezembro de 2011

6. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

7. O Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS), em associação com o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA/SDS) sugere a apresentação

1

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS

Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife), 3280. Parque Dez. 69.050-030. Manaus/AM
Fone: (92) 3642-4607 / 3236-3070 – Fax: (92) 3642-4607
Web: <http://www.ceuc.sds.am.gov.br>

dos objetivos de sua pesquisa aos moradores e atores envolvidos da UC antes do início das atividades do projeto.

O cronograma das visitas de campo deverá ser ajustado em conformidade e disponibilidade do chefe da UC para planejamento e esclarecimentos gerais sobre as UC, como informações sobre infra-estrutura, ou acesso as áreas preteridas para execução da pesquisa: RDS UACARI Gilberto Olavo da Costa Oliveira gilbertoolavo2005@hotmail.com (92 – 9131-6131);

O CEUC sugere que o pesquisador entre em contato com o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA/SDS) para apresentação da pesquisa, favorecendo a troca de conhecimentos e fortalecendo os resultados do trabalho;

O Comitê de Ética da UFAM e INPA, assim como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CGEN), deverão ser consultados a fim de se ter as devidas autorizações e/ou licenças que se façam necessárias;

Na ocasião de aplicação de questionários, os mesmos devem ser realizados com consentimento dos entrevistados, em local discreto evitando constrangimentos. Salientamos que os entrevistados menores de 18 anos devem ter autorização formal dos pais e/ou responsáveis;

Ressaltamos a necessidade do pesquisador, por ter vínculo direto com este Centro, ter o devido cuidado em não confundir os moradores, esclarecendo que a pesquisa é parte de um projeto de Pós-graduação, não tendo o CEUC relação direta com o trabalho.

8. RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)

- O CEUC autoriza apenas o acesso às unidades de conservação estaduais, não autorizando a coleta de nenhum tipo de material ou objeto biológico. Coletas de qualquer natureza deverão ser respaldadas por autorização de órgão competente
- Sugere-se a contratação de moradores locais para auxiliarem na execução da tarefa de campo.
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicado ao Departamento de Pesquisas e Monitoramento Ambiental, e avisado ao gestor da UC para avaliação de acordo com a agenda da UC. Sendo assim, recomenda-se à pesquisa e a emissão de autorização ao interessado, para o período **de 15 de**

2

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS

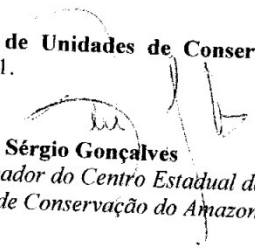
Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife), 3280. Parque Dez. 69.050-030. Manaus/AM
Fone: (92) 3642-4607 / 3236-3070 – Fax: (92) 3642-4607
Web: <http://www.ceuc.sds.am.gov.br>



agosto a 15 de dezembro de 2011, para a Unidade de Conservação RDS UACARI, podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação de relatório e justificativa.

- Após o término da pesquisa deverão ser encaminhados os resultados (relatório técnico, teses, cartilhas e demais publicações) em duas vias impressas e em formato digital (CD/DVD), o que condiciona a emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo;
- O Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC está estruturando o banco de dados de pesquisa, com a elaboração de instrução normativa, e como parte da política de dados, o resultado das pesquisas realizadas nas UC's estaduais devem ser enviados ao Departamento de Pesquisas e Monitoramento - DPMA/CEUC no formato de metadados visando o auxílio a pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC.

Gabinete do Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, em Manaus/AM, 24 de agosto de 2011.


Sérgio Gonçalves
Coordenador do Centro Estadual de
Unidades de Conservação do Amazonas

ANEXO 4



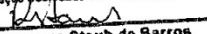
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

TERMO DE ANUÊNCIA

O coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas está ciente e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**O Papel das Populações Tradicionais na implementação dos serviços ambientais em Unidades de Conservação no Amazonas**”, do mestrando Francisco Pinto dos Santos, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Witkoski, assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta instituição.

Manaus, 08 de setembro de 2011.


Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Prog. de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia


Prof.ª Dr.ª Rosemara Staub de Barros
Coordenadora do PPGSCA

Prof.ª Dr.ª Rosemara Staub de Barros

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

ANEXO 5


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA/PPGSCA

TERMO DE ANUÊNCIA

O presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari (AMARU) está ciente dos objetivos e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado **“O papel das Populações Tradicionais na implementação dos serviços ambientais em Unidades de Conservação no Amazonas”**, do mestrando Francisco Pinto dos Santos, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Witkoski, da Universidade Federal do Amazonas, assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Unidade de Conservação.

Manaus, 02 de setembro de 2011.

Francisco Flávio Ferreira do Carmo

Francisco Flávio Ferreira do Carmo

Presidente da Associação dos Moradores da RDS Uacari (AMARU)